

DIAGNÓSTICO SOCIAL DO CONCELHO DE VALENÇA 2020

FICHA TÉCNICA

Título: Diagnóstico Social do Concelho de Valença 2020

Entidade Promotora



Câmara Municipal de Valença
Praça da República, 4930-702 Valença
www.cm-valença.pt

Documento elaborado por



Logframe, Consultoria e Formação, Lda
Rua Almeida e Sousa, 23 6º B, 1350-006 Lisboa
www.logframe.pt

Colaboração



Rede Social de Valença
Núcleo Executivo do CLAS de Valença

Aprovação em Sessão Plenária do CLAS

13 de Julho de 2020

Edição, Propriedade e Reprodução

Câmara Municipal de Valença

Índice

Índice de Tabelas, Gráficos e Figuras	5
Lista de Siglas	11
1. Apresentação	13
2. Nota Introdutória	14
3. O Programa Rede Social	15
4. Nota Metodológica	21
5. Síntese Diagnóstica	23
6. O Contexto Nacional	32
7. Retrato Municipal	40
8. O Concelho de Valença: Contexto de Intervenção	44
9. Áreas Prioritárias de Desenvolvimento Social	148
10. Referências Bibliográficas e Sites Consultados	191
11. Anexos	195

Índice de Tabelas, Gráficos e Figuras

Tabela 1 – Densidade populacional por território, nos anos de 2001, 2011 e 2018 e sua variação	46
Tabela 2 – População residente (estimativas a 31 de dezembro), por território, nos anos de 2001, 2011 e 2018 e sua variação (N.º e %).....	47
Tabela 3 – População residente no concelho de Valença, segundo o género, nos anos de 2001, 2011 e 2018 (N.º)	47
Tabela 4 – Variação percentual dos grupos etários 2001-2011 e 2011-2018 (%).....	49
Tabela 5 – Indicadores de população (2018)	50
Tabela 6 – Indicadores de empresas nos municípios da Região do Alto Minho (2017)	52
Tabela 7 – Taxa de atividade e desemprego da população residente no concelho de Valença por freguesias (2011) (%)	53
Tabela 8 – População empregada, residente no concelho de Valença, segundo o género, por freguesias e ramo de atividade (2011) (N.º).....	54
Tabela 9 – População empregada, residente no concelho de Valença, por freguesias e situação na profissão (2011) (N.º)	55
Tabela 10 – Desemprego registado no concelho de Valença, segundo o género, o tempo de inscrição e a situação face à procura de emprego (situação no fim do mês de dezembro 2019) (N.º)	58
Tabela 11 - Caracterização das pessoas em situação de desemprego, inscritas no Centro de Emprego, por freguesia (situação no fim do mês dezembro 2018) (N.º).....	59
Tabela 12 – Parque habitacional dos municípios da Região do Alto Minho (2011 e 2018) (N.º)	62
Tabela 13 – Edifícios, por freguesia (2011) (N.º e %)	63
Tabela 14 – Tipo de utilização dos Edifícios, por freguesia (2011) (N.º)	63
Tabela 15 – Índice de envelhecimento dos edifícios e proporção de edifícios muito degradados e com necessidades de reparação no concelho de Valença (2011) (N.º e %).....	64
Tabela 16 – Tipologia de alojamentos do concelho de Valença, por freguesia (2011) (N.º)	66
Tabela 17 – Forma de ocupação dos alojamentos familiares do concelho de Valença, por freguesia (2011) (N.º e %).....	68
Tabela 18 – Regime de ocupação dos alojamentos familiares de residência habitual, por freguesia (2011) (N.º e %).....	68
Tabela 19 – Edifícios e fogos de habitação social por município da Região do Alto Minho (2015)	69
Tabela 20 – Distribuição das frações de Habitação Social Municipal, por número de residentes, grupo etário dos residentes e por freguesia (outubro de 2019) (N.º).....	70
Tabela 21 – Valor mediano das rendas por m ² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, na Região do Alto Minho (1º semestre de 2019) (€).....	71
Tabela 22 – Indicadores de saúde nos municípios da Região do Alto Minho (2018) (N.º).....	74

Tabela 23 – Rede de Unidades de Cuidados de Saúde Primários - Concelho de Valença (2019)	75
Tabela 24 – Utentes inscritos nas Unidades de Cuidados de Saúde Primários do concelho de Valença, por Unidades Funcionais (dezembro 2019) (N.º)	75
Tabela 25 – Partos e IVG, por município de residência da mãe (2011 e 2018 Pro) (N.º)	77
Tabela 26 – Indicadores de saúde por municípios na Região do Alto Minho (taxa de mortalidade infantil e neonatal, 2007/2011 e 2014/2018) (%)	78
Tabela 27 – Indicadores de saúde por municípios na Região do Alto Minho (taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório e por tumores malignos, 2011 e 2018) (%)	81
Tabela 28 – Morbilidade - Proporção de inscritos por diagnóstico ativo, no Continente, ARS Norte e ULS Alto Minho, por sexo (dezembro 2016) (%)	82
Tabela 29 – Determinantes de Saúde - Proporção de inscritos por diagnóstico ativo, no Continente, ARS Norte e ULS Alto Minho, por sexo (dezembro 2016) (%)	83
Tabela 30 – Consultas externas de Neurologia, Psiquiatria e Psiquiatria da Infância e da Adolescência, na Região Norte (2017) (N.º)	84
Tabela 31 – Indicadores de saúde por municípios na Região do Alto Minho (óbitos por transtornos mentais e comportamentais e por suicídios e lesões autoprovocadas voluntariamente) (2011, 2015 e 2017) (N.º)	84
Tabela 32 – Indicadores de prestações sociais da Segurança Social, por municípios da Região do Alto Minho (2018) (€)	87
Tabela 33 – Pensionistas da Segurança Social, segundo o tipo de pensão (2018) (N.º)	89
Tabela 34 – Pessoas em situação de desemprego inscritas no IEFP no total da população residente em idade ativa (15 a 64 anos) (2018) (%)	90
Tabela 35 – Beneficiárias/os de subsídios de desemprego da Segurança Social, segundo o sexo (2018) (N.º)	91
Tabela 36 – Subsídios por doença da Segurança Social, segundo o sexo (N.º e €) (2018)	92
Tabela 37 – Principais prestações familiares da Segurança Social (N.º e €) (2018)	93
Tabela 38 – Principais prestações familiares da Segurança Social (2018) (N.º e €) (Cont.)	94
Tabela 39 – Subsídio parental inicial da Segurança Social, segundo o sexo (2018) (N.º e €)	95
Tabela 40 – Beneficiários de CSI no concelho de Valença, por sexo, (2011, 2013, 2015, 2017/2018) (N.º)	95
Tabela 41 – Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, segundo sexo (2018) (N.º)	96
Tabela 42 – Estabelecimentos da rede escolar pública do município de Valença por oferta educativa (2018/2019)	99
Tabela 43 – Estabelecimentos da rede escolar pública do município de Valença por grau de ensino e n.º de alunos inscritos (2018/2019)	100
Tabela 44 – Total de alunos inscritos na rede escolar pública do município de Valença – Ano letivo 2017/2018 e 2018/19 (N.º)	101
Tabela 45 – Equipamentos e alunos inscritos por grau de ensino, na rede pública e na rede privada – Ano letivo 2017/2018 e 2018/2019 (N.º)	101

Tabela 46 – Taxa de Abandono Escolar no concelho de Valença, por freguesia (2011) (%) .	102
Tabela 47 – Indicadores de Educação (2018) (%)	103
Tabela 48 – População residente no concelho de Valença, segundo os níveis de escolaridade concluídos, por freguesia (2011) (N.º).....	105
Tabela 49 – População residente com 10 e mais anos de idade analfabetos (2011) (N.º)	106
Tabela 50 – Vítimas de violência doméstica residentes no concelho de Valença, acompanhadas pelo CAVVD, por género e média de idade (2016, 2017, 2018 e 2019) (N.º)	113
Tabela 51 – Crimes de violência doméstica registados pelas autoridades policiais (2016, 2017, 2018 e 2019) (N.º)	113
Tabela 52 – Núcleos familiares monoparentais, por grupo etário, no concelho de Valença (2011) (N.º).....	115
Tabela 53 – Núcleos familiares monoparentais, por freguesia e nível de escolaridade (2011) (N.º)	116
Tabela 54 – Famílias clássicas segundo a dimensão, por freguesia (2011) (N.º)	117
Tabela 55 – Variação percentual da população residente no concelho de Valença, com menos de 15 anos de idade, por grupo etário (%)	120
Tabela 56 – População residente no concelho de Valença, com menos de 15 anos de idade, segundo o sexo, por freguesia (N.º) (2011)	121
Tabela 57 – Índice de Dependência de Jovens dos municípios da Região do Alto Minho (2001, 2011, 2014, 2018) (%)	122
Tabela 58 – Volume processual da CPCJ de Valença nos anos 2016, 2017 e 2018.....	122
Tabela 59 – Distribuição das principais problemáticas sinalizadas nos processos transitados, instaurados e reabertos da CPCJ de Valença nos anos 2016, 2017 e 2018 (N.º)	124
Tabela 60 – Situações sinalizadas à CPCJ, por freguesia, em junho de 2019 (N.º)	125
Tabela 61 – Variação percentual da população residente no concelho de Valença, com 65 ou mais anos de idade, por grupo etário	128
Tabela 62 – População residente no concelho de Valença, com 65 ou mais anos de idade, segundo o sexo e grupo etário, por freguesia (N.º) (2011)	129
Tabela 63 – Índice de Dependência de Idosos e Índice de Envelhecimento dos municípios da Região do Alto Minho (2011, 2014, 2018) (%)	131
Tabela 64 – Saldo migratório dos municípios da Região do Alto Minho, nos anos 2001, 2011, 2014, 2016 e 2018.....	134
Tabela 65 – Cenários futuros do Saldo Migratório (projeções 2025 – 2035).....	135
Tabela 66 – População residente no concelho de Valença segundo a naturalidade da população (2011) (N.º)	136
Tabela 67 – População estrangeira residente no concelho de Valença, por nacionalidade e grupo etário (2011) (N.º)	136
Tabela 68 – População estrangeira residente nos municípios do distrito de Viana do Castelo, com Título de Residência (2011, 2012, 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018) (N.º).....	137

Tabela 69 – Residentes no concelho de Valença, segundo nacionalidade (2011, 2014, 2016 e 2018) (N.º)	138
Tabela 70 – Caracterização da comunidade cigana residente no concelho de Valença (fevereiro de 2020).....	139
Tabela 71 – Grupo etário, qualificações e situação face ao emprego da população de etnia cigana residente no concelho de Valença (fevereiro de 2020).....	140
Tabela 72 – Situação face ao emprego da população de etnia cigana residente no concelho de Valença (fevereiro de 2020) (N.º).....	140
Tabela 73 – Situação habitacional dos agregados de etnia cigana residentes no concelho de Valença (fevereiro de 2020) (N.º).....	140
Tabela 74 – População residente no concelho de Valença, com pelo menos uma dificuldade, por freguesia e sexo (2011) (N.º).....	142
Tabela 75 – População residente no concelho de Valença, com pelo menos uma dificuldade, que não consegue realizar a ação, por freguesia e por tipo de dificuldade (2011) (N.º)	144
Tabela 76 – População residente no concelho de Valença, com 15 e mais anos de idade e com pelo menos uma dificuldade, segundo o principal meio de vida (2011) (N.º)	145
Tabela 77 - Proporção de utentes com registo de demências, perturbações da ansiedade e perturbações depressivas entre os utentes inscritos ativos em CSP (%), por região de saúde (2011-2016)	157
Tabela 78 – Indicadores de população (Portugal).....	173
Tabela 79 – Respostas sociais para pessoas idosas no concelho de Valença (N.º).....	174
Tabela 80 – Respostas sociais para pessoas idosas no concelho de Valença (N.º (Cont.)....	174
Tabela 81 – Capacidade e ocupação das respostas sociais para pessoas idosas no concelho de Valença (N.º).....	175
Tabela 82 – Capacidade e ocupação das respostas sociais para pessoas idosas no concelho de Valença (N.º).....	175
Tabela 83 – Pessoas idosas que vivem em situação vulnerável, sozinhas e/ou isoladas, identificadas pela GNR	177
Tabela 84 – Composição dos agregados familiares por número de elementos que os constituem (N.º).....	185
Tabela 85 – Distribuição dos jovens de etnia cigana residentes no concelho de Valença, por ocupação (N.º).....	186
Gráfico 1 – População residente no concelho de Valença, segundo a freguesia, nos anos de 2001 e 2011 (N.º)	48
Gráfico 2 – População residente no concelho de Valença, segundo grupos etários, nos anos de 2001, 2011 e 2018 (N.º)	49
Gráfico 3 – Evolução do n.º médio anual de pessoas em situação de desemprego no concelho de Valença, inscritas no Centro de Emprego, segundo o Género (N.º)	56

Gráfico 4 – Evolução do n.º médio anual de pessoas em situação de desemprego no concelho de Valença, inscritas no Centro de Emprego, segundo o tempo de inscrição e a situação face à procura de emprego (N.º)	57
Gráfico 5 – Desemprego registado no concelho de Valença, segundo o grupo etário (situação no fim do mês dezembro 2019) (N.º)	58
Gráfico 6 – Desemprego registado no concelho de Valença, segundo os níveis de escolaridade (situação no fim do mês dezembro 2019) (N.º).....	59
Gráfico 7 – Densidade de alojamentos no concelho de Valença, por freguesia (2011) (N.º de Alojamentos/Km ²)	65
Gráfico 8 – Forma de ocupação dos alojamentos familiares no concelho de Valença (2011) (%)	67
Gráfico 9 – Evolução da taxa bruta de mortalidade, fecundidade e natalidade (análise comparativa entre 2011, 2015 e 2018) (‰)	76
Gráfico 10 – Evolução da taxa bruta de mortalidade (2001, 2006, 2011, 2016) (‰)	78
Gráfico 11 – Mortalidade proporcional por grandes grupos de causas de morte no triénio 2012-2014, para todas as idades e ambos os sexos (Continente, ARS Norte e ULS Alto Minho) (%)	80
Gráfico 12 – Evolução da taxa de incidência da infeção VIH (Continente, ARS Norte e ULS Alto Minho) (/100000 habitantes) (2006, 2008, 2010, 2012, 2014, 2016) (%)	83
Gráfico 13 – N.º médio de dias das prestações sociais da Segurança Social, por municípios da Região do Alto Minho (2018) (N.º)	88
Gráfico 14 – Beneficiárias/os de subsídios de desemprego da Segurança Social, por concelho da Região do Alto Minho (2018) (N.º)	90
Gráfico 15 – Beneficiárias/os de subsídios de desemprego da Segurança Social do concelho de Valença, segundo a idade (2018) (%)	92
Gráfico 16 – Beneficiários do rendimento social de inserção, segundo faixa etária (2018) (N.º)	97
Gráfico 17 – População residente no concelho de Valença, segundo os níveis de escolaridade concluídos (2001 e 2011) (%)	104
Gráfico 18 – População analfabeta, com 10 e mais anos de idade, residente no concelho de Valença, segundo o género, por freguesias (2011) (N.º).....	107
Gráfico 19 – Evolução da taxa de criminalidade no concelho de Valença entre 2012 e 2018 (‰)	110
Gráfico 20 – Taxa de criminalidade no concelho de Valença por categoria de crime em 2018 (‰)	111
Gráfico 21 – Crimes registados pelas autoridades no concelho de Valença, por categoria de crime, entre 2012 e 2018 (%)	112
Gráfico 22 – População residente no concelho de Valença, com menos de 15 anos de idade, entre os anos 2001 e 2018 (N.º).....	119

Gráfico 23 – População residente no concelho de Valença, com menos de 15 anos de idade, por grupos etários, entre 2001 e 2018 (N.º)	120
Gráfico 24 – Volume processual por grupo etário, nos anos 2016, 2017 e 2018 (%)	123
Gráfico 25 – Crianças e jovens acompanhados nos anos 2016, 2017 e 2018 por género (%)	124
Gráfico 26 – População residente no concelho de Valença, com 65 ou mais anos de idade, entre os anos 2001 e 2018 (N.º)	127
Gráfico 27 – População residente no concelho de Valença, com 65 ou mais anos de idade, por grupos etários, entre 2001 e 2018 (N.º)	128
Gráfico 28 – População residente no concelho de Valença, com 65 ou mais anos de idade, por freguesia (2011) (%)	130
Gráfico 29 – População residente no concelho de Valença, com 65 ou mais anos de idade, segundo o grupo etário, por freguesia (N.º) (2011)	130
Gráfico 30 – População residente no concelho de Valença, com 65 ou mais anos, a residir só, segundo o género e a freguesia (2011) (N.º)	132
Gráfico 31 – População estrangeira residente no concelho de Valença, com Título de Residência, segundo o género (2018) (nº)	139
Gráfico 32 – População residente no concelho de Valença, com pelo menos uma dificuldade, por grupo etário (2011) (N.º)	143
Gráfico 33 – População residente no concelho de Valença, com pelo menos uma dificuldade, por tipo e grau de dificuldade (2011) (N.º)	144
Gráfico 34 - Problemas identificados pelos atores locais como prioritários de intervenção na área “Saúde”	155
Gráfico 35 – Taxa de mortalidade padronizada por suicídio, por 100 000 habitantes na Região Norte (%)	158
Gráfico 36 – Nível de escolaridade completo da população cigana residente em Valença, por género (N.º)	182
Gráfico 37 – Nível de escolaridade das crianças de etnia cigana, em idade pré-escolar, residentes no concelho de Valença (N.º)	183
Gráfico 38 – Taxas de escolarização no 1º, 2º e 3º CEB das crianças e jovens de etnia cigana residentes no concelho de Valença	183
Gráfico 39 – Distribuição das famílias de etnia cigana residentes no concelho de Valença por tipo de alojamento (N.º)	185
Figura 1 – NUTS III	44
Figura 2 – Concelho de Valença	44
Figura 3 – Freguesias do concelho de Valença, após a reorganização administrativa de 2013	45

Lista de Siglas

ACES – Agrupamento de Centros de Saúde
AML – Área Metropolitana de Lisboa
APPACDM – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental
ARS – Administração Regional de Saúde
CAOP – Carta Administrativa Oficial de Portugal
CD – Centro de Dia
CEB – Ciclo de Ensino Básico
CIF – Classificação Internacional de Funcionalidade
CLAS – Conselho Local de Ação Social
CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
CSF – Comissão Social de Freguesia
CSI – Complemento Solidário para Idosos
CSIF – Comissão Social Inter-Freguesias
CSP – Cuidados de Saúde Primários
DGS – Direção Geral da Saúde
EB – Escola Básica
ENEAS – Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável
ENICC – Estratégia Nacional para a Integração de Comunidades Ciganas
ERPI – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas
GNR – Guarda Nacional Republicana
IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional
IGF – Instituto de Gestão Financeira
IHRU – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana
INE – Instituto Nacional de Estatística
ISS, IP – Instituto da Segurança Social, I.P.
IVG – Interrupção Voluntária da Gravidez
JI – Jardim de Infância
NEET – “Not currently engaged in Employment, Education or Training”
NGPH – Nova Geração de Políticas de Habitação
NUTS – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
PDM – Plano Diretor Municipal
PDS – Plano de Desenvolvimento Social
Pe – Valor preliminar
PIB – Produto Interno Bruto
PIEF – Percurso Integrado de Educação e Formação

PNAI – Plano Nacional de Ação para a Inclusão

Pro – Valor provisório

RCM – Resolução de Conselho de Ministros

RLIS – Rede Local de Intervenção Social

RNCCISM – Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental

RSI – Rendimento Social de Inserção

Rv – Valor revisto

SAD – Serviço de Apoio Domiciliário

SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SNS – Serviço Nacional de Saúde

TMP – Taxa de Mortalidade Padronizada

UCC – Unidade de Cuidados na Comunidade

UCSP – Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados

UE28 – Países da União Europeia (UE) a 28 membros

ULS – Unidade Local de Saúde

ULSAM – Unidade Local de Saúde do Alto Minho

USAG – Unidade de Serviços e Apoio Geral

USMC – Unidade de Saúde Mental Comunitária

VIH – Vírus da Imunodeficiência Humana

1. APRESENTAÇÃO

O Diagnóstico Social constitui um instrumento de referência da maior importância no âmbito da intervenção social, visto que nos permite um conhecimento mais sistematizado da nossa realidade.

Sendo um instrumento que resulta dos contributos dos vários parceiros, torna-se parte integrante do processo de intervenção e espelha o resultado das reais necessidades do Concelho de Valença.

O Diagnóstico Social facilita a definição de estratégias, visando a promoção do desenvolvimento local e a coesão social, numa lógica de planeamento participado e integrado, procurando respostas inovadoras e racionalização dos recursos locais, assente numa base de compromisso e de corresponsabilização de todos os parceiros.

É neste enquadramento que resultará o PDS (Plano de Desenvolvimento Social) que irá delinear um conjunto de intervenções que poderão fundamentar futuras candidaturas.

O atual quadro pandémico que estamos a atravessar e os constrangimentos que dele resultam, realçam a relevância do Diagnóstico Social. O potencial do seu contributo para a articulação entre as necessidades e as respostas a criar ou a promover, designadamente através da operacionalização de medidas de intervenção que, dirigidas à otimização dos recursos disponíveis, visem minimizar as fragilidades identificadas no tecido social do nosso Concelho.

Numa época em que os serviços da Administração Local estão a ser solicitados a assumir outras competências, até agora assumidas pela Administração Central, é importante que os serviços tenham ferramentas que reforcem a sua capacidade de atuação para os desafios que o trabalho de proximidade coloca.

A intervenção que privilegie um desenvolvimento social mais harmonioso, solidário e inclusivo reunirá maiores probabilidades de ser mais bem sucedida se assentar num trabalho em rede em que a proximidade, participação dos diversos atores sociais são fatores essenciais.

Para esse objetivo, o Diagnóstico Social configura-se como um documento estratégico essencial.

A Vereadora de Ação social e Educação

Elisabete Maria Lourenço Araújo Domingues

2. NOTA INTRODUTÓRIA

O presente Diagnóstico Social do concelho de Valença é parte integrante de um processo de planeamento da intervenção e desenvolvimento social de âmbito concelhio. Um diagnóstico social é, pela sua natureza dinâmica, um documento que não encerra um processo, mas antes é desencadeador de outros, devendo estar permanentemente aberto a novos contributos e atualizações. Não obstante, perante os principais constrangimentos e vulnerabilidades do território, e das suas comunidades em matéria de inclusão social, é relevante produzir, periodicamente “pontos de situação” que diagnostiquem e materializem os processos de levantamento de problemas e necessidades. O presente documento constitui, precisamente, a concretização deste processo.

O conteúdo do Diagnóstico Social de Valença resulta dos contributos recolhidos junto dos diversos *stakeholders* locais que foram mobilizados para este processo, cruzados e complementados por um leque alargado de indicadores que foi possível recolher junto dos parceiros do Conselho Local de Ação Social (CLAS), bem como de fontes oficiais como o Instituto Nacional de Estatística (INE) ou outros órgãos da administração pública, como Ministérios e as suas Direções Gerais e documentos internos fornecidos pelos diferentes serviços do município. A abordagem metodológica utilizada valorizou a experiência daqueles que mais próximo estão dos problemas e de quem os vive, as instituições locais e os seus técnicos e dirigentes.

Com a implementação deste processo de planeamento pretende-se que o Município e as entidades parceiras que constituem a Rede Social de Valença passem a ter: um instrumento de planeamento coerente com as políticas e estratégias nacionais e europeias; um Diagnóstico Social que seja resultado da reflexão e participação dos *stakeholders* locais e onde todos se revejam; um instrumento de suporte a candidaturas a programas e medidas; clareza estratégica quanto ao percurso de desenvolvimento social do concelho; um instrumento de trabalho que potencie o aproveitamento cabal das oportunidades de financiamento e apoio para projetos e respostas na área social.

3.O PROGRAMA REDE SOCIAL

O Programa Rede Social foi concebido pelo governo português à data de 1997 e formalizado através da Resolução de Conselho de Ministros (RCM) 197/97 de 18 de novembro. Posteriormente foram publicados o Despacho Normativo N.º 8/2002, de 12 de fevereiro, e o Decreto-Lei N.º 115/2006, de 14 de junho.

O Programa assume um contexto societal pós-moderno, marcado por um novo entendimento dos processos de mudança e desenvolvimento social, traduzido no conceito de 'sociedade em rede'.

Esta RCM designa por Rede Social "... o conjunto das diferentes formas de entreajuda, bem como das entidades particulares sem fins lucrativos e dos organismos públicos que trabalham no domínio da ação social e articulam entre si e com o governo a respetiva atuação, com vista à erradicação ou atenuação da pobreza e exclusão social e à promoção do desenvolvimento social", alicerçando o conceito na "... tradição secular de entreajuda familiar e de solidariedade mais alargada" do país.

Tendo por base a ideia descrita, o Programa procura estimular a criação de redes locais de cooperação (de base concelhia ou intra concelhia), que reconheçam a multidimensionalidade dos fenómenos e a complementaridade entre os setores público e privado e promovam a participação ativa das populações e seus representantes nos processos de tomada de decisão sobre o desenvolvimento local. Deste modo, estas redes locais devem estar aptas a: i) unir os esforços das diversas organizações com intervenção na esfera social, de modo a obter ganhos de eficácia; ii) alinhar meios, procedimentos e agentes de resposta a nível local; iii) rentabilizar os recursos endógenos aos territórios e, por conseguinte, às organizações que neles operam e às populações que neles habitam (ou trabalham); iv) promover inovações na concretização das políticas sociais; v) fomentar relações de confiança e partilha com proveitos e mais-valias para todas as partes.

Estes objetivos traduzem o reconhecimento da impossibilidade de trabalhar de forma fragmentada, não coordenada e, acima de tudo, não participada, e procuram evitar o desperdício de recursos e sinergias dos atores sociais quando se desenvolvem ações isoladas. De modo a dar cumprimento a estes objetivos, o Programa privilegia um conjunto de princípios orientadores, a saber:

Princípio da Integração

Este princípio chama a atenção para a necessidade de uma atuação conjunta entre as diferentes organizações que operam num dado território, bem como entre os três grandes pilares do desenvolvimento territorial (economia, ambiente e social).

“O desafio que se coloca à Rede Social é o de se ser capaz de integrar as várias medidas de política e os instrumentos existentes ao nível dos vários setores numa ação concertada e coerente de desenvolvimento local.”

Princípio da Articulação

Este princípio decorre do primeiro e concretiza a necessidade de articular a intervenção dos diferentes atores locais que operam num mesmo território, de forma horizontal, simplificada, participada e corresponsável.

“Em consonância com este princípio, a Rede Social deve constituir um suporte da ação, permitir criar sinergias entre os recursos e as competências existentes na comunidade, fornecer uma logística comum aos diferentes parceiros e contribuir para a promoção de projetos.”

Princípio da Subsidiariedade

O princípio da subsidiariedade traduz uma ideia de proximidade às populações, aos seus problemas, aos seus recursos e às suas capacidades, de modo a envolver os destinatários das intervenções na definição do seu próprio processo de desenvolvimento e de modo a obter ganhos efetivos em termos de eficácia, eficiência e impacto das medidas.

“Neste contexto, a aplicação deste princípio implica reconhecer que, só depois de explorados os recursos e competências locais, se apela a outros níveis sucessivos de encaminhamento e resolução dos problemas.”

Princípio da Inovação

Este princípio representa o reconhecimento do tipo de sociedade atual, caracterizada pela volatilidade e por um ritmo de mudança sem precedentes na história da Humanidade, o que acarreta novas exigências às organizações e aos indivíduos, no sentido de se adaptarem e criarem respostas organizacionais inovadoras e em conformidade com estas exigências.

“Ao apostar na descentralização da intervenção social e na responsabilização conjunta dos agentes locais, no desenvolvimento de uma nova forma de parceria estratégica baseada numa ampla democracia participativa e no planeamento intersectorial da intervenção social local, a Rede Social coloca-se na vanguarda do processo de inovação da intervenção social e da transformação de mentalidades.”

Princípio da igualdade de género

O planeamento e a intervenção integram a dimensão de género quer nas medidas e ações quer na avaliação do impacto. A importância da questão da igualdade está alicerçada no pressuposto de que uma maior igualdade de género tem impactos positivos em diversos sectores da vida social, económica, cultural e política, nomeadamente: i) a nível macroeconómico, contrariando os efeitos negativos do envelhecimento da população por via da atenuação da falta de mão-de-obra e de competências em algumas profissões e do contributo para o crescimento pela base da pirâmide demográfica, fazendo com que as opções de natalidade não estejam sujeitas a estrangimentos laborais ou materiais; ii) a nível microeconómico, considerando-se que uma organização do trabalho mais flexível e que tem em conta a família, favorece a redução do absentismo e potencia a produtividade e competitividade das empresas e das regiões; e iii) a nível sociocultural, sendo que uma maior participação política e cívica das mulheres e o igual acesso a direitos e oportunidades contribuem para uma sociedade mais coesa e mais justa.

No plano metodológico, o Programa situa-se no quadro de desenvolvimento de novas formas de pensar a intervenção social, tendendo à superação definitiva do paradigma assistencialista, com as suas lógicas de intervenção centradas em situações pontuais e individualizadas.

Correspondendo ao reconhecimento do carácter multidimensional das situações de pobreza e exclusão social, algumas ideias têm vindo progressivamente a impor-se, designadamente a corresponsabilização do Estado e da Sociedade Civil no combate aos fenómenos de pobreza e exclusão, traduzida no desenvolvimento de culturas de parceria e de trabalho em rede e de responsabilidade social.

É com base nesta perspetiva que foi proposto aos concelhos que implementam o Programa que desenvolvam os seguintes produtos:

Formalização das estruturas de parcerias: Conselhos Locais de Ação Social (CLAS), Comissões Sociais de Freguesia (CSF) ou Comissões Sociais Inter Freguesias (CSIF) e outros grupos de trabalho ou temáticos, de acordo com a realidade de cada concelho.

Os CLAS e as CSF são as formas organizativas que materializam a Rede Social, enquanto plataformas de planeamento e coordenação da intervenção social, respetivamente, a nível concelhio e a nível de freguesia. Estas estruturas são formalizadas através de Regulamentos Internos próprios e autónomos, que devem contemplar os princípios e orientações gerais do Programa. Quanto à sua natureza, ambos os órgãos não possuem personalidade jurídica, assumindo a figura de órgãos de concertação entre os seus membros.

Diagnóstico Social e Sistema de Informação Local

A elaboração do diagnóstico concorre para um maior conhecimento dos recursos existentes (endógenos e exógenos) e das capacidades dos territórios para o recenseamento dos problemas, o esclarecimento das carências, a determinação de prioridades e as estratégias a adotar.

O desenho e implementação de um sistema de informação local apoia-se no trabalho desenvolvido para elaborar o diagnóstico social. Trata-se de construir um sistema de recolha de informação permanente que permita a atualização periódica do conhecimento da realidade social nas freguesias e no concelho, servindo de base à atualização e aprofundamento do diagnóstico social.

Plano de Desenvolvimento Social (PDS)

Estes planos desenvolvem-se a partir dos diagnósticos elaborados e da consequente definição de prioridades e linhas estratégicas para a intervenção local. A elaboração do PDS deve ser um processo participado, negociado e contratualizado entre os parceiros, assim como o processo de elaboração do diagnóstico social. Desta forma, garante-se a representação de sensibilidades diversificadas quanto aos problemas e objetivos em presença e, por outro lado, assegura-se a viabilidade e concretização do plano.

É, desta forma, possível aumentar a capacidade de identificação e resolução de problemas, gerando respostas concretas, incrementar o número de projetos locais com base na reunião de recursos e capacidades das organizações, melhorar os níveis de

participação dos destinatários dos programas e projetos de intervenção social que lhes dizem respeito, numa lógica de *empowerment* (individual, coletivo e organizacional).

Modelo de articulação entre as parcerias existentes no território concelhio

Este modelo tem por objetivo equacionar propostas locais de articulação entre as parcerias que já existem no terreno, assumindo a Rede Social o papel de parceria enquadradora. Este desafio pretende dar resposta ao problema da multiplicação de parcerias de diversos âmbitos no plano local, as quais por vezes contribuem para a multiplicação de reuniões e para a dispersão de esforços dos técnicos das várias entidades. Este modelo deverá ter como impactos: 1) rentabilização da ação dos agentes locais pertencentes às diferentes entidades locais com intervenção social; 2) transformação da cultura e práticas dos serviços e instituições locais, no sentido de uma maior transparência e da abertura às outras entidades e às populações. Esta articulação deverá traduzir-se, ainda, numa simbiose entre instrumentos de planeamento local (Plano Diretor Municipal, Planos Estratégicos, etc.) e nacional (PNAI, PNI, Plano Nacional de Emprego, Plano Nacional de Saúde, etc.) com vista à promoção das dinâmicas de desenvolvimento local.

Rede Social de Valença

A Rede Social do concelho de Valença é composta por um CLAS e o respetivo Núcleo Executivo. O CLAS é constituído por representantes de 42 entidades públicas e privadas do concelho, que têm como objetivo promover o desenvolvimento social local, analisando e discutindo todo o trabalho realizado nesta matéria. O CLAS é presidido pela vereadora de Ação Social da Câmara Municipal de Valença. São objetivos específicos da Rede Social de Valença:

- ▶ Induzir o diagnóstico social e o planeamento participados;
- ▶ Promover a coordenação das intervenções ao nível concelhio e das freguesias;
- ▶ Procurar soluções para os problemas das famílias e pessoas em risco ou em situação de exclusão social;
- ▶ Formar e requalificar agentes envolvidos nos processos de desenvolvimento local;
- ▶ Promover uma cobertura adequada do concelho por serviços e equipamentos;
- ▶ Potenciar e divulgar o conhecimento sobre as realidades concelhias.

O CLAS de Valença tem a seguinte composição:

Câmara Municipal de Valença
Junta de Freguesia de Boivão
Junta de Freguesia de Cerdal
Junta de Freguesia de Fontoura
Junta de Freguesia de Gandra
Junta de Freguesia de Ganfei
U.F. de S. Julião e Silva
Junta de Freguesia de S. Pedro da Torre
U.F. de Valença, Arão e Cristelo Covo
U.F. de Gondomil e Sanfins

Pastoral Social de Valença
Iris Inclusiva
Centro Social e Cultural de S. Pedro da
Torre
Centro Social e Paroquial de Cerdal
Comunidade Associativa Arcanjos S. Miguel
e S. Gabriel – IPSS
Santa Casa da Misericórdia de Valença

Ass. Cultural e Desp. S. Salvador de
Gandra
Ass. Cultural de Verdoejo
Ass. de Habitantes de Chamosinhos
Ass. de Pais do Agrup. Muralhas do Minho
Ass. de Reformados e Aposentados de
Valença
Rotary Club de Valença
Sociedade Recreativa Segadanense
Ass. Musical de S. Pedro da Torre

Fundação Caixa Agrícola do
Noroeste
ADRIMINHO
Perfeita Âncora
Old Care

Centro de Saúde de Valença
RLIS
Agrup. de Escolas Muralhas do
Minho
ETAP
Bombeiros Voluntários de Valença
G.N.R. – Posto territorial de
Valença
I.E.F.P. – Delegação Valença
I.D.T – Delegação Viana do Castelo
IPVC – Polo de Valença
Segurança Social ISS, IP

A.C.A.P.O - Delegação de Viana
APPACDM – Delegação de Valença
Cruz Vermelha – Núcleo de Valença

Fonte: Site da Câmara Municipal de Valença

4. NOTA METODOLÓGICA

A metodologia utilizada na elaboração do Diagnóstico Social de Valença foi concebida e executada em torno de dois tipos de informação distinta e complementares entre si. A saber, as percepções dos profissionais que trabalham nas diversas áreas de âmbito social, no concelho de Valença, e os dados estatísticos oficiais, relativos às áreas que são abordadas e aprofundadas no presente documento.

As percepções dos profissionais dos diversos parceiros da Rede Social, relativamente aos seus territórios e áreas de atuação, foram fundamentais para a elaboração e estruturação do atual diagnóstico. Esta informação foi produzida e recolhida em três etapas distintas do trabalho realizado. Por um lado, foi realizado um inquérito *online* (ver anexo I), aplicado a todos os parceiros da Rede Social. Através deste instrumento, as entidades tiveram a possibilidade de atualizar as áreas prioritárias para o concelho (foram obtidas 31 respostas ao questionário). Num segundo momento, e simultaneamente com a aplicação desta ferramenta *online*, foram realizadas sessões com os atores locais, onde foram identificados os principais problemas do território, as suas causas, os recursos que podem potenciar a solução dos mesmos e ainda as propostas de intervenção mais adequadas (ver anexo II, listagem de entidades parceiras presentes nos *workshops*).

Num terceiro momento, foi realizado um grupo focal com o núcleo executivo da Rede Social para discussão dos resultados obtidos nas etapas anteriores e aprofundar informação relevante para caracterização das áreas prioritárias. O processo de construção do Diagnóstico Social contou assim, com o contributo destes atores que possibilitou um conjunto de informações complementares permitindo uma leitura mais aprofundada, e também mais adequada às realidades específicas do concelho.

Complementarmente à recolha de percepções referidas nas três etapas anteriores, foi recolhido um conjunto de informações específicas junto dos diversos setores de intervenção presentes no CLAS, o que permitiu obter informação detalhada e produzida localmente, que não se encontra disponível nos dados oficiais já publicados.

Para além do levantamento de todas estas percepções e dados setoriais, foi realizada a análise documental de um conjunto alargado de estatísticas oficiais de referência, instrumentos de planeamento, planos e relatórios referentes às várias áreas que

integram o presente Diagnóstico Social, para além das referências bibliográficas identificadas, fundamentais para a produção deste documento. Enquanto limitações sentidas na análise da informação, destacamos o período decorrente desde o último momento censitário (2011) e no qual nos fundamentámos para caracterizar as freguesias do concelho, bem como, alguma disparidade de dados entre fontes oficiais (INE; PORDATA).

Após a recolha dos dados foi feita a sua interpretação e análise, resultando de uma abordagem de complementaridade e triangulação de perspetivas entre informações de naturezas distintas, o que possibilitou, para além da caracterização do território de Valença, a identificação dos principais constrangimentos para os quais será prioritário encontrar estratégias de atuação adequadas, as quais poderão constituir a componente fundamental do que será o Plano de Desenvolvimento Social.



5. SÍNTESE DIAGNÓSTICA

Um diagnóstico social pretende fornecer um conjunto de informações importantes que permita a eficiência, eficácia e impacto da intervenção e nesse sentido quer contribuir com conteúdos que facilitem a clareza estratégica para o percurso de desenvolvimento social do concelho.

Começamos, então por um conjunto de conclusões de âmbito mais genérico, que terão reflexo no que foram consideradas posteriormente, áreas prioritárias de desenvolvimento para o concelho e que também resultam da perceção da maioria dos atores chave contactados.

Os dados, que poderão ser consultados com maior detalhe nos pontos que se seguem, apresentam informações, que ainda que não sejam absolutamente novos, são significativos para compreender a realidade social do concelho. De forma a sintetizar graficamente alguns destes dados apresenta-se um infograma, que intitulámos por “Retrato Municipal”.

Continuando a reflexão em torno do que são dados demográficos, é importante destacar que o concelho de Valença entre 2011 e 2018 regista uma diminuição populacional. Estima-se que no final de 2018, residiam no concelho 13.283 habitantes. Destes, existe um aumento significativo da população com idade igual ou superior a 65 anos e uma diminuição da população com idade igual ou inferior a 14 anos. Consequentemente, é de sinalizar que Valença é o quarto concelho menos envelhecido da Região do Alto Minho, ainda assim com um índice de envelhecimento de 220,2, valor superior à média nacional (159,4) e da região norte (159,6) significando com isso problemas associados, designadamente ao nível do acompanhamento e da qualidade de vida desta população (Anuário Estatístico Região Norte 2018).

Do ponto de vista do mercado de trabalho, salienta-se que a proporção da população empregada fora do concelho de Valença é de 27,9%, significando que um número significativo dos residentes se desloca para outros municípios para desempenhar a sua atividade laboral. Ao nível do desemprego, os números acompanham as médias nacionais, tendo vindo a decrescer desde 2013, sendo que a maioria da população que se encontra desempregada está em idade ativa (35-54 anos), seguida da faixa etária acima dos 55 anos.

Os dados revelam alguma fragilidade ao nível do edificado, com elevada percentagem de edifícios antigos e que necessitam de obras de reparação. Salienta-se que, no que

se refere à habitação social, Valença é o terceiro município da Região do Alto Minho com maior número de edifícios de habitação social, sendo que a maioria dos quais se encontram arrendados. Apesar das políticas municipais, este concelho mantém algumas zonas de habitação ilegal e de barracas, algumas das quais associadas à comunidade cigana. O aumento do valor das rendas que se tem vindo a sentir por todo o território nacional, afetou também o concelho de Valença, o que aliado à pouca oferta de habitação para arrendar e adquirir a custos controlados tem contribuído para a saída de população do território.

Relativamente à saúde, este concelho apresenta um défice em comparação com outros municípios da Região do Alto Minho, no que diz respeito ao número de médicos por 1000 habitantes (1,8 em Valença, sendo o segundo município do Alto Minho com menor número de médicos por 1000 habitantes, apenas precedido do município de Paredes de Coura com 1,4). As Unidades de Saúde existentes no concelho respondem à grande maioria da população residente, sendo que apenas 1 dos utentes inscritos não tem médico de família atribuído (à data de janeiro de 2020). Do ponto de vista da saúde mental e dos consumos e dependências, não existem muitos dados sobre esta área, contudo parece existir um aumento de problemas a este nível, segundo a perceção dos atores sociais (nomeadamente doença mental).

No que se refere à proteção social, os dados confirmam que o concelho tem grupos populacionais com vulnerabilidades, sendo a precariedade económica e a pobreza sinais dessa situação com reflexo em diferentes dimensões. Assim, apesar de Valença surgir como o quarto concelho da Região do Alto Minho com menor número de pensionistas por velhice, é o quarto concelho desta sub-região com maior número de beneficiários de subsídio de desemprego, bem como o terceiro concelho com maior número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI), dos quais aproximadamente 39% tinham menos de 25 anos. Considerando que o limiar de risco de pobreza (anual), em 2018, foi de 6.014€ e os valores médios anuais das pensões de invalidez, velhice e sobrevivência e de subsídio de desemprego no concelho de Valença, foram de 3.597€, 4.390€, 2.532€ e 2.618€, respetivamente, é possível inferir sobre a fragilidade económica destes mesmos grupos populacionais.

Ao nível da população estrangeira os dados revelam que esta tem vindo a aumentar desde 2015, sendo maioritariamente proveniente do Brasil e de Espanha.

No que respeita à área da deficiência e/ou incapacidade, em 2011, cerca de 8,55% da população residente referiu ter pelo menos uma dificuldade ao nível físico e/ou cognitivo,

sendo as mais prevalentes na população as dificuldades associadas à mobilidade, à visão, à memória/concentração e à audição.

Apesar de registar o menor número de crianças e jovens dos últimos 17 anos, Valença tem continuado a investir na promoção e qualidade da educação. Em 2018, o concelho regista uma taxa bruta de escolarização elevada no ensino básico (superior a 100%) que reflete uma taxa de retenção e desistência de aproximadamente 7,6% no Ensino Básico (sendo mais elevada no 2º Ciclo do Ensino Básico, 9,6%). Existe uma percentagem significativa sem qualquer nível de escolarização concluído ou apenas com o 1º Ciclo do Ensino Básico, repercutindo-se no nível de vida de muitas famílias. Face aos dados é por isso importante realçar que tem existido uma diminuição no volume global dos processos da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Valença (CPCJ), sendo que as tipologias que mais se evidenciam são: exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e o desenvolvimento da criança, criança ou jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem oposição adequada dos pais e situações de negligência.

A taxa de criminalidade no concelho tem registado uma diminuição desde 2012, sendo os crimes contra o património e contra a integridade física os que ocorreram em maior número no território, no ano de 2018.

Sendo este diagnóstico um instrumento de apoio ao planeamento é importante evidenciar a necessidade de que se possa seguir a construção de um guia de recursos ou carta social do concelho, onde constem os equipamentos, respostas sociais e projetos por área temática; a realização de planos específicos para levantamento das reais necessidades da população, nomeadamente ao nível da população migrante e minorias, população com deficiência e/ou incapacidade e idosos em situação de isolamento geográfico e/ou social.

A partir da análise documental e da auscultação aos atores, gostaríamos ainda de salientar algumas conclusões que surgiram ao longo deste processo e que são a nosso ver, importantes para o planeamento estratégico.



O concelho de Valença, pela sua localização geográfica, encontra-se inserido numa zona privilegiada de recursos naturais, patrimoniais, culturais e também económicos, os quais são reconhecidos como promotores do desenvolvimento do território.



O concelho apresenta uma rede de equipamentos sociais que responde às necessidades do território, movimento associativo e recursos nas várias áreas de intervenção (saúde, educação, emprego, deficiência, entre outros), no entanto existe a perceção de que um maior conhecimento dos mesmos e a definição de uma ação concertada e articulada entre todos seria fundamental para a intervenção e desenvolvimento social do concelho.



Apesar dos esforços municipais, identifica-se que algumas das respostas são inexistentes (nomeadamente na área da deficiência e saúde mental) ou estão desajustadas face às necessidades da população. Para melhor planear a intervenção, será necessário investir em conhecer a realidade atual, nomeadamente através da realização de diagnósticos específicos na área do envelhecimento, saúde mental, deficiência, comunidade cigana.



O aumento da população idosa é significativo. Sendo esta a tendência nacional, seria importante um planeamento a longo prazo que permita criar respostas para as necessidades atuais, mas também para aquelas que já se sabem que existirão daqui a 5-10 anos.



A fragilidade de competências pessoais, sociais e parentais, as situações de doença mental, a carência económica e a pouca valorização da escola pelas famílias, têm implicações nas dinâmicas familiares e muitas vezes repercutem-se em situações de negligência parental. Existe a perceção que estas situações têm sido mais relevantes nos últimos anos e são também entendidas como uma ocorrência intergeracional em alguns agregados familiares, sendo por isso fundamental uma intervenção sistémica centrada na família que permita a ruptura de padrões comportamentais.



A rede de transportes pública é percecionada como claramente insuficiente, com fortes repercussões ao nível do isolamento social, do acesso ao emprego e a serviços. É por isso fundamental repensar como aumentar a sua capacidade e uma melhor distribuição territorial.



A fixação de empresas no concelho potenciou a criação de postos de trabalho e impulsionou o desenvolvimento económico da região, no entanto existem constrangimentos à fixação das pessoas no território, nomeadamente a falta de habitação. É fundamental o investimento numa política local de habitação em prol do desenvolvimento social.



A valorização e o envolvimento de todos os atores locais e designadamente do tecido empresarial, pode trazer contributos positivos no que se refere às necessidades do concelho. A adequação da oferta formativa às necessidades do mercado de trabalho e aos interesses dos jovens poderá contribuir para o aumento do emprego e da fixação da população jovem no território.

Finalmente, e como resultado da análise de toda a informação recolhida, sistematizada e analisada, é possível identificar um conjunto de prioridades, recomendações e recursos que decorrem da elaboração do Diagnóstico. Para facilitar a leitura e a incorporação destes em futuros documentos de reflexão ou mesmo operacionais, decidimos sistematizar a informação a partir das áreas prioritárias identificadas neste processo (indicadores e perceções dos atores locais e propostas de intervenção).

PESSOAS IDOSAS

- O n.º de pessoas idosas tem vindo a aumentar no concelho de Valença;
- Verifica-se um agravamento de situações de dependência e um aumento de diagnósticos de demência;
- O suporte familiar é muitas vezes insuficiente;
- As respostas sociais existentes apresentam taxas de ocupação elevadas. Podem a curto e médio prazo ser insuficientes para responder às necessidades da população idosa (SAD, ERPI, CD e CC).
- Não existem respostas no concelho especializadas ao nível das demências;
- Existe a perceção de existir um n.º elevado de pessoas idosas em situação de isolamento social;
- A rede de transportes públicos é insuficiente.

- ▶ Realizar o mapeamento de situações de isolamento social de pessoas idosas;
- ▶ Elaboração de um plano municipal para área do envelhecimento;
- ▶ Reforço da capacidade dos equipamentos, respostas sociais da rede solidária e ajudas técnicas, bem como, adequação do seu funcionamento (horários) e serviços face às necessidades identificadas (situações de demência e de maior dependência);
- ▶ Promoção de estratégias no âmbito das políticas de envelhecimento ativo;
- ▶ Desenvolver rede de cuidadores informais e formais;
- ▶ Sensibilização e formação de cuidadores formais e informais;
- ▶ Dinamizar rede de “Teleassistência” de cuidado diário com a população isolada;
- ▶ Melhorar a rede de transportes públicos, ao nível de percursos, horários e acessibilidades para pessoas com incapacidades.

POPULAÇÃO DE ETNIA CIGANA

- No ano de 2019, estima-se que a população de etnia cigana residente no concelho de Valença representava 0,4% a 0,5% da população residente (aproximadamente 100 pessoas);
- A maioria da população adulta tem baixa escolaridade (1º CEB completo);
- Das 22 famílias, 9 residem em alojamentos não clássicos (barracas, contentor e carrinha);
- Apresentam vulnerabilidade ao nível da sua situação económica (alguns são beneficiários de RSI, outros encontram-se desempregados);
- Existem constrangimentos à integração da comunidade cigana também devido a preconceitos e estereótipos negativos por parte da comunidade maioritária.

- ▶ Realização de diagnóstico local sobre a comunidade cigana residente no concelho;
- ▶ Conceção de um Plano Local para a Integração das Comunidades Ciganas;
- ▶ Criação e implementação de uma resposta comunitária, de proximidade (ex.: mediador local);
- ▶ Campanhas com os *media* locais para combater os estereótipos;
- ▶ Ações de sensibilização no âmbito da integração da comunidade cigana direcionados para a comunidade em geral e para os serviços públicos e privados;
- ▶ Ações de sensibilização para a comunidade cigana para potenciar uma melhor integração da mesma (importância da educação, direitos/ deveres, integração no mercado de trabalho).

HABITAÇÃO

- Dificuldade de acesso a habitações sociais ou a custos controlados;
- Aumento significativo do valor das rendas no território;
- Número insuficiente de habitações para arrendar e adquirir no mercado privado;
- Pouca oferta de habitação social;
- Parque habitacional antigo e a necessitar de obras de requalificação;
- Dificuldade de integração de pessoas em situação de emergência social em respostas habitacionais, nomeadamente:
 - Vítimas de violência doméstica
 - Acolhimento temporário para crianças e jovens
 - Situações de doença mental
 - Pessoas em situação de sem-abrigo
 - Pessoas com deficiência / incapacidade

- ▶ Levantamento e caracterização dos edifícios disponíveis (devolutos ou não);
- ▶ Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento;
- ▶ Programa Municipal de Apoio à Reabilitação Urbana;
- ▶ Revisão da política de habitação social do concelho;
- ▶ Reabilitação de edifícios públicos para situações de emergência;
- ▶ Criação de uma estrutura de acolhimento de emergência para dar resposta às situações de emergência pontuais (com equipa multidisciplinar que promova a autonomização).

SAÚDE MENTAL

- Respostas insuficientes face às necessidades ao nível da saúde mental;
- Aumento do n.º de pessoas com perturbações mentais e do comportamento;
- Insuficiência das respostas comunitárias de acompanhamento regular;
- Sobrecarga dos cuidadores informais;
- Existência de fatores como: Índice de Envelhecimento elevado, consumo de droga e álcool, situações de vulnerabilidade económica e isolamento social que podem potenciar situações de maior vulnerabilidade ao nível da saúde e da saúde mental em particular;
- Falta de informação / iliteracia em saúde mental;
- Insuficiente rede de transportes públicos que garantam o acesso aos serviços de saúde.

- ▶ Aumento das respostas a nível territorial, descentralizadas e de fácil acesso às populações com vista ao tratamento;
- ▶ Abertura formal de unidades e equipas prestadoras de cuidados continuados integrados de saúde mental para a população adulta, infância e juventude;
- ▶ Fomentar equipamentos com respostas para a população com doença mental (ocupação diária, residencial, apoio domiciliário, etc);
- ▶ Capacitação de cuidadores formais e informais;
- ▶ Constituição de redes de apoio a cuidadores informais;
- ▶ Promover uma ação concertada no âmbito da intervenção em saúde mental, em articulação com Saúde, Autarquia, Instituições do concelho, que atuem ao nível da prevenção, monitorização e acompanhamento;
- ▶ Promoção de programas de prevenção e promoção da saúde;
- ▶ Formalização de parcerias entre entidades no concelho para constituição de uma resposta adequada às necessidades da população com perturbação mental e comportamental;
- ▶ Promover a articulação entre entidades com intervenção no território que possam realizar o acompanhamento a consultas / outras diligências na área da saúde.

AÇÃO SOCIAL, FAMÍLIA E COMUNIDADE

- Falta ou fragilidade de competências parentais, sociais e pessoais na população;
- Situações de negligência parental sinalizadas à CPCJ;
- Perceção de um aumento do n.º de situações de doença mental;
- Situações de fragilidade económica das famílias;
- Situações de absentismo e abandono escolar;
- Insuficiente participação dos Encarregados de Educação na vida escolar dos seus educandos;
- Perceção negativa das famílias sobre o percurso escolar;
- Horários laborais dos Encarregados de Educação poderão condicionar a sua participação em atividades escolares.

- ▶ Promoção de uma intervenção integrada, multidisciplinar que potencie as competências das famílias e que previna / contribua para mitigar os fatores de risco em situações de negligência parental;
- ▶ Programas de desenvolvimento de competências parentais / formação parental a famílias sinalizadas pelas entidades de 1ª linha;
- ▶ Programas de prevenção e formação em saúde em meio escolar;
- ▶ Ações de formação no âmbito da gestão familiar, doméstica e salubridade habitacional;
- ▶ Criação de equipas multidisciplinares que realizem um acompanhamento de proximidade às famílias sinalizadas;
- ▶ Melhorar / reforçar os canais de comunicação entre as diferentes organizações que intervêm com as famílias;
- ▶ Diagnóstico sobre motivos para a participação insuficiente dos Encarregados de Educação na vida escolar;
- ▶ Sensibilização das entidades patronais para a importância da participação dos pais na vida escolar dos filhos.

O Contexto Nacional

Apesar do país se encontrar num período marcado por uma tendência de retoma e crescimento da economia, é importante ter em consideração as vulnerabilidades e constrangimentos, de diversa ordem, que persistem ao nível do desenvolvimento do país, destacando-se, pela relevância que assumem em matéria de coesão social (domínio que enquadra o presente documento de diagnóstico), os que se seguem.

O desafio da evolução demográfica

A evolução da demografia nacional traduz-se num acentuado envelhecimento da população residente. Este é o resultado de um conjunto complexo de fatores económicos, sociais e culturais, parte dos quais diretamente associados ao desenvolvimento do país nas últimas décadas. Mas hoje, a população portuguesa tem visto esse fenómeno acentuar-se, quer pelo topo da pirâmide, em consequência do aumento da esperança média de vida (80,8 em 2017 e 2016; 80,6 em 2015; 80,4 anos em 2014; 80,2 anos em 2013 [...] 78,5 em 2006) - o que é positivo - quer pela base, resultado do adiamento da maternidade (em 2018 a idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho é de 30,4 anos, face a 2007, em que este indicador registava o valor de 28,2 anos) e do reduzido número médio de filhos por mulher em idade fértil (o índice sintético de fecundidade em 2018 é de 1,41 filhos, face a 1,35 em 2007, tendo, durante esta década, passado por valores de 1,21 e 1,23, em 2013 e 2014 respetivamente).

Portugal foi o décimo terceiro país com maior número de nascimentos entre os países da UE28, no ano de 2018 (87.020). Apesar de se verificar um aumento da natalidade nos últimos anos (desde 2014), este não é significativo face à diminuição que se tem vindo a observar desde a década de 90.

O envelhecimento demográfico nos países industrializados é uma realidade relativamente à qual Portugal não é exceção. O índice de envelhecimento mais do que duplicará (317 pessoas idosas por cada 100 jovens) e a população em idade ativa diminuirá de 6,7 para 3,8 milhões de pessoas. Esta tendência é transversal a todas as regiões do país.

O envelhecimento da população contribui igualmente, de forma determinante, para a evolução da estrutura do mercado de trabalho. Em 2018, 22,3% da população ativa tinha mais de 55 anos. No mesmo ano, a taxa de inatividade da população com mais de 65 anos foi de 88,17%, tendo-se registado um aumento de 6,37% em 10 anos. Assim,

entre 2006 e 2017, verificou-se um aumento de 14% do número de pensões de velhice do regime da segurança social.

O risco de pobreza na população idosa tem vindo a aumentar. Em 2018, 17,3% das pessoas com mais de 65 anos encontrava-se em risco, após receberem transferências sociais. Estas transferências têm um impacto elevado na redução do risco de pobreza, visto que, para o mesmo ano e antes de receberem transferências sociais, o mesmo era de 88,8%.

Para responder a estes desafios decorrentes do envelhecimento da população, têm sido definidas e implementadas medidas e iniciativas intergovernamentais, algumas das quais integram a Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável (2017-2025).

A estas dinâmicas naturais acresce o incremento dos movimentos migratórios da população em idade jovem, seja de retorno dos imigrantes aos seus países de origem, seja de saída de emigrantes para outros países.

Os desequilíbrios demográficos daqui decorrentes acarretam consequências diversas, que em contexto de crise económica e social se tornam particularmente sensíveis: o agravamento da relação entre a população em idade ativa e os dependentes; a crescente presença da 4ª idade na sociedade portuguesa (mais de 5% da população portuguesa com idade superior a 80 anos, segundo os Censos 2011); a maior pressão sobre os sistemas de saúde e de proteção social ou a necessidade de novos ajustamentos entre a oferta e a procura de serviços de proximidade.

O desemprego e a exclusão social

A taxa de desemprego em Portugal verificou uma trajetória ascendente desde o início do século, agravando-se na sequência da crise económica internacional e no contexto exigente do processo de ajustamento na economia portuguesa, verificando-se contudo uma ligeira inversão desta tendência desde 2015, não podendo afirmar-se ainda se será uma mudança conjuntural ou estabilizada (7% no final de 2019 e 2018, 8,9% no final de 2017; 11,1% em 2016; 12,4% no final de 2015 [...] 8,0% em 2007, segundo o INE). O desemprego de longa duração, afetando atualmente cerca de metade da população

desempregada (49,9% em 2019, 51,1% em 2018, 57,5% em 2017 e 49,0% em 2007) (3,2% de desempregados de longa duração em 2019 e 4% em 2007) constitui um fator de preocupação acrescida, não só pelos custos sociais que acarreta, favorecendo o agravamento e perpetuação das situações de pobreza e exclusão social, mas também pela perda de capital humano com reflexos significativos no potencial de crescimento da economia.

A situação dos jovens no mercado de trabalho merece igual nível de preocupação, sobretudo pelo acréscimo muito relevante de jovens que não estão em situação de emprego, nem de ensino ou formação (hoje habitualmente designados por NEET: 'Not currently engaged in Employment, Education or Training', em português: 'É um jovem que não está nem a trabalhar, nem a estudar ou a frequentar qualquer tipo de formação').

No atual contexto da sociedade portuguesa, as implicações do desemprego prolongado sobre o rendimento disponível das famílias, a pobreza monetária e as desigualdades de rendimento decorrem, desde logo, da centralidade dos rendimentos provenientes do trabalho nos orçamentos familiares, bem como pelo fenómeno do sobre-endividamento das famílias, traduzindo-se num aumento das taxas de incumprimento nos créditos assumidos. Por outro lado, uma adequada inserção no mercado de trabalho constitui um fator muito relevante nos processos de socialização e, como tal, de integração social plena dos cidadãos em idade ativa, pelo que o desemprego, nomeadamente de longa duração, comporta riscos de desestruturação pessoal e social que estão para além das questões estritas do acesso ao rendimento.

A evolução do desemprego e da situação social do país tem impactos assimétricos na população e no território, atingindo de forma diferenciada os seguintes grupos: desempregados de longa duração, destacando-se os adultos seniores e os jovens adultos (nomeadamente os que se encontram à procura do primeiro emprego); assalariados com baixas qualificações e remunerações; crianças e jovens em risco, nomeadamente os que pertencem a agregados familiares com baixa intensidade laboral ou a famílias monoparentais e/ou numerosas. Existem, ainda, outros grupos vulneráveis como os trabalhadores da economia informal, as mulheres (pelas discriminações de que são alvo, nomeadamente no acesso ao trabalho de qualidade e na progressão profissional), as pessoas idosas (em particular os de idade mais avançada), as pessoas

com deficiências ou incapacidades, os imigrantes e grupos étnicos e as pessoas sem-abrigo. Estes são grupos com forte incidência relativa de baixos rendimentos, em que as redes de apoio informal tendem a ser especialmente frágeis e que experienciam dificuldades acrescidas no acesso ao mercado de trabalho.

Portugal apresenta atualmente elevados níveis de pobreza monetária e de exclusão social, refletindo-se em aspetos como: incidência da pobreza infantil, conjugada tanto com elevados níveis de persistência, como de intensidade, potenciando a reprodução intergeracional da pobreza; vulnerabilidade acrescida dos agregados com crianças, em particular as famílias monoparentais e as numerosas; situações de insuficiência de recursos em agregados com adultos que trabalham, tipicamente associados a níveis de escolaridade muito reduzidos e que se refletem em desigualdades salariais acentuadas; crescente número de famílias com baixa intensidade de trabalho, traduzindo-se em novas situações de pobreza monetária e de desigualdade de rendimentos; existência de grupos específicos particularmente vulneráveis, como os já referidos anteriormente. Tem-se verificado ainda que o fenómeno do sobre-endividamento corresponde a um dos fatores emergentes de empobrecimento e de agravamento das situações de pobreza monetária.

O processo de reestruturação da economia portuguesa tornou mais prementes as alterações estruturais ao nível do mercado de trabalho, particularmente em relação às qualificações, mas também, e numa perspetiva de médio prazo, na capacidade de inclusão no mercado de trabalho de públicos mais vulneráveis e afetados pela crise económica, nomeadamente os trabalhadores com mais idade, para os quais se torna mais relevante a questão das qualificações e da adaptabilidade face às novas exigências do mercado, assim como os mais jovens, com dificuldades acrescidas de inserção profissional e as pessoas com deficiência, mais afastadas da plena participação no mercado de trabalho.

Privação material severa

A privação material severa registou um decréscimo contínuo desde 2008, ano em que registou uma taxa de 9,7%, até 2012 (8,6%). Contudo, esta situação agravou-se em 2013 e 2014 (atingindo valores de 10,9% e 10,6% respetivamente). A partir de 2015 o

valor voltou a descer, apresentando os valores de 9,6%, 8,4%, 6,9%, 6%, 5,6% respetivamente em 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019. A tendência atual é positiva, existindo, no entanto, um número muito significativo de agregados familiares nestas condições e a vivenciarem ainda as consequências do aumento destes valores nos anos anteriores.

Qualificações

O nível médio de qualificações da população é baixo, o que constitui um constrangimento fundamental ao desenvolvimento social, económico e territorial do país. Na estrutura de qualificações portuguesa predominam ainda os níveis mais baixos de educação formal, em contraste com o modelo económico que tem vindo a consolidar-se no seio da UE, assente em médias e altas qualificações. Embora a situação seja substancialmente mais favorável entre as novas gerações, Portugal continua muito aquém dos padrões europeus. O esforço realizado nas últimas décadas na qualificação da população reflete-se na evolução favorável de vários indicadores, incluindo a diminuição da taxa de abandono escolar precoce (10,6% em 2019, 11,8% em 2018, 12,6% em 2017, 14% em 2016, 13,7% em 2015 [...] 36,5% em 2007), o aumento da taxa real de escolarização ao nível do ensino secundário (79,3% em 2018, 77,6% em 2017, 75,3% em 2016, 74,6% em 2015, 74,3% em 2014 [...] 60,0% em 2007) e o aumento do peso da população com o ensino superior entre os 30 e 34 anos.

Apesar destas atuais tendências, e de acordo com a análise e enquadramento europeu (UE28) realizado pelo Observatório das Desigualdades, Portugal apresenta, em 2018, os níveis de escolaridade mais baixos da União Europeia. Mais de metade da população residente com idade entre os 25 e os 64 anos não tinha ido além do ensino básico, resultado apenas comparável com Malta. Nos países da UE28, o valor deste indicador é de 22%. A proporção da população residente em Portugal que não foi além do ensino secundário ou pós-secundário fixou-se em cerca de 24%, um pouco mais de metade do valor apurado para o conjunto de países da UE28, sendo que, apenas Espanha apresenta resultados piores em relação ao ensino de nível intermédio.

Por último, refira-se que a proporção da população adulta que em Portugal tem o ensino superior concluído é idêntica à da população que não foi além do ensino secundário. Se se comparar com os 20 países europeus que apresentam melhores resultados, 80% ou mais da população tem pelo menos o ensino secundário concluído, enquanto em Portugal esse valor é de cerca de 48%.

A situação do país em termos de qualificações constitui um dos principais entraves ao desenvolvimento de atividades produtivas mais intensivas em conhecimento e criatividade e com forte incorporação de valor acrescentado nacional, com repercussões negativas ao nível da produtividade e da competitividade da economia portuguesa. As baixas qualificações constituem também obstáculos ao desenvolvimento pessoal dos indivíduos, ao exercício de uma cidadania ativa e à sua empregabilidade.

Economia

Nos últimos anos verificou-se uma forte quebra do investimento empresarial, acompanhada de uma significativa redução do investimento público e de uma contenção do consumo privado devido: i) à perda de rendimentos reais das famílias, associado ao aumento da carga fiscal, à redução de salários e ao aumento do desemprego; ii) à percepção por parte das famílias de que a perda de rendimentos assumiria uma natureza permanente; iii) e aos elevados níveis de endividamento.

Inversamente, as exportações líquidas de bens e serviços deram, durante o período 2010 – 2015, um contributo positivo para o desempenho do PIB nacional, tanto pelo lado das exportações (que subiram 32,4% entre 2010 e 2015), como pelo lado das importações (que caíram 5,6% em 2012) [tendo, contudo, crescido 5,2% em 2014 e 3,5% em 2015].

A partir de 2015 verificou-se uma inversão em alguns destes indicadores, como no caso do consumo privado, na riqueza produzida (PIB), no nível de confiança dos agentes económicos ou, como referido anteriormente, na taxa de desemprego, o que é claramente positivo. Permite a Portugal retomar um percurso de crescimento, não sendo, todavia, ainda uma mudança estrutural estabilizada que permita concluir por uma inversão das tendências de longo prazo.

É neste contexto socioeconómico exigente, mas de viragem positiva de tendências, que é elaborado o presente Diagnóstico Social do Concelho de Valença.

Tendências de Evolução Macroeconómicas

Na medida em que o contexto poderá determinar, ou pelo menos influenciar, os níveis de sucesso e as expectativas relativamente às estratégias de intervenção futuras a serem definidas no âmbito da Rede Social, refira-se aqui também quais as tendências macroeconómicas que irão caracterizar o país nos próximos anos. Para tal, identificam-se as principais previsões de evolução demográfica (realizadas pelo INE em 2017, para o período 2015 a 2080) e as últimas previsões relativas à evolução da economia portuguesa (publicadas pelo Banco de Portugal em março de 2018, para o período de 2018 a 2020).

Demografia:

- O processo de envelhecimento demográfico irá manter-se, e só tenderá a estabilizar daqui a aproximadamente 40 anos.
- Portugal perderá população, dos atuais 10,3 para 7,5 milhões de pessoas, ficando, em 2031, abaixo do limiar de 10 milhões.
- O número de jovens diminuirá de 1,5 para 0,9 milhões. Resultando de uma diminuição do número de nascimentos, motivada pela redução de mulheres em idade fértil, como reflexo de baixos níveis de fecundidade.
- O número de idosos passará de 2,1 para 2,8 milhões.
- A população em idade ativa diminuirá de 6,7 para 3,8 milhões de pessoas.
- O índice de sustentabilidade¹ poderá diminuir de forma acentuada. Este índice passará de 315 para 137 pessoas em idade ativa, por cada 100 idosos, entre 2015 e 2080.

Economia:

- A economia portuguesa deverá manter uma trajetória de expansão ao longo do horizonte de projeção. Após um aumento de 2,0% em 2019, o PIB português deverá crescer 1,7% em 2020, 1,6% em 2021 e 1,6% em 2022.

¹ **Índice de Sustentabilidade:** quociente entre o número de pessoas com idades entre 15 e 64 anos e o número de pessoas com 65 e mais anos

- Até 2020 a economia portuguesa deverá abrandar, traduzindo a desaceleração da procura externa e restrições do lado da oferta, que refletem os constrangimentos estruturais do potencial de crescimento da nossa economia.
- O consumo privado deverá continuar a crescer de forma moderada, refletindo a melhoria no mercado de trabalho, a manutenção de níveis de confiança elevados e o crescimento contido dos salários reais, permanecendo condicionado pela necessidade de redução do nível de endividamento das famílias.
- Até 2020, existirá um aumento contido dos salários reais (abaixo do verificado em 2018).
- O crescimento do emprego será acompanhado de variações ligeiramente positivas da população ativa, associadas ao regresso de alguns indivíduos inativos ao mercado de trabalho e ao aumento progressivo da idade de reforma.
- A conjugação dos dois fatores identificados no ponto anterior implicará um perfil descendente para a taxa de desemprego, que estará abaixo de 6% em 2020.



6. RETRATO MUNICIPAL

A partir dos dados do INE, nos seus ‘Dossiês Temáticos – Municípios’, onde se apresenta um conjunto de indicadores relevantes para a caracterização socioeconómica do concelho de Valença e a partir de outros dados estatísticos fornecidos pelo CLAS, pareceu-nos importante apresentar o que designámos como “Retrato Municipal” pela leitura rápida que fornece.

Neste “retrato municipal” os dados estão atualizados, sempre que existam disponíveis, a dezembro de 2019 e incluem uma visão sobre alguns dos principais dados que integram as dimensões: território e população, atividade económica e indicadores demográficos e sociais. Este retrato municipal poderá ser consultado no site do INE, sendo que anualmente são realizadas atualizações aos dados que constam no mesmo, permitindo, desta forma avaliar a evolução dos vários indicadores ao longo do tempo.

No capítulo seguinte abordaremos de forma mais detalhada as dimensões referenciadas neste retrato.

CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA DO CONCELHO DE VALENÇA – SÍNTESE (INE, 2018)

117,13 Km²



13.283 HABITANTES

VARIAÇÃO -5,4
(ENTRE 2011 – 2018)



6.132

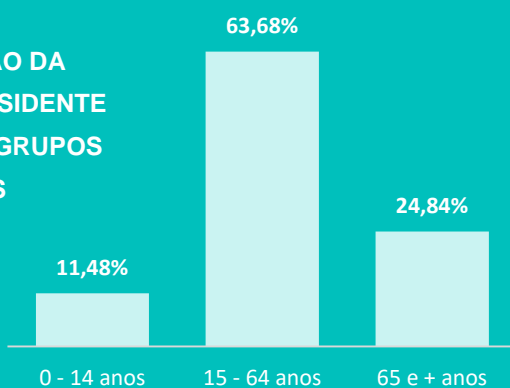


7.151

VARIAÇÃO DE - 6,6
(ENTRE 2011 – 2018)

VARIAÇÃO DE - 4,4
(ENTRE 2011 – 2018)

**DISTRIBUIÇÃO DA
POPULAÇÃO RESIDENTE
POR GRANDES GRUPOS
ETÁRIOS**



**TAXA BRUTA
DE
NATALIDADE**

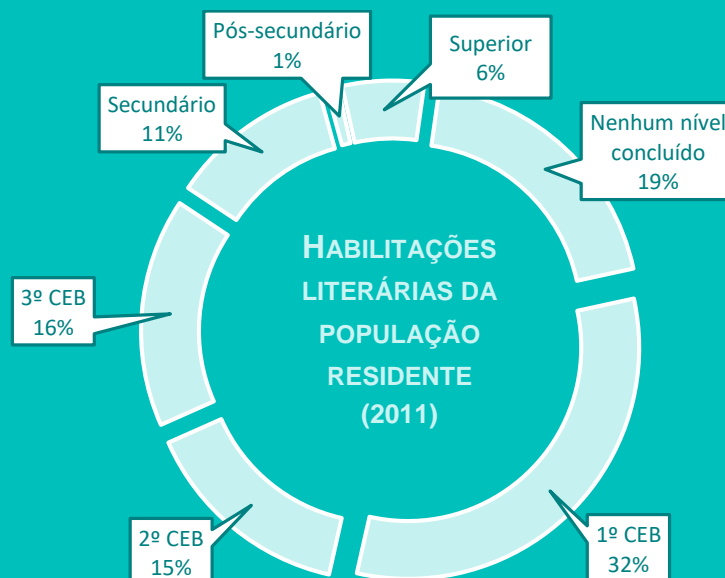
6,2 %

**TAXA BRUTA
DE
MORTALIDADE**

13,6 %

**POPULAÇÃO COM IDADE ≥ 10 ANOS
ANALFABETA (2011)**

4,7 %





FAMÍLIAS
MONOPARENTAIS
(2011)

11,3 %



FAMÍLIAS
NUMEROSAS
(5 OU + PESSOAS)
(2011)

8,3 %

ÍNDICE DE
DEPENDÊNCIA
DE JOVENS

18%

ÍNDICE DE
DEPENDÊNCIA
DE IDOSOS

39,4%

ÍNDICE DE
ENVELHECIMENTO

220,2%



TAXA DE ATIVIDADE
(2011)

43,03%

TAXA DE DESEMPREGO
(2011)

12,39%

384 DESEMPREGADOS INSCRITOS NO CENTRO DE EMPREGO (IEFP, DEZ 2019)

3º MUNICÍPIO DA REGIÃO DO
ALTO MINHO COM MENOR N.º DE
EDIFÍCIOS FAMILIARES (2018)



96% DE EDIFÍCIOS EXCLUSIVAMENTE RESIDENCIAIS
64,92% ALOJAMENTOS DE RESIDÊNCIA HABITUAL
10,75% DE ALOJAMENTOS FAMILIARES VAGOS
(2011)



3,18€/M² VALOR MÉDIO DE RENDA
DE NOVOS CONTRATOS DE
ARRENDAMENTO DE ALOJAMENTOS
FAMILIARES (1º SEMESTRE 2019)

72 FOGOS DE HABITAÇÃO SOCIAL
MUNICIPAL (2019)

1,8 MÉDICOS / 1000 HABITANTES (2017)

0,2 FARMÁCIAS / 1000 HABITANTES (2017)



1 UCC

1 USAG

1 UCSP

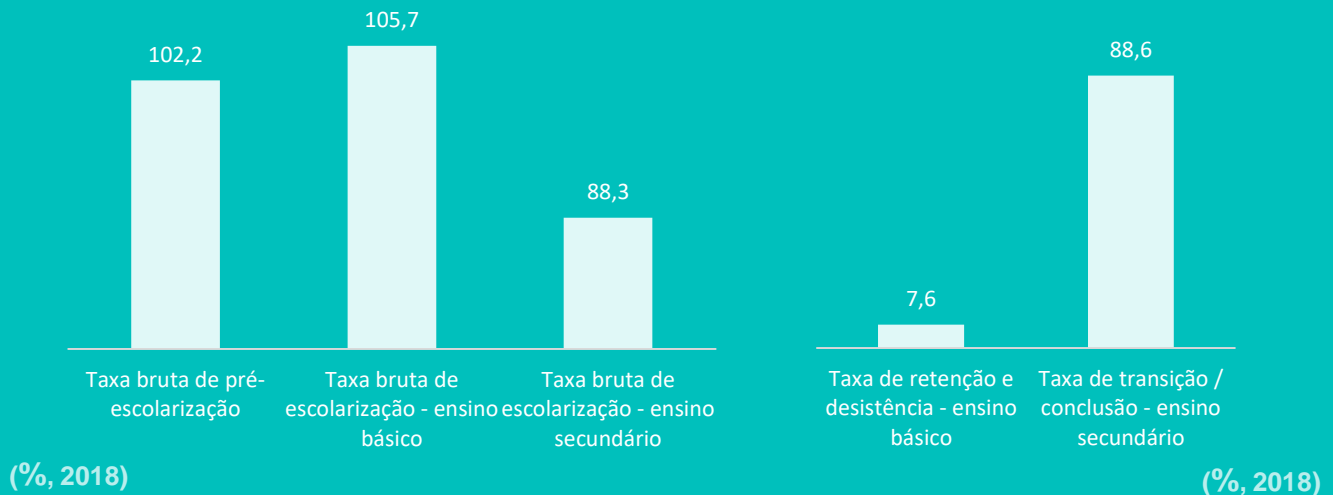
14.076 UTENTES INSCRITOS NAS UNIDADES DE CUIDADOS DE SAÚDE (JANEIRO, 2020)

99,9% DOS UTENTES TÊM MÉDICO DE FAMÍLIA (JANEIRO, 2020)



29% PENSIONISTAS (INVALIDEZ, VELHICE E SOBREVIVÊNCIA) (DEZ 2018)

3,3% BENEFICIÁRIOS DE RSI, NA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA (DEZ 2018)



120 PROCESSOS
(VOLUME PROCESSUAL, CPCJ, 2018)



26,8% EXPOSIÇÃO A COMPORTAMENTOS DESVIANTES

24,4% COMPORTAMENTOS QUE COMPROMETEM O BEM-ESTAR DA CRIANÇA/JOVEM

21,9% NEGLIGÊNCIA



48,5 %
TAXA DE CRIMINALIDADE
(2018)



437 ESTRANGEIROS COM TÍTULO DE RESIDÊNCIA (2018)

SALDO MIGRATÓRIO 41 (2018)



8,55% DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM PELO MENOS UMA INCAPACIDADE (2011)

7. O CONCELHO DE VALENÇA: CONTEXTO DE INTERVENÇÃO

Procuramos neste capítulo, contextualizar a intervenção social, caracterizando o concelho de Valença no que consideramos serem as principais dimensões de análise, designadamente nas seguintes áreas: demografia, atividades económicas e emprego, habitação, saúde, segurança e criminalidade, ação social e educação, mas também ao nível de grupos de população considerados de maior vulnerabilidade, como as crianças e jovens, as pessoas idosas, migrantes e minorias e as pessoas com deficiência e/ou incapacidade.

7.1 Áreas de Intervenção Social

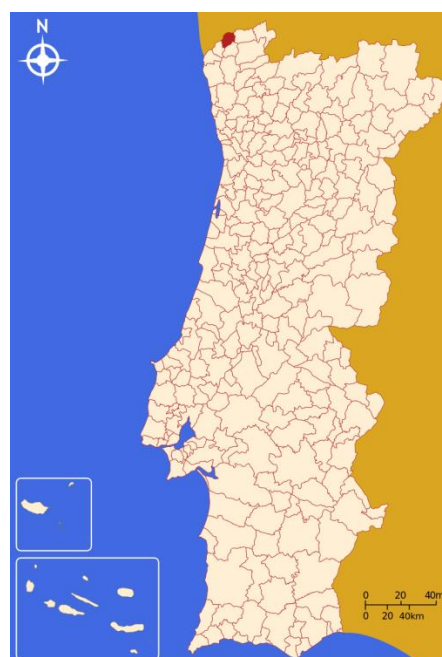
7.1.1 Análise Demográfica

O território de Valença localiza-se na Região Norte (NUTS II), na Sub-Região de Alto Minho (NUTS III) e pertence ao Distrito de Viana do Castelo. O concelho apresenta uma área total de 117,13km², sendo o segundo município com menor área da Região do Alto Minho.

Figura 1 – NUTS III



Figura 2 – Concelho de Valença



Após a reorganização administrativa do território das freguesias (Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro), o concelho encontra-se subdividido em 11 freguesias: Uniões de freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão, Gandra e Taião, Gondomil e Sanfins, São Julião e Silva e pelas Freguesias de Boivão, Cerdal, Fontoura, Friestas, Ganfei, São Pedro da Torre e Verdoejo.

Figura 3 – Freguesias do concelho de Valença, após a reorganização administrativa de 2013



O concelho é limitado a norte e noroeste pela Galiza (município de Tui), a sul pelo concelho de Paredes de Coura, a oeste pelo concelho de Vila Nova de Cerveira e a leste pelo município de Monção.

No ano de 2018, estima-se que o número médio de habitantes por Km², no concelho de Valença tenha sido 113,7 hab/Km² sendo o quarto município com maior densidade populacional da Região do Alto Minho.

Tabela 1 – Densidade populacional por território, nos anos de 2001, 2011 e 2018 e sua variação

Território	Densidade populacional (N.º de habitantes por Km ²)			Variação (%)	
	2001	2011	2018 (v.e.) ²	Variação (%)	
				2001 - 2011	2011 - 2018
Portugal	112,5	114,5	111,5	1,8	-2,6
Região Norte	173,2	173,4	167,9	0,1	-3,1
Região do Alto Minho	112,7	110,3	104,4	-2,1	-5,4
Arcos de Valdevez	55,2	51,0	47,0	-7,8	-7,7
Caminha	124,1	122,2	116,4	-1,5	-4,8
Melgaço	41,9	38,6	34,4	-7,9	-10,8
Monção	94,3	91,0	85,1	-3,5	-6,6
Paredes de Coura	69,1	66,5	62,1	-3,8	-6,5
Ponte da Barca	70,6	66,2	61,8	-6,3	-6,7
Ponte de Lima	138,1	135,9	129,9	-1,6	-4,4
Valença	120,9	120,4	113,7	-0,5	-5,6
Viana do Castelo	278,2	278,0	265,9	-0,1	-4,4
Vila Nova de Cerveira	81,8	85,4	81,8	4,4	-4,3

Fonte: PORDATA

Entre 2001 e 2011 verificou-se um aumento de população a nível nacional, tendo também na Região Norte verificado-se um aumento embora muito menos expressivo (0,1%). Já no município de Valença, bem como na maioria dos municípios da Região do Alto Minho, verificou-se uma variação negativa (-0,5%), a qual se intensificou no período entre 2011 e 2018 (-5,6%).

Entre os anos 2011 e 2018 registou-se uma diminuição da população residente a nível nacional, na Região Norte e em todos os municípios da Sub Região do Alto Minho.

² v.e. – Valor estimado (INE, Série Estimativas Provisórias Anuais da População Residente, segundo a divisão administrativa correspondente à CAOP 2013 e a nova versão das NUTS (NUTS 2013) em vigor a partir de 1 de janeiro de 2015).

Tabela 2 – População residente (estimativas a 31 de dezembro), por território, nos anos de 2001, 2011 e 2018 e sua variação (N.º e %)

Território	2001	2011	2018	Varição 2011 – 2018 (%)
Portugal	10.394.669	10.542.398	10.276.617	-2,5
Região Norte	3.696.333	3.687.224	3.572.583	-3,1
Região do Alto Minho	250.491	244.149	230.954	-5,4
Arcos de Valdevez	24.657	22.709	20.970	-7,7
Caminha	17.091	16.645	15.873	-4,6
Melgaço	9.967	9.137	8.144	-10,9
Monção	19.947	19.186	17.902	-6,7
Paredes de Coura	9.574	9.166	8.560	-6,6
Ponte da Barca	12.875	12.018	11.210	-6,7
Ponte de Lima	44.342	43.482	41.499	-4,6
Valença	14.228	14.045	13.283	-5,4
Viana do Castelo	88.878	88.522	84.636	-4,4
Vila Nova de Cerveira	8.932	9.239	8.877	-3,9

Fonte: PORDATA

Estima-se que no final do ano de 2018, residiam no concelho de Valença 13.283 habitantes, 53,84% dos quais mulheres (7.151) e 46,16% homens (6.132).

Entre os anos 2011 e 2018 registou-se uma maior variação percentual negativa na população masculina (menos 6,6 homens em cada 100), comparativamente com a população feminina (menos 4,4 mulheres em cada 100).

Tabela 3 – População residente no concelho de Valença, segundo o género, nos anos de 2001, 2011 e 2018 (N.º)

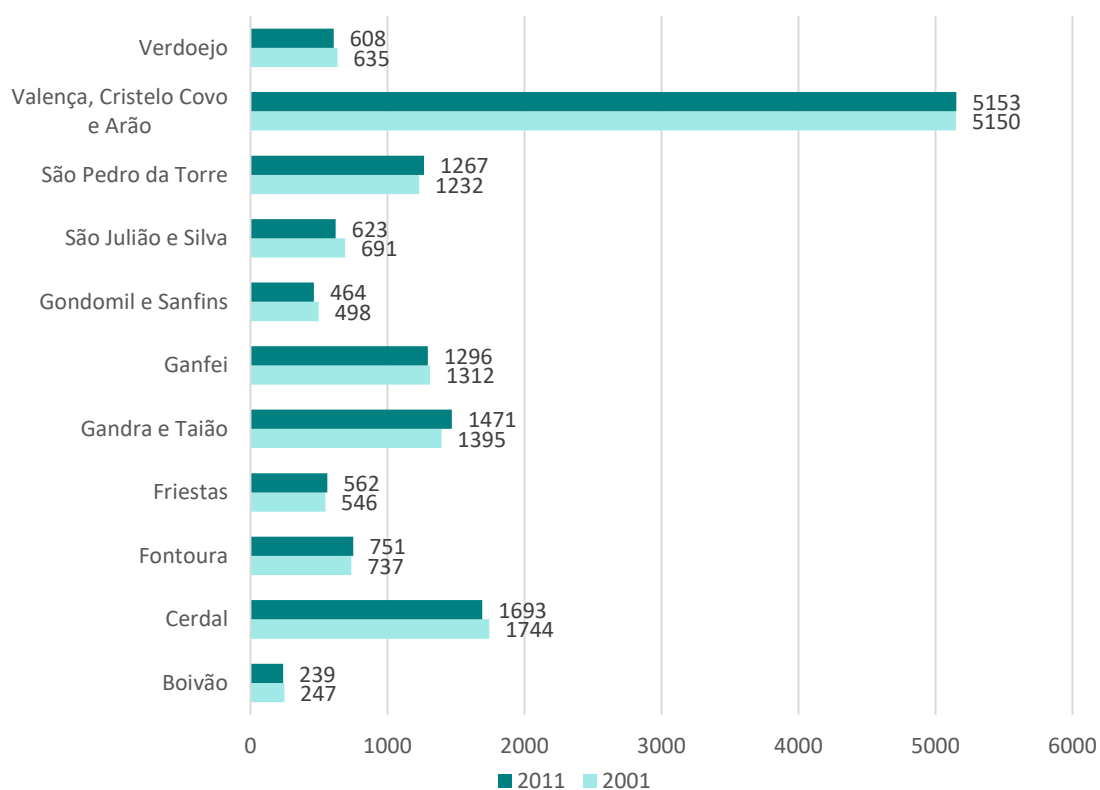
Território	2001		2011		2018 (v.e.)		Varição 2011-2018 (%)	
	H	M	H	M	H	M	H	M
Valença	6.603	7.625	6.565	7.480	6.132	7.151	-6,6	-4,4

Fonte: PORDATA

Territorialmente, e aquando dos Censos 2011, a freguesia com maior número de residentes do concelho era a União de freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão,

com 5.153 residentes e a freguesia com menor número de residentes era a freguesia de Boivão, com 239 habitantes.

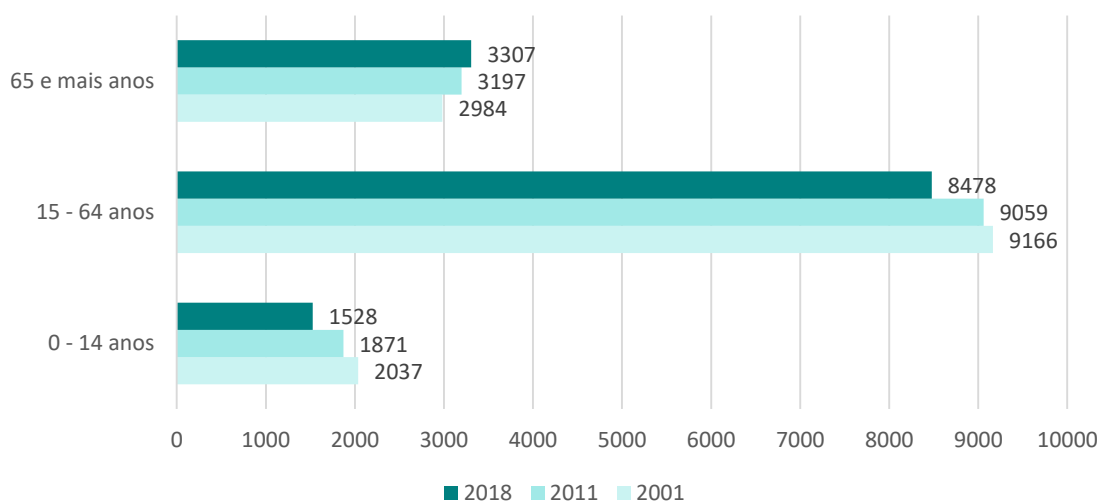
Gráfico 1 – População residente no concelho de Valença, segundo a freguesia, nos anos de 2001 e 2011 (N.º)



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

A maioria das freguesias registou uma diminuição populacional, entre os anos de 2001 e 2011, tendo-se verificado em algumas das quais aumentos populacionais, embora na sua maioria pouco expressivos.

Gráfico 2 – População residente no concelho de Valença, segundo grupos etários, nos anos de 2001, 2011 e 2018 (N.º)



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011; PORDATA

Relativamente à distribuição etária dos residentes do concelho, é no grupo entre os 15 e os 64 anos que se encontra a maior parte da população (8478, 63,68%, em 2018), seguido do grupo dos 65 e mais anos (3.307, 24,84%, em 2018) e por último, do grupo com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (1.528, 11,48%, em 2018).

Tabela 4 – Variação percentual dos grupos etários 2001-2011 e 2011-2018 (%)

Grupos etários	Variação percentual do número de residentes	
	2001 - 2011	2011 - 2018
0 – 14 anos	-10,4	-17,2
15 – 64 anos	-0,1	-7,3
65 e mais anos	4,6	6,5

Fonte: PORDATA

Relativamente à variação do número de residentes por grupo etário, é possível observar que desde o ano 2001, se tem vindo a verificar uma diminuição significativa do número de residentes com idades compreendidas entre os 0-14 anos (aproximadamente, menos 17 crianças e jovens em cada 100, entre 2011 e 2018) e um aumento do número de residentes com idade igual ou superior a 65 anos (mais significativa entre 2011 e 2018, com o aumento de, aproximadamente, 7 residentes em cada 100).

O grupo etário entre os 15 e os 64 anos sofreu uma variação percentual negativa em ambos os períodos, sendo esta mais significativa entre 2011 e 2018, com uma diminuição de cerca de 7 pessoas em cada 100.

Tabela 5 – Indicadores de população (2018)

Território	Taxa de crescimento efetivo ³	Taxa bruta de natalidade ⁴	Taxa bruta de mortalidade ⁵
	%	‰	
Portugal	-0,14	8,5	11,0
Região Norte	- 0,10	7,7	9,9
Região do Alto Minho	- 0,53	6,8	13,2
Arcos de Valdevez	- 0,83	5,2	17,0
Caminha	- 0,15	7,4	12,3
Melgaço	- 1,29	4,3	21,8
Monção	- 0,78	5,5	17,1
Paredes de Coura	- 0,66	7,6	15,6
Ponte da Barca	- 0,68	6,1	14,8
Ponte de Lima	- 0,54	7,0	10,8
Valença	- 0,44	6,2	13,6
Viana do Castelo	- 0,45	7,5	11,4
Vila Nova de Cerveira	0,20	8,5	12,4

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2018

O concelho apresenta uma taxa de crescimento efetivo negativa (-0,44), tendo um valor próximo da média da região do Alto Minho (-0,53) mas bastante mais alto que a Região Norte (-0,10) e que a nível nacional (-0,14). No mesmo ano, registaram-se aproximadamente seis nascimentos por cada mil habitantes (6,2‰), sendo Valença o quinto concelho da Região que apresenta uma taxa bruta de natalidade mais baixa. A taxa de mortalidade é superior à registada a nível nacional e nas Regiões Norte e do Alto Minho, sendo a sexta mais elevada da Região do Alto Minho, com quase 14 óbitos em cada mil habitantes (13,6‰), no ano de 2018.

³ **Taxa de crescimento efetivo:** Variação populacional observada durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (INE)

⁴ **Taxa bruta de natalidade:** Número de nados vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (INE)

⁵ **Taxa bruta de mortalidade:** Número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (INE)

Em Síntese:

- ▶ Dos 10 municípios da Região do Alto Minho, Valença é o segundo município com menor área territorial (117,13Km²);
- ▶ O concelho é composto por 11 Freguesias, após a reorganização administrativa de 2013;
- ▶ Valença vem registando um decréscimo populacional desde 2001. Entre 2001 e 2011 com uma variação negativa de 0,5% e entre 2011 e 2018 com uma variação mais acentuada de -5,6%. Entre 2011 e 2018, registou-se um decréscimo populacional a nível nacional, regional e concelhio, sendo o valor de Valença superior ao nacional;
- ▶ O município de Valença é o quarto com maior densidade populacional da Região do Alto Minho (113,7 hab./ Km²);
- ▶ No final do ano de 2018, o número estimado de população residente no concelho de Valença foi de 13.283 (7.151 mulheres e 6.132 homens);
- ▶ A União de freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão é a que tem um maior número de residentes em 2001 e 2011, com cerca de 5.150 habitantes;
- ▶ A maioria das freguesias do concelho registou uma diminuição populacional, entre os anos de 2001 e 2011;
- ▶ No final de 2018, 63,68% da população residente no concelho tinha entre 15 e 64 anos, 24,84% tinha 65 e mais anos e 11,48% tinha entre 0 e 14 anos;
- ▶ Desde 2001, o número de residentes com idade inferior a 15 anos tem vindo a diminuir de forma significativa, o número de residentes entre os 15 e os 64 anos de idade também tem vindo a diminuir (embora com uma menor variação percentual negativa comparativamente com o grupo etário anterior) e o número de residentes com 65 e mais anos tem vindo a aumentar;
- ▶ Em 2018, a taxa de crescimento efetivo foi negativa (-0,44%), apresentando um decréscimo populacional superior à média nacional (-0,14%) e da Região Norte (-0,10%);
- ▶ Nesse mesmo ano, a taxa bruta de natalidade foi de 6,2‰ e a taxa bruta de mortalidade foi de 13,6‰.

8.1.2 Atividades Económicas e Emprego

A Região do Alto Minho, onde se insere o concelho de Valença, caracteriza-se por um forte dinamismo económico, que se encontra alicerçado em setores que evidenciam elevados ritmos de crescimento do emprego na região, nomeadamente em áreas como a educação, saúde e serviços empresariais.

O Alto Minho é também uma região reconhecida pelos setores ligados à produção de bens e onde se concentram as indústrias extrativas, têxtil, vestuário, calçado, metálicas, material de transporte e construção, as quais representam 5,3% do emprego gerado na região (Estratégia & Plano Global de Ação “Alto Minho 2020”).

Segundo o Anuário Estatístico da Região Norte de 2018, Valença é o quarto concelho da região do Alto Minho com maior densidade de empresas e estabelecimentos por Km² (14,6 empresas/Km² e 15,4 estabelecimentos/Km²). A maioria das empresas e dos estabelecimentos sediados no concelho tem menos de 10 trabalhadores (96,5% e 96,6%, respetivamente) e 61,61% das empresas são individuais. No ano de 2017, os estabelecimentos e as empresas sediadas no concelho empregavam 4.820 e 4.305 pessoas, respetivamente (INE, 2019 – Sistema de Contas Integradas das Empresas).

Tabela 6 – Indicadores de empresas nos municípios da Região do Alto Minho (2017)

Território	Densidade de empresas	Densidade de estabelecimentos	Proporção de empresas com menos de 10 trabalhadores	Proporção de estabelecimentos com menos de 10 trabalhadores
	N.º/Km ²		%	
Portugal	13,5	14,1	96,3	96,0
Região Norte	19,6	20,4	95,7	95,5
Região do Alto Minho	13,1	13,6	96,8	96,8
Arcos de Valdevez	6,0	6,2	97,7	97,8
Caminha	16,2	16,7	97,9	97,9
Melgaço	5,1	5,2	98,8	98,9
Monção	14,2	14,6	97,7	97,8
Paredes de Coura	7,7	7,9	97,9	97,9
Ponte da Barca	7,1	7,3	98,1	98,1
Ponte de Lima	15,6	15,9	96,3	96,2
Valença	14,6	15,4	96,5	96,6
Viana do Castelo	31,4	32,8	96,0	95,8
Vila Nova de Cerveira	9,1	9,4	95,9	95,9

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2018

Ainda segundo o Anuário Estatístico da Região Norte de 2018, é possível verificar que, das 1.714 empresas sediadas no município, a maioria enquadra-se no sector do comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (29,2%), seguidas empresas que se dedicam atividades administrativas e dos serviços de apoio (11,2%) e em terceiro lugar, surgem as empresas do sector do alojamento, restauração e similares (9,3%).

Ao compararmos os dados da região do Alto Minho, verificamos que o município de Valença é o primeiro, na Região do Alto Minho, com maior número de empresas e estabelecimentos na área das Indústrias Extrativas (14 empresas e 15 estabelecimentos).

No que respeita à dimensão, encontra-se sediada no concelho 1 grande⁶ empresa, que emprega 250 ou mais trabalhadores.

Tabela 7 – Taxa de atividade e desemprego da população residente no concelho de Valença por freguesias (2011) (%)

Território	Taxa de Atividade ⁷	Taxa de desemprego ⁸
Valença (concelho)	43,03%	12,39%
Arão	41,69%	15,82%
Boivão	24,27%	12,07%
Cerdal	40,52%	13,70%
Cristelo Covo	45,80%	17,19%
Fontoura	36,75%	8,70%
Friestas	39,86%	12,50%
Gandra	45,68%	12,46%
Ganfei	43,90%	11,25%
Gondomil	31,56%	8,42%
Sanfins	31,29%	11,76%
São Julião	48,76%	13,56%
São Pedro da Torre	38,99%	11,34%
Silva	44,62%	11,21%
Taião	32,03%	2,04%
Valença	48,72%	12,69%
Verdoejo	41,61%	5,93%

Fonte: INE, Censos 2011

⁶ **Grande Empresa:** Empresas com 250 ou mais pessoas ao serviço e/ou empresas com volume de negócios superior a 50 milhões de euros e ativo líquido superior a 43 milhões de euros.

⁷ **Taxa de atividade:** Taxa que permite definir o peso da população ativa (população com 15 e mais anos de idade) sobre o total da população (INE).

⁸ **Taxa de desemprego:** Taxa que define a relação entre a população desempregada e a população ativa (INE).

Relativamente ao **mercado de trabalho** no concelho de Valença, verifica-se que a taxa de desemprego, em 2011, era de 12,39%, sendo inferior à registada a nível nacional (13,18%). Não existindo informação disponível atualizada sobre a taxa de desemprego, estima-se que, atualmente, o seu valor seja consideravelmente menor ao registado no ano 2011 e 2013, altura em que o número de pessoas em situação de desemprego, inscritas no Centro de Emprego de Valença, começou a diminuir.

No ano 2011, a taxa de atividade registada no concelho e respetivas freguesias foi inferior a 50%, ou seja, em cada 100 pessoas residentes no concelho, menos de 50 encontravam-se em idade ativa e a trabalhar. Nesse mesmo ano, em cada 100 pessoas em idade ativa, cerca de 12 encontravam-se em situação de desemprego.

A população empregada, residente no concelho, está distribuída sobretudo pelos sectores secundário e terciário (1.700 e 3.446 pessoas empregadas, respetivamente), sendo que neste último destaca-se o que se encontra relacionado com a atividade económica (2.341 pessoas empregadas). A diferença entre o número de empregados por género não é significativa, embora se registre um maior número de homens empregados.

Tabela 8 – População empregada, residente no concelho de Valença, segundo o género, por freguesias e ramo de atividade (2011) (N.º)

Território	População empregada			Ramo de atividade				
	Total	H	M	Primário	Secundário	Terciário		
						Total	De natureza social	Relacionados com a atividade económica
Valença (concelho)	5326	2756	2570	180	1700	3446	1105	2341
Boivão	51	30	21	5	23	23	7	16
Cerdal	592	312	280	35	221	336	100	236
Fontoura	252	145	107	21	105	126	25	101
Friestas	196	94	102	3	49	144	74	70
Gandra e Taião	575	290	285	19	198	358	110	248

Ganfei	505	266	239	16	161	328	128	200
Gondomil e Sanfins	132	80	52	10	62	60	9	51
São Pedro da Torre	438	205	233	7	156	275	86	189
São Julião e Silva	256	145	111	26	115	115	22	93
Valença, Cristelo Covo e Arão	2091	1057	1034	29	533	1529	480	1049
Verdoejo	238	132	106	9	77	152	64	88

Fonte: INE, Censos 2011

Da população empregada, destaca-se o facto de que a maioria se encontra a trabalhar por conta de outrem (4.115 pessoas), sendo ainda significativo o número de trabalhadores que são empregadores (655 pessoas, o que representa 12,3% do número total da população empregada).

Tabela 9 – População empregada, residente no concelho de Valença, por freguesias e situação na profissão (2011) (N.º)

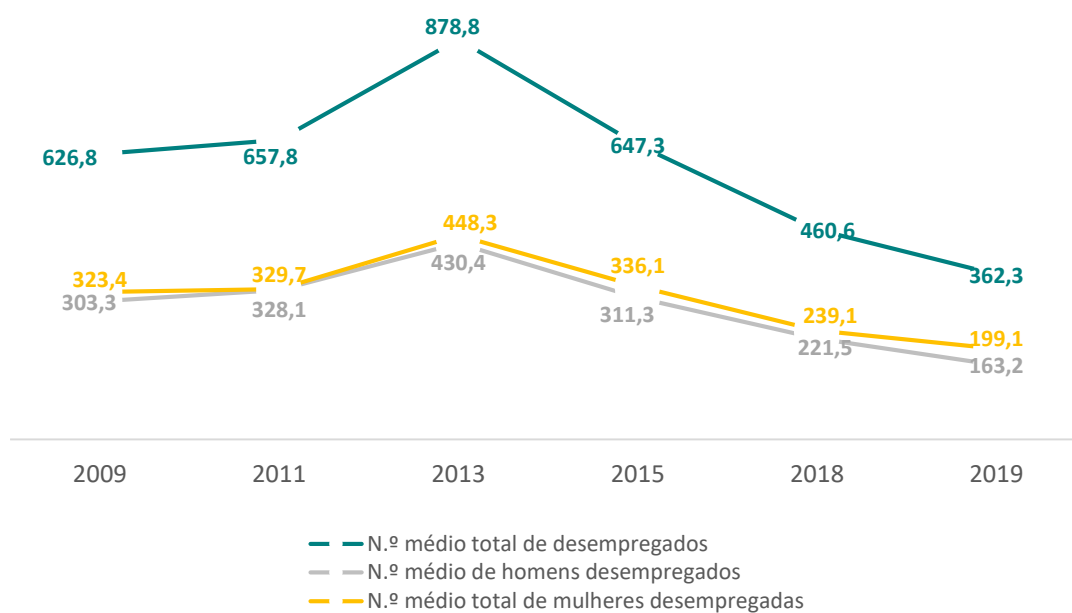
Território	Empregador	Trabalhador por conta própria	Trabalhador familiar não remunerado	Trabalhador por conta de outrem	Membro de uma cooperativa de produção	Outra situação
Valença (concelho)	655	459	38	4115	17	42
Boivão	7	12	2	28	2	0
Cerdal	71	51	5	458	5	2
Fontoura	30	21	6	193	0	2
Friestas	24	15	0	154	0	3
Gandra e Taião	88	56	1	420	4	6
Ganfei	57	33	2	408	1	4
Gondomil e Sanfins	16	18	2	96	0	0
São Pedro da Torre	48	41	1	343	2	3

São Julião e Silva	21	20	5	209	0	1
Valença, Cristelo Covo e Arão	267	169	13	1618	3	21
Verdoejo	26	23	1	188	0	0

Fonte: INE, Censos 2011

É de salientar que, no ano 2011, 3.842 residentes no concelho trabalhavam no município e 1.484 tinham de se deslocar para outros municípios para desempenhar a sua atividade laboral (27,86% da população residente empregada fora concelho de Valença).

Gráfico 3 – Evolução do n.º médio anual de pessoas em situação de desemprego no concelho de Valença, inscritas no Centro de Emprego, segundo o Género (N.º)



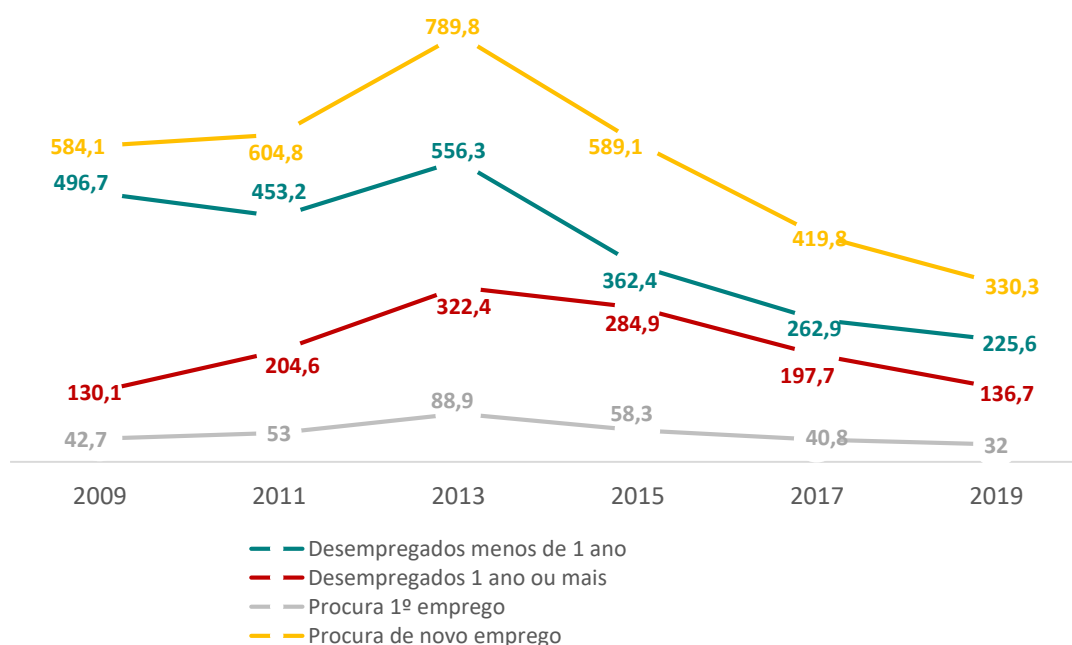
Fonte: PORDATA / IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional (Estatísticas Mensais por Concelhos)

Em média, o número médio de pessoas em situação de desemprego no concelho de Valença, e que se encontram inscritas no Centro de Emprego, aumentou de forma significativa entre o ano de 2011 e 2013, ano este em que se começa a assistir a um

decréscimo do seu número. Entre o ano de 2013 e 2019, verificou-se uma variação percentual negativa de 58,8, no número médio anual de pessoas em situação de desemprego inscritas no Centro de Emprego.

No que respeita ao género, são as mulheres que, em média, se encontram em maior número, no período entre 2009 e 2019.

Gráfico 4 – Evolução do n.º médio anual de pessoas em situação de desemprego no concelho de Valença, inscritas no Centro de Emprego, segundo o tempo de inscrição e a situação face à procura de emprego (N.º)



Fonte: PORDATA / IEFP (Estatísticas Mensais por Concelhos)

Analisando os dados desde 2009 até 2019, constata-se que, em média, a grande maioria das pessoas em situação de desemprego se encontrava inscrita há menos de um ano no Centro de Emprego.

Relativamente ao tipo de desemprego, salienta-se que o número médio de pessoas em situação de desemprego, que procura um novo emprego tem sido superior, desde 2009, face ao número de pessoas que se encontra à procura de um primeiro emprego. Note-

se que o número médio de inscritos há menos de um ano aumentou significativamente entre o ano de 2011 e o ano de 2013.

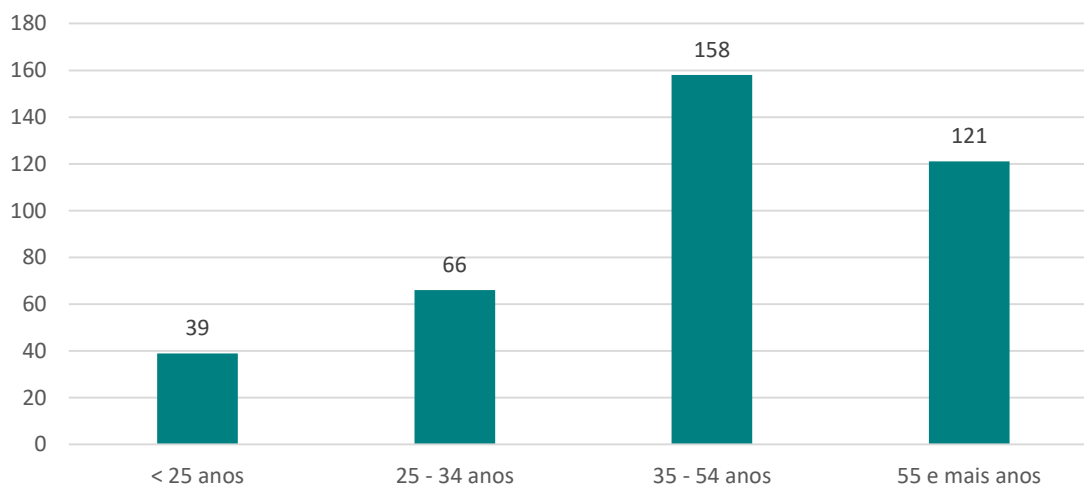
Tabela 10 – Desemprego registado no concelho de Valença, segundo o género, o tempo de inscrição e a situação face à procura de emprego (situação no fim do mês de dezembro 2019) (N.º)

Território	Homens	Mulheres	Tempo de inscrição		Situação face à procura		Total
			< 1 Ano	1 Ano E +	1º Emprego	Novo Emprego	
Valença	178	206	242	142	35	349	384

Fonte: IEFP (Estatísticas Mensais por Concelhos)

Dos desempregados do concelho de Valença, em dezembro de 2019, verifica-se que são em maior número os indivíduos do sexo feminino e as pessoas que procuram um novo emprego. Ao nível da faixa etária a maioria está na faixa etária dos 35-54 anos, seguida da faixa etária com + de 55 anos.

Gráfico 5 – Desemprego registado no concelho de Valença, segundo o grupo etário (situação no fim do mês dezembro 2019) (N.º)

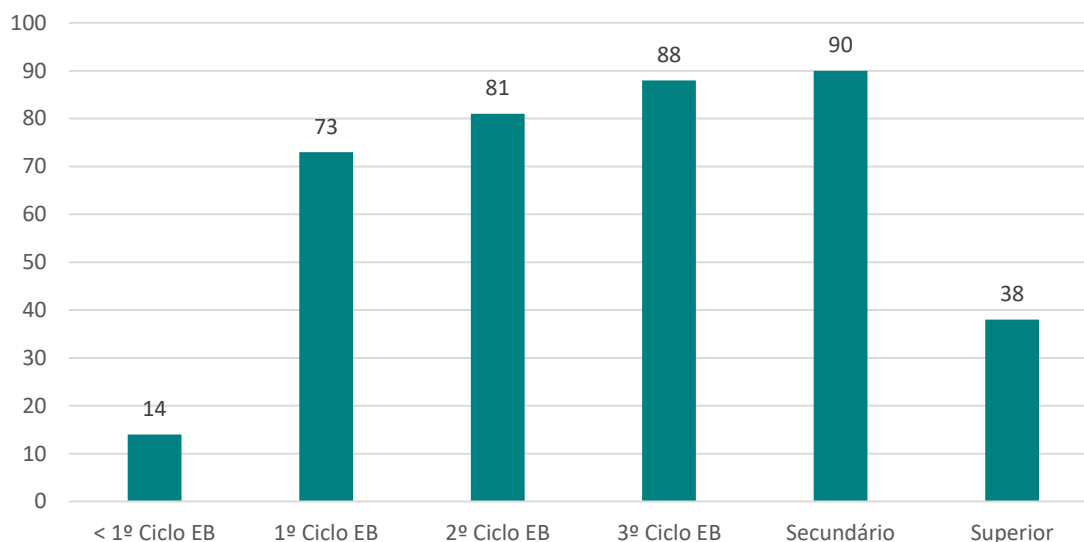


Fonte: IEFP (Estatísticas Mensais por Concelhos)

Quanto à qualificação dos desempregados, a maioria possui o ensino secundário, sendo a população com menos qualificações (inferior ao 1º CEB) e com mais qualificações

(Ensino Superior) a que se encontra em menor número face à situação de desemprego, à data de dezembro de 2019.

Gráfico 6 – Desemprego registado no concelho de Valença, segundo os níveis de escolaridade (situação no fim do mês dezembro 2019) (N.º)



Fonte: IEFP (Estatísticas Mensais por Concelhos)

Tabela 11 - Caracterização das pessoas em situação de desemprego, inscritas no Centro de Emprego, por freguesia (situação no fim do mês dezembro 2018) (N.º)

Território	Total	Homens	Mulheres	Tempo de inscrição		Situação face à procura	
				< 1 Ano	1 Ano E +	1º Emprego	Novo Emprego
Valença (concelho)	389	214	175	243	146	34	355
Boivão	5	2	3				
Cerdal	38	20	18	23	15	2	36
Fontoura	17	10	7	11	6	3	14
Friestas	16	8	8	13	3	1	15
Gandra e Taião	35	16	19	20	15	1	34
Ganfei	36	12	24	17	19	3	33

Gondomil e Sanfins	5	0	5			0	5
São Pedro da Torre	30	13	17	21	9	4	26
São Julião e Silva	12	8	4				
Valença, Cristelo Covo e Arão	171	76	95	113	58	15	156
Verdoejo	9	3	6				

Fonte: IEFP

No final do ano 2018, o maior número de desempregados inscritos no Centro de Emprego residiam na União de Freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão, nas freguesias do Cerdal, Ganfei e na União de freguesias de Gandra e Taião. O número de mulheres em situação de desemprego, inscritas no Centro de Emprego, é superior ao número de homens inscritos, com exceção de 3 freguesias (São Julião e Silva, Fontoura e Cerdal).

Em Síntese:

- ▶ No concelho encontram-se sediadas 1.714 empresas, 96,5% das quais têm menos de 10 trabalhadores e 61,61% são empresas individuais;
- ▶ A maioria das empresas do concelho (29,2%: 500) insere-se no sector do comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos, seguidas das empresas de atividades administrativas e dos serviços de apoio (11,2%: 192) e das empresas na área do alojamento, restauração e similares (9,3%: 160);
- ▶ Valença é o concelho da região do Alto Minho com maior número de empresas e estabelecimentos ao nível das Indústrias Extrativas;
- ▶ No ano de 2011, a taxa de desemprego foi de 12,39% (inferior à registada a nível nacional) e a taxa de atividade foi inferior a 50%;
- ▶ Nesse mesmo ano, as freguesias de Cristelo Covo e Arão foram as que registaram uma taxa de desemprego mais elevada (17,19% e 15,82%, respetivamente). As freguesias de Fontoura, Gondomil, Taião e Verdoejo foram as que registaram taxas de desemprego menores (<10%);
- ▶ Em 2011, 64,7% da população empregada residente encontrava-se inserida no sector terciário e 31,9% no sector secundário, 77,3% eram trabalhadores por conta de outrem e 27,9% trabalhava fora do concelho de Valença;
- ▶ O número de pessoas em situação de desemprego inscritas no Centro de Emprego, residentes no concelho de Valença, tem vindo a diminuir desde 2013;
- ▶ Em dezembro de 2019, encontravam-se inscritas no Centro de Emprego 384 pessoas em situação de desemprego, maioritariamente mulheres (206 pessoas), com idade compreendida entre os 35 e os 54 anos (158 pessoas), com o 3º CEB ou inferior (256 pessoas) e que se encontram à procura de um novo emprego (349 pessoas).

8.1.3 Habitação

Valença é o terceiro concelho da Região do Alto Minho com menor número de edifícios de habitação familiar clássica e o quinto com menor número de alojamentos familiares clássicos. Entre 2011 e 2018 registou-se um aumento do número de edifícios e alojamentos, mais 133 edifícios de habitação familiar clássica e mais 143 alojamentos familiares clássicos.

Tabela 12 – Parque habitacional dos municípios da Região do Alto Minho (2011 e 2018) (N.º)

Território	Edifícios de habitação familiar clássica		Alojamentos familiares clássicos	
	2011	2018	2011	2018
Portugal	3556071	3604407	5879202	5954548
Região Norte	1214491	1234651	1853531	1882626
Região do Alto Minho	121336	123543	151077	153743
Arcos de Valdevez	15388	15687	17303	17618
Caminha	9347	9537	13953	14298
Melgaço	7017	7065	7599	7654
Monção	11744	11865	13449	13624
Paredes de Coura	5757	5863	6097	6203
Ponte da Barca	6843	7012	8010	8211
Ponte de Lima	19769	20323	22010	22675
Valença	6845	6978	8148	8291
Viana do Castelo	33028	33506	48340	48892
Vila Nova de Cerveira	5598	5707	6168	6277

Fontes: Anuário Estatístico da Região Norte 2018

Uma análise mais aprofundada permite verificar que, à data de 2011, a maior percentagem de edifícios clássicos construídos situava-se na União das freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão (27,15%), seguida pela freguesia de Cerdal (14,55%).

Tabela 13 – Edifícios, por freguesia (2011) (N.º e %)

Território	Edifícios	
	N.º	%
Valença (concelho)	6817	100
Boivão	159	2,33
Cerdal	992	14,55
Fontoura	415	6,09
Friestas	311	4,56
Gandra e Taião	716	10,50
Ganfei	657	9,64
Gondomil e Sanfins	325	4,77
São Pedro da Torre	653	9,58
São Julião e Silva	422	6,19
Valença, Cristelo Covo e Arão	1851	27,15
Verdoejo	316	4,64

Fonte: INE, Censos 2011

Em termos do tipo de utilização dada a estes edifícios em cada freguesia/ União de freguesias é perceptível que na sua grande maioria apresentam funções residenciais (96% de edifícios exclusivamente residenciais). Na freguesia de São Pedro da Torre localiza-se o maior número de edifícios com fins não residenciais do concelho.

Tabela 14 – Tipo de utilização dos Edifícios, por freguesia (2011) (N.º)

Território	Exclusivamente residenciais	Principalmente residenciais	Não residenciais
Valença (concelho)	6550	219	48
Boivão	159	0	0
Cerdal	975	14	3
Fontoura	412	2	1
Friestas	302	1	8
Gandra e Taião	681	33	2
Ganfei	644	10	3
Gondomil e Sanfins	322	1	2
São Pedro da Torre	630	5	18
São Julião e Silva	412	8	2
Valença, Cristelo Covo e Arão	1699	143	9
Verdoejo	314	2	0

Fonte: INE, Censos 2011

No que respeita ao estado de conservação dos edifícios é possível verificar que a proporção de edifícios muito degradados e com necessidades de reparação diminuiu entre 2001 e 2011 (-1,6% e -12,6%, respetivamente), principalmente nas freguesias de Taião, Verdoejo, São Julião e São Pedro da Torre). Nas freguesias de Arão, Cristelo Covo e Gandra a proporção de edifícios com necessidade de reparação aumentou.

Em 2008, implementou-se uma medida de apoio à execução de obras de recuperação e conservação de habitações degradadas, ao abrigo do Regulamento Municipal para a Recuperação de Habitações Degradadas de estratos Sociais Desfavorecidos. Esta medida contribuiu para a diminuição de edifícios degradados no concelho. Desde 2008 foram realizados 90 pedidos, tendo sido deferidos 37.

No ano 2011, existiam no concelho, aproximadamente, 151 edifícios construídos até 1960, por cada 100 construídos após 2001. O índice de envelhecimento dos edifícios nas freguesias de Boivão, Valença e Taião é muito superior ao registado no concelho (445,5, 318,6 e 317,7, respetivamente).

Tabela 15 – Índice de envelhecimento dos edifícios e proporção de edifícios muito degradados e com necessidades de reparação no concelho de Valença (2011) (N.º e %)

Território	Índice de envelhecimento dos edifícios (N.º)	Proporção de edifícios muito degradados (%)		Proporção de edifícios com necessidades de reparação (%)	
	2011	2001	2011	2001	2011
Valença (concelho)	150,8	3,7	2,13	33,3	20,7
Arão	142,6	1,3	1,91	35,9	62,3
Boivão	445,5	0,6	3,77	55,7	25,79
Cerdal	73,8	6,7	1,51	28,1	16,33
Cristelo Covo	156,5	1,9	8,92	26,7	47,96
Fontoura	184,8	1,8	3,61	35,5	34,7
Friestas	116	12	0,32	33,2	9,65
Gandra	123,8	3	2,88	27,9	36,54
Ganfei	98,8	2,4	1,98	18,7	7,91
Gondomil	303,7	0,4	0	24	7,69
Sanfins	276,9	2,8	0,96	28,3	14,42
São Julião	139,1	5,8	0,42	46,1	11,76
São Pedro da Torre	133,8	7,6	0,46	41,3	8,58
Silva	147,1	1,8	5,98	38,1	20,11

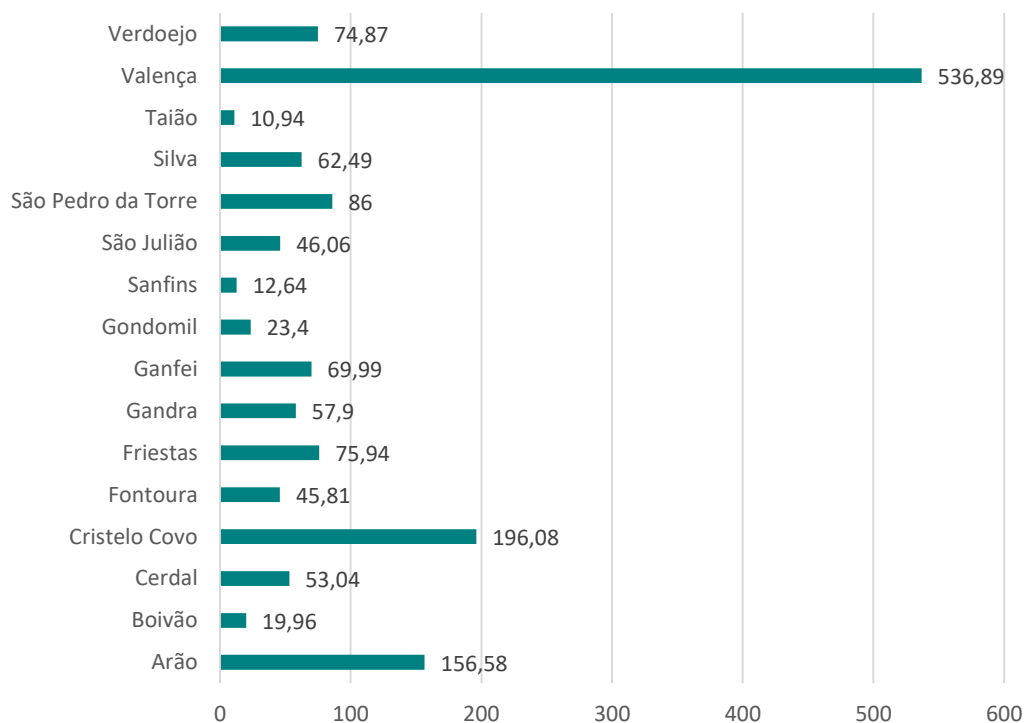
Taião	317,7	5,9	3,26	55,9	9,78
Valença	318,6	1,6	0,11	38,9	10,45
Verdoejo	93,8	0	0,63	40	2,22

Fonte: INE, Censos 2011

No ano de 2011, o n.º médio de alojamentos por Km² no concelho era de 69,58 alojamentos/Km², sendo o terceiro concelho da Região do Alto Minho com maior densidade de alojamentos por Km².

Analisando a densidade de alojamentos por freguesia, referentes ao ano de 2011, é perceptível que é na União de freguesias Valença, Cristelo Covo e Arão que se encontra a maior densidade de alojamentos do concelho de Valença, com 296,5 alojamentos por Km² (valor médio), seguida da freguesia de Verdoejo com 74,87 alojamentos por Km². Por oposição é nas freguesias de Taião e Sanfins que se regista menor densidade de alojamentos por Km² (10,94 e 12,64, respetivamente).

Gráfico 7 – Densidade de alojamentos no concelho de Valença, por freguesia (2011) (N.º de Alojamentos/Km²)



Fonte: INE, Censos 2011

De acordo com os dados estatísticos referentes aos Censos de 2011, existiam no concelho um total de 8.150 alojamentos, dos quais 99,7% correspondiam a alojamentos familiares e os restantes 0,3% a alojamentos coletivos. A União de freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão (n= 3.084) e as freguesias de Cerdal (n= 996) e Gandra e Taião (n= 774), concentravam, à data, nos seus territórios o maior número de alojamentos do concelho.

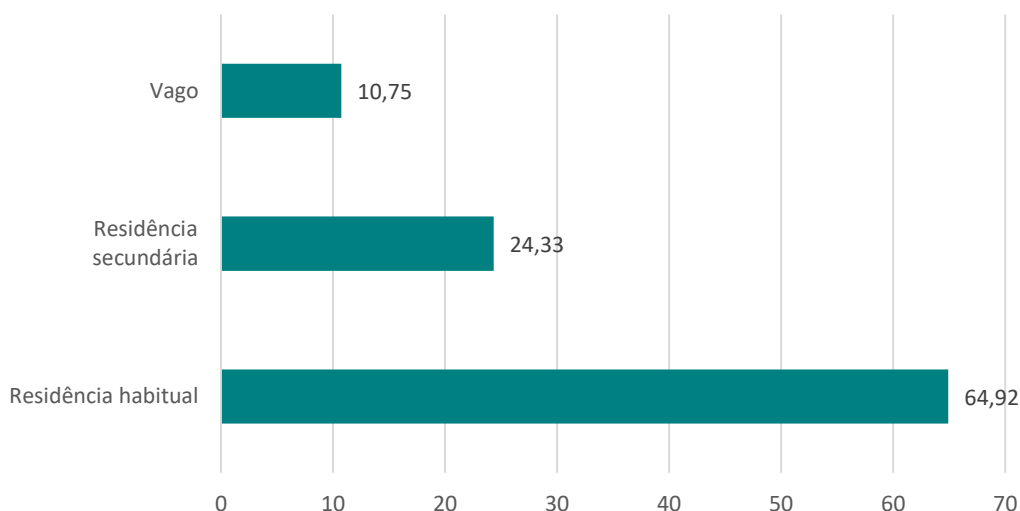
Tabela 16 – Tipologia de alojamentos do concelho de Valença, por freguesia (2011) (N.º)

Território	Total	Alojamentos familiares		Alojamentos coletivos	
		Clássicos	Não clássicos	Hoteleiros	Convivência
Valença (concelho)	8150	8119	11	17	3
Boivão	159	159	0	0	0
Cerdal	996	996	0	0	0
Fontoura	420	420	0	0	0
Friestas	315	315	0	0	0
Gandra e Taião	774	773	0	1	0
Ganfei	663	662	0	1	0
Gondomil e Sanfins	326	325	0	1	0
São Pedro da Torre	670	667	0	3	0
São Julião e Silva	426	425	1	0	0
Valença, Cristelo Covo e Arão	3084	3061	9	11	3
Verdoejo	317	316	1	0	0

Fonte: INE, Censos 2011

Os alojamentos familiares eram na sua grande maioria clássicos (99,9%), existindo um índice residual de alojamentos não clássicos (0,1%), nomeadamente barracas e casas rudimentares de madeira (nomeadamente, na freguesia de Valença). No que diz respeito aos alojamentos coletivos, estes representam uma taxa pouco significativa no concelho, nomeadamente 17 alojamentos com fins hoteleiros e 3 alojamentos de convivências, com destaque para os alojamentos destinados ao apoio social e saúde, localizados em maior número na freguesia de Valença.

Gráfico 8 – Forma de ocupação dos alojamentos familiares no concelho de Valença (2011) (%)



Fonte: INE, Censos 2011

Como é possível verificar, Valença caracteriza-se por ser um município maioritariamente de residência, na medida em que 64,92% dos alojamentos familiares do município são utilizados como residências habituais. É na União de freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão que se localiza o maior número de alojamentos com este fim (n= 3.061), no entanto é na freguesia de Ganfei que existe maior percentagem de residências habituais (71,75%) face ao número total de alojamentos familiares existentes na freguesia.

No que respeita aos alojamentos de ocupação sazonal, estes também se encontram em maior número na União de freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão (n= 687), no entanto é na freguesia de Boivão que se encontram em maior percentagem (37,11%) relativamente ao número total de alojamentos da freguesia.

O número de alojamentos familiares vagos existentes no concelho é significativo (n= 873; 10,75%), sendo em maior número na União de freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão, no entanto é na União de freguesias de Gondomil e Sanfins que se encontra a maior percentagem de alojamentos vagos relativamente ao número total de alojamentos da freguesia (aproximadamente 14%).

Tabela 17 – Forma de ocupação dos alojamentos familiares do concelho de Valença, por freguesia (2011) (N.º e %)

Território	Alojamentos familiares						
	Total	De residência habitual		De uso sazonal ou secundário		Vagos	
		N.º	%	N.º	%	N.º	%
Valença (concelho)	8119	5271	64,92	1975	24,33	873	10,75
Boivão	159	88	55,35	59	37,11	12	7,55
Cerdal	996	611	61,35	298	29,92	87	8,73
Fontoura	420	275	65,48	137	32,62	8	1,90
Friestas	315	210	66,67	69	21,90	36	11,43
Gandra e Taião	773	534	69,08	157	20,31	82	10,61
Ganfei	662	471	71,75	110	16,62	81	12,24
Gondomil e Sanfins	325	179	55,08	100	30,77	46	14,15
São Pedro da Torre	667	471	70,61	142	21,29	54	8,10
São Julião e Silva	425	234	55,06	152	35,76	39	9,18
Valença, Cristelo Covo e Arão	3061	1978	64,62	687	22,44	396	12,94
Verdoejo	316	220	69,62	64	20,25	32	10,13

Fonte: INE, Censos 2011

No que diz respeito ao regime de ocupação dos alojamentos de residência habitual do município, verifica-se que o número de alojamentos com proprietário ocupante é superior ao número de alojamentos ocupados por arrendatário, situação que se verifica em todas as freguesias / Uniões de freguesias do concelho. A União de freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão é a que, à data dos Censos de 2011, registava maior percentagem de alojamentos arrendados no seu território, comparativamente com as restantes freguesias.

Tabela 18 – Regime de ocupação dos alojamentos familiares de residência habitual, por freguesia (2011) (N.º e %)

Território	Alojamentos com Proprietário Ocupante		Alojamentos Arrendados		Outras situações	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Valença (concelho)	4 259	80,80	706	13,39	306	5,81
Boivão	84	95,45	1	1,14	3	3,41
Cerdal	529	86,58	53	8,67	29	4,75
Fontoura	256	93,09	6	2,18	13	4,73
Friestas	169	80,48	18	8,57	23	10,95
Gandra e Taião	456	85,39	48	8,99	30	5,62

Ganfei	408	86,62	33	7,01	30	6,37
Gondomil e Sanfins	164	91,62	2	1,12	13	7,26
São Pedro da Torre	383	81,32	54	11,46	34	7,22
São Julião e Silva	203	86,75	5	2,14	26	11,11
Valença, Cristelo Covo e Arão	1401	70,83	483	24,42	94	4,75
Verdoejo	206	93,64	3	1,36	11	5,00

Fonte: INE, Censos 2011

No que concerne à habitação social, o concelho de Valença é o terceiro município da Região do Alto Minho com maior número de edifícios de habitação social e o sexto com o maior número de fogos de habitação social. Os dados referentes a 2015 indicam a existência de 91 edifícios de habitação social no concelho de Valença, aglomerando 94 fogos de habitação social. Destes fogos, destaca-se o facto de 89 se encontrarem arrendados.

Tabela 19 – Edifícios e fogos de habitação social por município da Região do Alto Minho (2015)

Território	Edifícios de habitação social	Fogos de habitação social	
	Total 2015	Total 2015	Arrendados 2015
Portugal	26 195	119 691	112 188
Região Norte	6 106	41 949	39 706
Região do Alto Minho	471	1 186	1 054
Arcos de Valdevez	48	101	101
Caminha	7	19	19
Melgaço	18	18	18
Monção	115	129	94
Paredes de Coura	1	1	1
Ponte da Barca	25	130	111
Ponte de Lima	36	189	169
Valença	91	94	89
Viana do Castelo	96	442	392
Vila Nova de Cerveira	34	63	60

Fontes: INE – Inquérito à caracterização da habitação social

Dados mais recentes fornecidos pela Câmara Municipal de Valença, mostram que em outubro de 2019 existiam 81 fogos de habitação social, dos quais 72 são propriedade do município. Os fogos encontram-se ocupados por um total de 191 residentes, na sua

maioria de nacionalidade portuguesa. O maior número de habitações e de residentes concentra-se no Bairro do Bogim, na freguesia de Cerdal.

Tabela 20 – Distribuição das frações de Habitação Social Municipal, por número de residentes, grupo etário dos residentes e por freguesia (outubro de 2019) (N.º)

Bairro / Território	Habitações	Residentes	Residentes						
			Grupo etário						
			0-3	4-12	13-18	19-34	35-64	65-70	+71
Valença ⁹ (concelho)	81	191	3	20	22	42	90	5	9
S. Pedro da Torre	16	37	1	1	3	9	16	3	4
Bogim / Cerdal	25	58	1	6	4	16	29	2	0
Passos / Cerdal	14	48	0	6	9	11	21	0	1
Friestas	19	35	0	6	4	5	19	0	1
Bairro da Raposeira / UF Valença, Cristelo Covo e Arão	6	8	0	0	1	1	3	0	3
Silva	1	5	1	1	1	0	2	0	0

Fonte: CM Valença

Relativamente ao escalão etário dos indivíduos residentes em habitação municipal, verifica-se que são, maioritariamente, pessoas entre os 35 e os 64 anos (47,1%: 90) e entre os 19 e os 34 anos de idade (22%: 42).

À data de fevereiro de 2020 existiam aproximadamente 70 inscrições, em espera, para habitação social.

Nos últimos anos tem-se assistido a um aumento do valor das rendas no território nacional e Valença não é exceção. No ano 2001, o valor médio mensal dos alojamentos familiares arrendados era de 150€ e em 2011 era de 218,61€; no 1º semestre de 2019, o valor mediano das rendas por m² de novos contratos de arrendamento, no concelho, foi de 3,18€.

⁹ O Município é também proprietário de uma habitação que se encontra arrendada no Bairro da Boavista (este Bairro é propriedade do Instituto de Gestão Financeira do Instituto da Segurança Social)

Tabela 21 – Valor mediano das rendas por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, na Região do Alto Minho (1^o semestre de 2019) (€)

Território	Valor mediano das rendas por m ²
Portugal	5,00
Região Norte	4,36
Região do Alto Minho	3,67
Arcos de Valdevez	2,86
Caminha	3,61
Melgaço	2,77
Monção	3,33
Paredes de Coura	-
Ponte da Barca	2,81
Ponte de Lima	3,20
Valença	3,18
Viana do Castelo	4,26
Vila Nova de Cerveira	3,10

Fonte: INE, Estatísticas de Rendas da Habitação ao nível local

No entanto, quando comparado com os dez concelhos que constituem a Região do Alto Minho, Valença é o quinto concelho com valor mediano das rendas por m² mais elevado, valor este inferior ao registado para a Região do Alto Minho e para o território nacional.

Em Síntese:

- ▶ Em 2018, Valença foi o terceiro concelho da Região do Alto Minho com menor número de edifícios de habitação familiar clássica e o quinto concelho com menor número de alojamentos familiares clássicos, 6.978 e 8.291, respetivamente, dos quais 96% são para uso exclusivamente residencial;
- ▶ A União de freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão e a freguesia de Cerdal são as que reúnem a maior percentagem de edifícios 27,15% e 14,55%, respetivamente;
- ▶ Entre 2001 e 2011 registou-se uma diminuição da proporção de edifícios muito degradados no concelho. O índice de envelhecimento de edifícios no ano 2011 foi de 150,8;
- ▶ Em 2011, a União de freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão registou a maior densidade de alojamentos por Km² do concelho (296,5 alojamentos/ Km², em média), seguida da freguesia de Verdoejo (74,87 alojamentos/ Km²);
- ▶ À data dos Censos de 2011 existiam no concelho 8.119 alojamentos familiares (37,7% na União de freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão, 12,3% na freguesia de Cerdal e 50% distribuídos pelas restantes freguesias), 64,92% dos quais eram residências habituais;
- ▶ Em 2011, existiam no concelho 11 alojamentos familiares não clássicos, dos quais 9 barracas e casas rudimentares de madeira (8 dos quais na freguesia de Valença);
- ▶ Em 2011, o número de alojamentos com proprietário ocupante era superior em todas as freguesias / Uniões de freguesias com maior destaque na freguesia de Boivão;
- ▶ No 1º semestre de 2019, o valor mediano das rendas, por m², de novos contratos de arrendamento, foi de 3,18 €/m², sendo Valença o quinto concelho da Região do Alto Minho com valor mais elevado, no entanto encontra-se abaixo do registado para a Região e para o território nacional;

- ▶ No ano de 2015, Valença foi o terceiro município da Região do Alto Minho com maior número de edifícios de habitação social e o sexto com maior número de fogos de habitação social;
- ▶ À data de outubro de 2019, existiam 81 fogos de habitação social, dos quais 72 são propriedade do município (39 na freguesia de Cerdal, 19 na freguesia de Friestas, 16 na freguesia de São Pedro da Torre, 6 na União de freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão e 1 na freguesia de Silva);
- ▶ À data de outubro de 2019, residiam em Habitação Social 191 pessoas, maioritariamente de nacionalidade portuguesa e que se encontravam, na sua maioria, no grupo etário entre os 35 e os 64 anos (47,1%).

8.1.4 Saúde

Caracterização dos recursos em Saúde

O concelho de Valença, apresenta o segundo rácio mais baixo de médicos por 1.000 habitantes da Região do Alto Minho (1,8), o qual é inferior ao valor registado a nível nacional (5,2) e na Região Norte (5,2). No concelho existem, em média, 0,2 farmácias por cada 1.000 habitantes, sendo simultaneamente com o concelho de Ponte de Lima, o que apresenta um rácio menor da Região do Alto Minho (Anuário Estatístico da Região Norte, 2018).

Tabela 22 – Indicadores de saúde nos municípios da Região do Alto Minho (2018) (N.º)

Território	Médicas/os por 1000 habitantes	Farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1000 habitantes
Portugal	5,2	0,3
Região Norte	5,2	0,3
Região do Alto Minho	3,8	0,3
Arcos de Valdevez	2,0	0,3
Caminha	5,0	0,3
Melgaço	2,7	0,4
Monção	3,5	0,3
Paredes de Coura	1,4	0,4
Ponte da Barca	2,7	0,3
Ponte de Lima	2,4	0,2
Valença	1,8	0,2
Viana do Castelo	5,6	0,3
Vila Nova de Cerveira	3,0	0,3

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2018

O Agrupamento de Centros de Saúde do Alto Minho (ACeS), do Nordeste e de Matosinhos encontram-se sob a gestão de Unidades Locais de Saúde (ULS) que respondem à Administração Regional de Saúde do Norte, IP (ARS Norte).

O ACeS do Alto Minho integra 12 Centros de Saúde, entre os quais o Centro de Saúde de Valença. No âmbito dos cuidados de saúde hospitalares a ULS do Alto Minho integra

os hospitais de Santa Luzia (Viana do Castelo) e do Conde de Bertiandos (Ponte de Lima).

O Centro de Saúde de Valença é composto por uma Unidade de Cuidados de Saúde Primários (UCSP), uma Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC) e uma Unidade de Serviços e Apoio Geral (USAG).

Tabela 23 – Rede de Unidades de Cuidados de Saúde Primários - Concelho de Valença (2019)

	Denominação das Unidades de Cuidados de Saúde Primários
UCSP	UCSP Valença
UCC	UCC Valença
USAG	USAG Valença

Fontes: SNS – BI-CSP (consultado em janeiro, 2020)

No total, as Unidades de Cuidados de Saúde Primários do concelho (UCC e UCSP) contam com 10 médicos (9 na UCSP e 1 na UCC), 16 enfermeiros (10 na UCSP e 6 na UCC), 7 secretários clínicos (6 na UCSP e 1 na UCC) e com 4 outros profissionais, na UCC.¹⁰

O número de utentes inscritos na Unidade de Cuidados de Saúde Primários do concelho de Valença, à data de janeiro de 2020, totaliza 14.076 utentes.

Tabela 24 – Utentes inscritos nas Unidades de Cuidados de Saúde Primários do concelho de Valença, por Unidades Funcionais (dezembro 2019) (N.º)

	Total	C/ médico de família	S/ médico de família
UCSP Valença	14076	14075	1

Fonte: SNS – BI-CSP (consultado em janeiro, 2020)

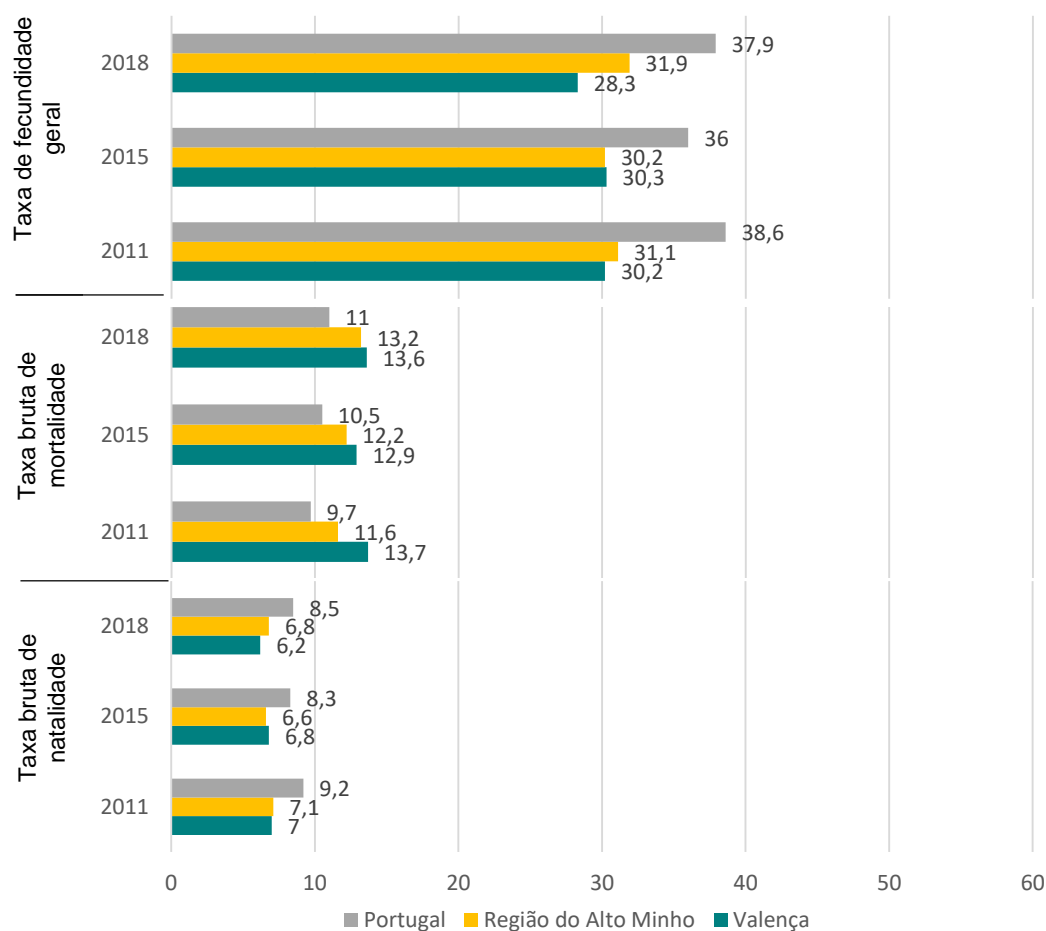
Uma análise mais aprofundada dos dados recolhidos permite observar que a maioria dos utentes inscritos têm médico de família.

¹⁰ SNS – BI-CSP (consultado em janeiro 2020)

Indicadores de Saúde

As taxas de natalidade, mortalidade e fecundidade¹¹ são indicadores demográficos, relacionados com a saúde da população. Como se pode verificar, estas taxas apresentam uma oscilação ao longo dos três anos em análise (2011, 2015 e 2018).

Gráfico 9 – Evolução da taxa bruta de mortalidade, fecundidade e natalidade (análise comparativa entre 2011, 2015 e 2018) (‰)



Fontes: INE, Indicadores demográficos

É de destacar o facto de, no ano de 2018, as taxas de natalidade e de fecundidade no concelho de Valença (6,2‰ e 28,3‰ respetivamente) serem inferiores às percentagens nacionais (8,5‰ e 37,9‰ respetivamente) e da Região do Alto Minho (6,8‰ e 31,9‰ respetivamente).

¹¹ **Taxa de fecundidade geral:** Número de nados vivos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao efetivo médio de mulheres em idade fértil (entre os 15 e os 49 anos) desse período (INE).

Relativamente à taxa de mortalidade verifica-se a tendência oposta, na medida em que a taxa no concelho de Valença (13,6‰) é superior à registada a nível nacional (11‰) e na Região do Alto Minho (13,2‰).

De acordo com os últimos dados disponíveis (2018), no concelho de Valença nascem em média 6 crianças por mil habitantes e registam-se 13 óbitos por cada mil habitantes, aproximadamente.

Entre 2011 e 2018 registou-se um decréscimo do número de partos a nível nacional e na Região do Alto Minho, não sendo Valença exceção nesta tendência (menos 18 nascimentos). Entre 2011 e 2016, constata-se que o número de Interrupções Voluntárias da Gravidez (IVG) aumentou no concelho (mais 3 IVG), contrariamente à tendência que se verifica a nível nacional e na maioria dos municípios da Região do Alto Minho.

Tabela 25 – Partos e IVG, por município de residência da mãe (2011 e 2018 Pro¹²) (N.º)

Território	Partos		IVG	
	2011	2018 Pro	2011	2016 Pro
Portugal	95685	85905	20480	15959
Região Norte	31151	27131	4826	3740
Região do Alto Minho	1719	1551	205	167
Arcos de Valdevez	137	109	20	21
Caminha	125	116	24	11
Melgaço	41	35	6	5
Monção	107	96	19	14
Paredes de Coura	64	64	9	4
Ponte da Barca	90	69	10	5
Ponte de Lima	313	284	21	30
Valença	98	80	10	13
Viana do Castelo	688	624	80	60
Vila Nova de Cerveira	56	74	6	4

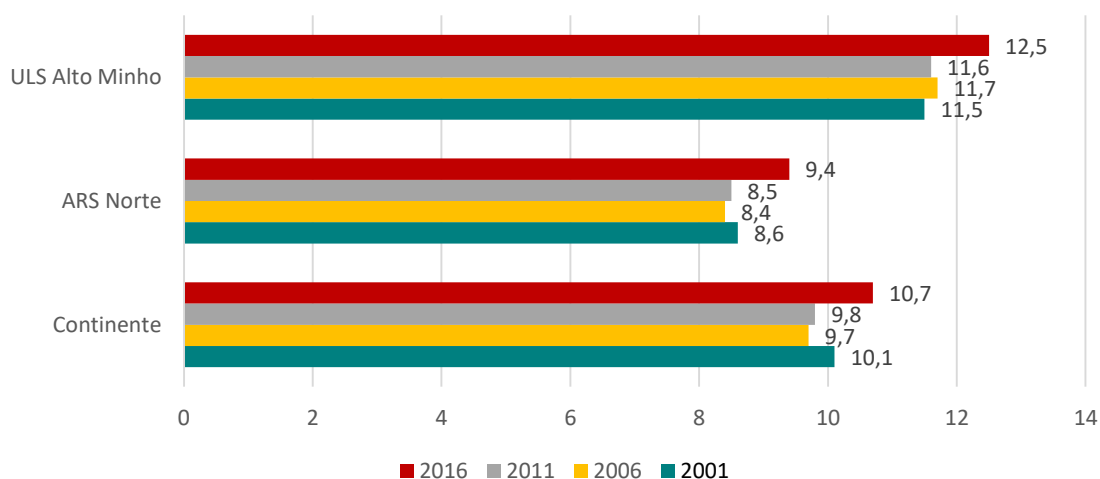
Fonte: INE, Partos e Direção Geral da Saúde

No que concerne especificamente ao número de mortes por mil habitantes, verifica-se que, apesar de se ter registado uma diminuição entre os anos 2006 e 2011, número tem

¹² **Pro:** Valor provisório

vindo a aumentar na ULS Alto Minho, seguindo a tendência da ARS Norte e a nível de Portugal Continental¹³. No entanto, no ano 2016, o valor da taxa bruta de mortalidade na ULS Alto Minho é superior ao registado na ARS Norte e no território de Portugal Continental.

Gráfico 10 – Evolução da taxa bruta de mortalidade (2001, 2006, 2011, 2016) (‰)



Fontes: Perfil Local de Saúde 2017, ULS Alto Minho

A taxa de mortalidade infantil está relacionada com a evolução qualitativa dos cuidados de saúde e das condições socioeconómicas em Portugal, que se refletem no maior cuidado com a higiene e com a alimentação e com o maior acesso à informação por parte das famílias (DGS – Comunicado sobre Mortalidade Infantil, 2019¹⁴).

Tabela 26 – Indicadores de saúde por municípios na Região do Alto Minho (taxa de mortalidade infantil e neonatal, 2007/2011 e 2014/2018) (‰)

Território	Taxa quinquenal de mortalidade infantil ¹⁵		Taxa quinquenal de mortalidade neonatal ¹⁶	
	2007/2011	2014/ 2018	2007/2011	2014/2018
Portugal	3,2	3,0	2,1	2,1
Região Norte	2,9	2,7	1,9	2,0
Região do Alto Minho	3,4	4,5	2,4	3,0
Arcos de Valdevez	5,3	1,8	4,0	1,8

¹³ Número de óbitos na ULS Alto Minho: 2001 – 2.873; 2006 – 2.910; 2011 – 2.834 e 2016 – 2.937 (Perfil Local de Saúde 2017, ULS Alto Minho)

¹⁴ Comunicado n.º C153_01_v1, DGS, 2019

¹⁵ **Taxa quinquenal de mortalidade infantil:** número de óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade observado no período relativo aos últimos cinco anos, referido ao número de nados vivos do mesmo período (INE).

¹⁶ **Taxa quinquenal de mortalidade neonatal:** número de óbitos de crianças com menos de 28 dias de idade observado no período relativo aos últimos cinco anos, referido ao número de nados vivos do mesmo período (INE).

Caminha	3,3	3,9	3,3	3,9
Melgaço	0,0	0,0	0,0	0,0
Monção	6,2	6,3	1,6	6,3
Paredes de Coura	5,6	7,2	2,8	7,2
Ponte da Barca	2,4	0,0	0,0	0,0
Ponte de Lima	2,2	4,3	1,6	1,4
Valença	3,6	6,8	3,6	2,3
Viana do Castelo	2,6	5,1	2,4	3,5
Vila Nova de Cerveira	10,5	3,4	5,2	3,4

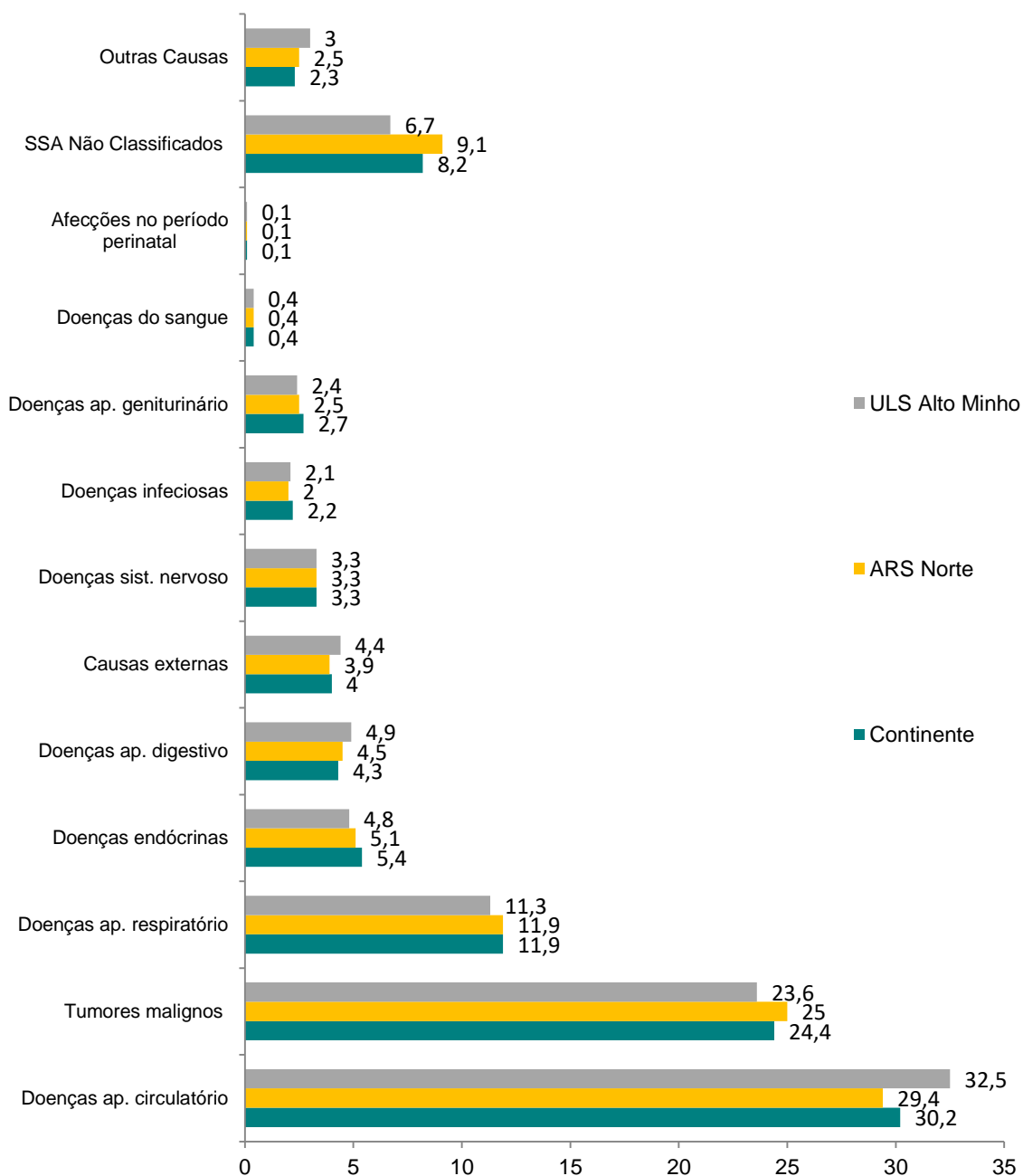
Fonte: INE, Óbitos por causas de morte

No entanto, o número de óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade aumentou no concelho de Valença (de 3,6‰ no quinquénio 2007/2011 para 6,8‰ entre 2014/2018). Contrariamente, o número de óbitos de crianças com menos de 28 dias de idade diminuiu entre os quinquénios referidos (de 3,6‰ em 2007/2011, para 2,3‰ em 2014/2018).

Valença tem uma taxa quinquenal de mortalidade infantil (quinquénio 2014/2018) superior à registada a nível nacional, na Região do Alto Minho e à maioria dos concelhos desta Região. Relativamente à taxa quinquenal de mortalidade neonatal (2014/2018), Valença é o quinto concelho com menor taxa na Região do Alto Minho (ainda assim superior à registada para a nível nacional, mas inferior à registada a nível da Região do Alto Minho).

No que diz respeito às principais causas de morte na ULS Alto Minho, constata-se que estas são devido a doenças do aparelho circulatório e a tumores malignos, sendo as doenças do aparelho respiratório a terceira causa de morte.

Gráfico 11 – Mortalidade proporcional por grandes grupos de causas de morte no triénio 2012-2014, para todas as idades e ambos os sexos (Continente, ARS Norte e ULS Alto Minho) (%)



Fonte: Perfil Local de Saúde 2017, ULS Alto Minho¹⁷

Entre os anos 2011 e 2018, a taxa de mortalidade no concelho de Valença, por doenças do aparelho circulatório diminuiu (de 4,9‰ para 3,7‰) e a taxa de mortalidade devido a

¹⁷ Nota: SSA – Sinais, Sintomas e Achados

tumores malignos aumentou (de 2,8‰ para 3,1‰). Os valores de ambas as taxas são superiores aos registados a nível nacional e inferiores aos registados na Região do Alto Minho.

Tabela 27 – Indicadores de saúde por municípios na Região do Alto Minho (taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório e por tumores malignos, 2011 e 2018) (‰)

Território	Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório		Taxa de mortalidade por tumores malignos	
	2011	2018	2011	2018
Portugal	3,0	3,2	2,4	2,7
Região Norte	2,4	2,8	2,2	2,5
Região do Alto Minho	3,8	4,0	2,7	3,2
Arcos de Valdevez	5,6	5,0	3,2	4,1
Caminha	4,1	4,3	3,2	2,6
Melgaço	4,7	6,2	2,7	4,8
Monção	6,1	6,9	3,1	3,5
Paredes de Coura	4,9	3,6	3,0	3,6
Ponte da Barca	5,2	4,4	2,1	3,3
Ponte de Lima	2,6	3,2	2,3	2,6
Valença	4,9	3,7	2,8	3,1
Viana do Castelo	2,7	3,4	2,6	3,2
Vila Nova de Cerveira	5,8	4,4	3,2	2,9

Fonte: INE, Óbitos por causas de morte

Os dados referentes ao concelho de Valença vão ao encontro dos dados relativos à ULS Alto Minho para o período de 2012 a 2014, na medida em que a maior percentagem de óbitos estava relacionada com doenças do aparelho circulatório (32,5%) e com tumores malignos (23,6%) (Perfil Local de Saúde 2017, ULS Alto Minho).

Importa ainda referir que relativamente ao triénio 2012-2014, as principais causas de morte para os grandes grupos etários, na ULS Alto Minho são as seguintes¹⁸:

- Com idade inferior a 75 anos – são os tumores malignos que se destacam, nomeadamente da laringe, traqueia, brônquios e pulmões e do estômago; doenças do aparelho circulatório, nomeadamente doenças cerebrovasculares; doenças do aparelho digestivo, nomeadamente doenças crónicas do fígado e mortes associadas a causas externas (suicídios, acidentes)

¹⁸ Perfil Local de Saúde 2017, ULS Alto Minho

- Com idade igual ou superior a 75 anos – são as doenças do aparelho circulatório e do aparelho respiratório.

Ainda para a população com idade inferior a 75 anos, da ULS Alto Minho, foi calculada a evolução da taxa de mortalidade padronizada (TMP)¹⁹, para o triénio 2012-2014. As mortes provocadas por causas externas são a principal causa com significância estatística (31,0), sendo a TMP superior à registada na ARS Norte e no Continente (Perfil Local de Saúde 2017, ULS Alto Minho).

Para a população feminina com menos de 75 anos de idade, a TMP é superior e assume significância estatística, para as doenças do aparelho digestivo, nomeadamente doenças crónicas do fígado (14,4 e 8,7, respetivamente). Para a população masculina, com menos de 75 anos de idade, a TMP é superior e assume significância estatística para a causas de morte externas (53,1), doenças do aparelho digestivo (41,7) e tumor maligno do esófago (13,2).

Tabela 28 – Morbilidade - Proporção de inscritos por diagnóstico ativo, no Continente, ARS Norte e ULS Alto Minho, por sexo (dezembro 2016) (%)

	Continente			ARS Norte			ULS Alto Minho		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Alterações do metabolismo dos lípidos	21,3	20,6	22,0	22,9	22,7	23,0	20,7	20,0	21,3
Hipertensão	22,2	20,5	23,8	21,7	19,9	23,3	24,1	21,6	26,2
Perturbações depressivas	10,4	4,4	15,8	10,8	4,6	16,5	8,6	3,5	13,0
Obesidade	8,0	6,7	9,2	9,6	7,9	11,1	6,8	6,0	7,5
Diabetes	7,8	8,2	7,3	7,9	8,2	7,6	8,7	9,0	8,4

HM – Homens e Mulheres; H – Homens; M – Mulheres Fonte: Perfil Local de Saúde 2017, ULS Alto Minho

Através da análise dos diagnósticos ativos na ULS Alto Minho, verifica-se que os utentes nela inscritos, comparativamente com as percentagens registadas em Portugal Continental e nos utentes inscritos na ARS Norte, apresentam uma maior percentagem de hipertensão (24,1%) e de diabetes (8,7%), com maior incidência nos utentes do sexo feminino para a hipertensão e nos utentes do sexo masculino para a diabetes.

¹⁹ **Taxa de Mortalidade Padronizada pela idade:** permite atenuar o efeito da “probabilidade de morrer com a idade”. Taxa que resulta da aplicação das taxas brutas de mortalidade com idades inferiores a 75 anos, a uma população padrão (com idades inferiores a 75 anos) cuja composição etária é fixa e se distribui pelos mesmos grupos etários das taxas brutas de mortalidade (expressa em número de óbitos por 100 000 habitantes) (INE).

A prevalência de doenças do aparelho circulatório nos utentes inscritos na ULS Alto Minho poderá estar associada aos determinantes de saúde acima mencionados, nomeadamente com o diagnóstico de alterações do metabolismo dos lípidos, hipertensão e obesidade.

Os fatores de risco, tabagismo e excesso de peso (presente em 8,8% e 4,2% do total de inscritos na ULS Alto Minho, respetivamente), também poderão contribuir para a prevalência de doenças do aparelho circulatório.

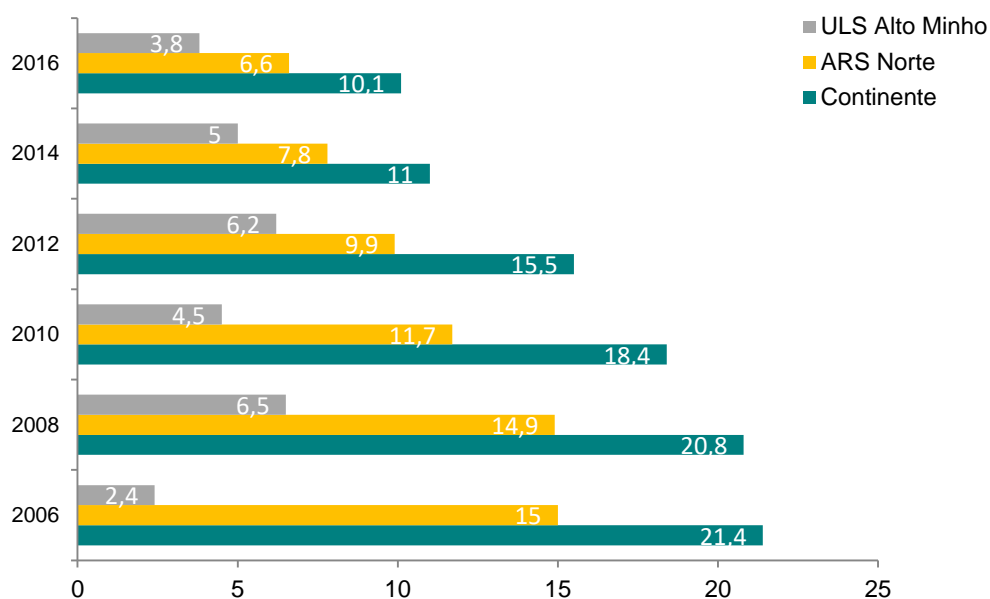
Tabela 29 – Determinantes de Saúde - Proporção de inscritos por diagnóstico ativo, no Continente, ARS Norte e ULS Alto Minho, por sexo (dezembro 2016) (%)

	Continente			ARS Norte			ULS Alto Minho		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Abuso do tabaco	10,4	13,3	7,9	13,2	18,4	8,6	8,8	12,6	5,6
Excesso de peso	6,4	6,6	6,2	7,8	8,1	7,6	4,2	4,4	4,1
Abuso crónico do álcool	1,4	2,7	0,3	1,9	3,6	0,4	1,9	3,2	0,7
Abuso de drogas	0,5	0,7	0,3	0,5	0,8	0,3	0,3	0,4	0,2

HM – Homens e Mulheres; H – Homens; M - Mulheres

Fonte: Perfil Local de Saúde 2017, ULS Alto Minho

Gráfico 12 – Evolução da taxa de incidência da infeção VIH (Continente, ARS Norte e ULS Alto Minho) (/100000 habitantes) (2006, 2008, 2010, 2012, 2014, 2016)²⁰ (%)



Fonte: Perfil Local de Saúde 2017, ULS Alto Minho

²⁰ Casos declarados até 30/06/2017

A taxa de incidência da infeção VIH tem vindo a diminuir ao nível de Portugal Continental e na ARS Norte, no entanto tem oscilado na ULS Alto Minho. Os valores registados na ULS Alto Minho são, desde 2006, inferiores quando comparados com os valores ao nível do continente e da ARS Norte.

Em relação à **saúde mental**, são poucos os dados estatísticos atualizados, em particular a nível dos municípios nacionais. Ainda assim, considera-se que nesta caracterização sociodemográfica é importante ter em consideração alguns indicadores de Saúde Mental no âmbito das Estatísticas da Saúde de 2017, do INE.

Tabela 30 – Consultas externas de Neurologia, Psiquiatria e Psiquiatria da Infância e da Adolescência, na Região Norte (2017) (N.º)

Tipo de hospital	Neurologia		Psiquiatria		Psiquiatria da Infância e da Adolescência	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Região Norte	207687	2,64	311839	4,0	53887	0,7

Fonte: INE, Estatísticas da Saúde, 2017

As consultas externas hospitalares na Região Norte, no ano 2017, referentes a áreas da saúde mental, encontravam-se distribuídas por 2,64% em consultas de Neurologia, 4,0% em consultas de Psiquiatria e 0,7% em consultas de Psiquiatria da Infância e da Adolescência.

Tabela 31 – Indicadores de saúde por municípios na Região do Alto Minho (óbitos por transtornos mentais e comportamentais e por suicídios e lesões autoprovocadas voluntariamente) (2011, 2015 e 2017 (N.º)

Território	Óbitos por transtornos mentais e comportamentais			Suicídios e lesões autoprovocadas voluntariamente		
	2011	2015	2017	2011	2015	2017
Portugal	180	3 264	4.030	1 012	1 127	1 048
Região Norte	69	1123	1414	206	256	265
Região do Alto Minho	4	140	127	20	18	15
Arcos de Valdevez	1	28	17	2	1	2
Caminha	0	14	14	0	1	0
Melgaço	0	4	8	0	2	1
Monção	0	8	6	5	1	2

Paredes de Coura	0	7	3	0	3	1
Ponte da Barca	0	11	7	1	3	1
Ponte de Lima	0	23	28	3	3	0
Valença	1	4	8	3	1	2
Viana do Castelo	2	35	33	5	2	5
Vila Nova de Cerveira	0	6	3	1	1	1

Fonte: INE, Óbitos por causas de morte

O número de óbitos por transtornos mentais e comportamentais tem vindo a aumentar desde 2011 em Portugal, na Região Norte, na Região do Alto Minho e em 3 dos seus municípios, nos quais se inclui Valença (8 óbitos no ano 2017). Relativamente ao número de óbitos por suicídio e por lesões autoprovocadas voluntariamente, este tem vindo a oscilar, tendo diminuído entre 2015 e 2017 quer no território nacional quer na Região do Alto Minho, e aumentado na Região Norte e em 4 dos concelhos da Região do Alto Minho (incluindo o concelho de Valença).

Em Síntese:

- ▶ Valença apresenta um défice de médicos por 1.000 habitantes, quando comparado com a média nacional e com a Região do Alto Minho;
- ▶ Em janeiro de 2020, a Unidade de Cuidados de Saúde Primários do concelho de Valença respondia a um total de 14.076 utentes inscritos acompanhados por 9 médicos de família;
- ▶ Com exceção de 1 utente, todos os utentes inscritos na Unidade de Cuidados de Saúde Primários do concelho de Valença têm médico de família;
- ▶ Entre 2011 e 2017 registou-se um decréscimo no número de partos e um aumento no número de IVG no concelho;
- ▶ A taxa bruta de mortalidade aumentou entre 2015 e 2018, tendo sido 2018 superior à registada a nível nacional e na Região do Alto Minho;
- ▶ A taxa de natalidade tem registado uma tendência decrescente desde 2011. No ano 2018 foi inferior à registada em Portugal e na Região do Alto Minho;
- ▶ A taxa quinquenal de mortalidade infantil aumentou entre 2007/2011 e 2014/2018, no entanto a taxa de mortalidade neonatal diminuiu entre os mesmos períodos;
- ▶ As principais causas de morte no concelho são devidas a doenças do aparelho circulatório e a tumores malignos (3,7% e 3,1%, respetivamente), o que também se verifica a nível nacional e na Região do Alto Minho;
- ▶ Em dezembro de 2016, os diagnósticos mais prevalentes entre os utentes da ULS Alto Minho eram alterações do metabolismo dos lípidos, hipertensão, diabetes, perturbações depressivas e obesidade;
- ▶ Tem-se registado um aumento de óbitos por transtornos mentais e comportamentais no concelho, o que também se observa a nível nacional e na Região Norte.

8.1.5 Ação Social

No que se refere à dimensão da ação social e mais concretamente ao nível da proteção social, Valença apresenta um valor médio anual das pensões de velhice superior aos valores médios das restantes pensões e subsídios. Comparativamente aos valores médios registados em Portugal e na Região do Alto Minho, o concelho de Valença registou, em 2018, um valor médio anual inferior ao nível das pensões de invalidez, velhice e de sobrevivência, e um valor médio anual superior ao nível dos subsídios de desemprego e de doença.

Tabela 32 – Indicadores de prestações sociais da Segurança Social, por municípios da Região do Alto Minho (2018) (€)

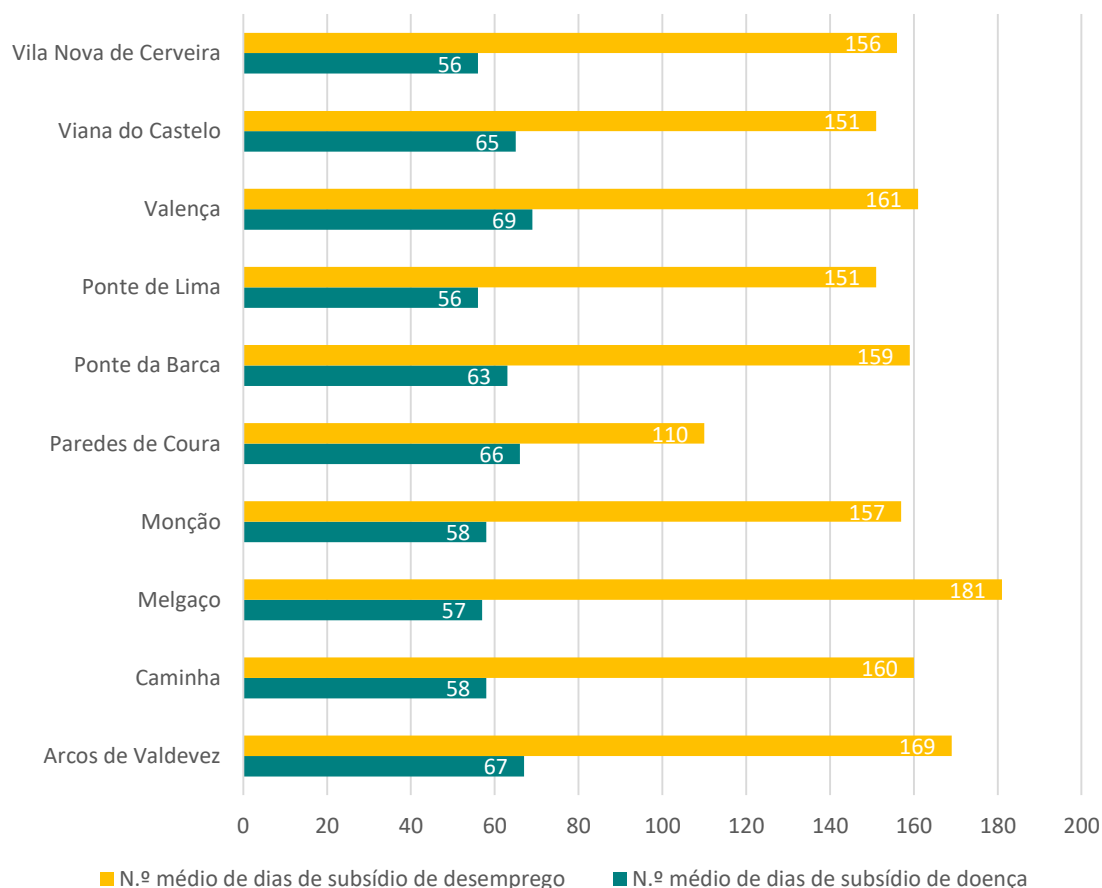
Território	Valor médio anual das pensões			Valor médio de subsídios de desemprego	Valor médio de subsídios de doença
	Invalidez	Velhice	Sobrevivência		
Portugal	4702	6289	3242	2949	902
Região Norte	4329	5830	3040	2950	817
Região do Alto Minho	4077	4762	2662	2580	947
Arcos de Valdevez	3397	3945	2400	2684	928
Caminha	4048	5097	2743	2769	873
Melgaço	2806	3856	2264	2673	718
Monção	3401	4093	2367	2520	804
Paredes de Coura	3563	4177	2406	1738	976
Ponte da Barca	3677	4254	2661	2509	859
Ponte de Lima	4036	4611	2544	2437	804
Valença	3597	4390	2532	2618	1057
Viana do Castelo	4761	5484	2970	2682	1056
Vila Nova de Cerveira	3442	4545	2561	2571	931

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2018

Relativamente à duração do subsídio de desemprego, o número médio de dias, no concelho de Valença, é ligeiramente inferior à média nacional, 161, quando a nível

nacional é de 172 e um pouco superior à média da Região do Alto Minho, a qual é de 153. Já no que se refere à duração do subsídio por doença o concelho de Valença apresenta um número médio de dias superior à média nacional (69 quando a nível nacional é de 53) e da própria Região do Alto Minho (que se situa nos 62 dias).

Gráfico 13 – N.º médio de dias das prestações sociais da Segurança Social, por municípios da Região do Alto Minho (2018) (N.º)



Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2018

O número de pensionistas, residentes no concelho, que beneficiam de pensões de velhice é superior ao número de pensionistas de sobrevivência e de invalidez. Comparativamente com os outros concelhos da Região do Alto Minho, Valença surge como o quinto concelho com o menor número de pensionistas a nível total, como o terceiro concelho com menor número de pensionistas por invalidez, quarto concelho com o menor número de pensionistas por velhice e como o quinto concelho com menor número de pensionistas de sobrevivência.

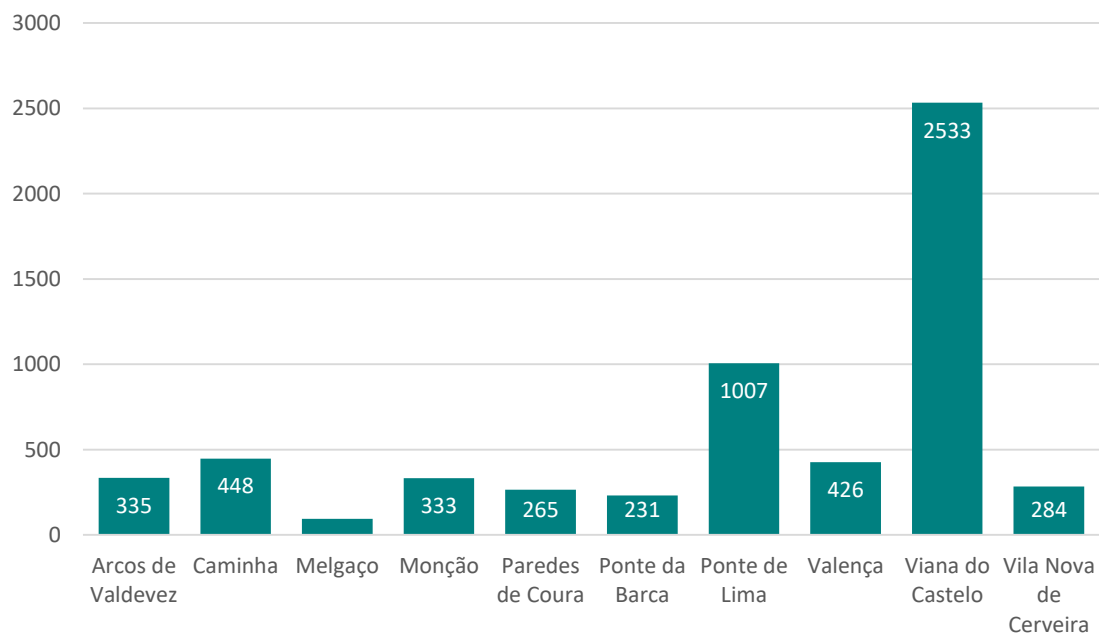
Tabela 33 – Pensionistas da Segurança Social, segundo o tipo de pensão (2018) (N.º)

Território	Total		Invalidez		Velhice		Sobrevivência	
	Total	Pens. em 31 dez.	Total	Pens. em 31 dez.	Total	Pens. em 31 dez.	Total	Pens. em 31 dez.
Região do Alto Minho	73617	69241	5700	4708	50177	47963	17740	16570
Arcos de Valdevez	7696	7204	532	424	5172	4921	1992	1859
Caminha	5305	5018	329	278	3661	3517	1315	1223
Melgaço	2601	2394	170	112	1878	1772	553	510
Monção	6145	5754	345	266	4296	4092	1504	1396
Paredes de Coura	2951	2758	267	213	1988	1898	696	647
Ponte da Barca	3866	3615	404	339	2507	2391	955	885
Ponte de Lima	12394	11684	1145	966	8298	7933	2951	2785
Valença	4127	3859	251	201	2787	2646	1089	1012
Viana do Castelo	25616	24215	2064	1755	17629	16921	5923	5539
Vila Nova de Cerveira	2916	2740	193	154	1961	1872	762	714

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2018

Ao nível do subsídio de desemprego e quando comparado com os restantes municípios da Região do Alto Minho, no ano 2018, o concelho de Valença apresenta-se como o quarto município com maior número de beneficiários. Face à população residente em idade ativa no concelho (entre os 15 e os 64 anos), o número de pessoas em situação de desemprego inscritas no Centro de Emprego, representava em 2018, 4,6% deste grupo populacional.

Gráfico 14 – Beneficiárias/os de subsídios de desemprego da Segurança Social, por concelho da Região do Alto Minho (2018) (N.º)



Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2018

Tabela 34 – Pessoas em situação de desemprego inscritas no IEFP no total da população residente em idade ativa (15 a 64 anos) (2018) (%)

Território	% de pessoas em situação de desemprego inscritas no IEFP no total da população residente em idade ativa
Portugal	5,4
Região Norte	6,2
Região do Alto Minho	3,5
Arcos de Valdevez	4,1
Caminha	3,8
Melgaço	2,9
Monção	3,1
Paredes de Coura	3,1
Ponte da Barca	3,6
Ponte de Lima	2,9
Valença	4,6
Viana do Castelo	3,7
Vila Nova de Cerveira	3,6

Fonte: PORDATA

Analisando os dados por sexo, verifica-se que, com exceção do concelho de Viana do Castelo, todos os restantes concelhos da Região do Alto Minho têm um maior número de beneficiárias mulheres do subsídio de desemprego.

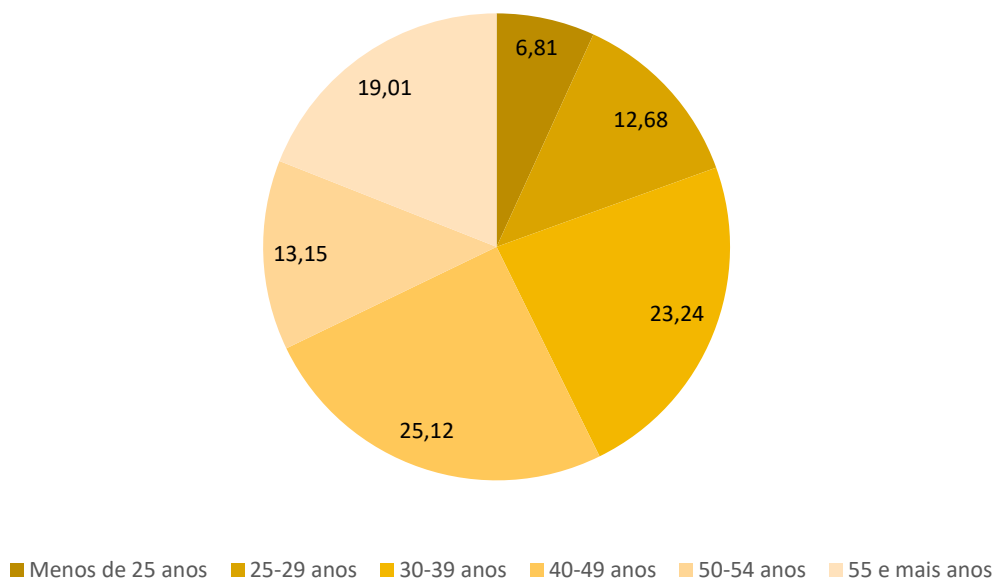
Tabela 35 – Beneficiárias/os de subsídios de desemprego da Segurança Social, segundo o sexo (2018) (N.º)

Território	Sexo			
	H		M	
	Total	Novos beneficiários	Total	Novas beneficiárias
Região do Alto Minho	2848	1362	3109	1529
Arcos de Valdevez	175	72	160	77
Caminha	180	85	268	123
Melgaço	38	11	57	25
Monção	126	57	207	110
Paredes de Coura	119	76	146	80
Ponte da Barca	109	46	122	53
Ponte de Lima	497	238	510	259
Valença	177	81	249	135
Viana do Castelo	1310	635	1223	579
Vila Nova de Cerveira	117	61	167	88

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2018

Relativamente ao grupo etário, constata-se que, no município de Valença as faixas etárias com um maior percentagem de beneficiárias/os são as pessoas com idades compreendidas entre os 30 e os 49 anos.

Gráfico 15 – Beneficiárias/os de subsídios de desemprego da Segurança Social do concelho de Valença, segundo a idade (2018) (%)



Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2018

Valença apresenta-se como o quinto município com mais beneficiárias/os por subsídio de doença, sendo também o quinto concelho em que são processados mais dias relativos a esse subsídio.

Tabela 36 – Subsídios por doença da Segurança Social, segundo o sexo (N.º e €) (2018)

Território	Beneficiárias/os (N.º)			Valores processados (milhares de euros)			Dias processados (N.º)		
	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
Região do Alto Minho	16367	6726	9641	15501	6717	8783	1017460	407773	609687
Arcos de Valdevez	1184	491	693	1099	438	661	79324	33748	45576
Caminha	1083	427	656	946	410	535	62386	24209	38177
Melgaço	311	124	187	223	112	111	17703	8807	8896
Monção	899	343	556	722	337	385	52476	21286	31190
Paredes de Coura	595	245	350	581	215	366	39560	14704	24856
Ponte da Barca	670	273	397	575	223	352	42236	16269	25967

Ponte de Lima	3289	1399	1890	2644	1260	1384	183811	84207	99604
Valença	982	375	607	1038	396	642	67428	24088	43340
Viana do Castelo	6584	2750	3834	6956	3041	3915	429306	165264	264042
Vila Nova de Cerveira	770	299	471	717	285	432	43230	15191	28039

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2018

As principais prestações familiares atribuídas pela Segurança Social contemplam o abono de família para crianças e jovens, o subsídio por assistência de 3ª pessoa e o subsídio de funeral.

Tabela 37 – Principais prestações familiares da Segurança Social (N.º e €) (2018)

Território	Abono de família para crianças e jovens			Subsídio por assistência de 3ª pessoa		
	B	D	Valor processado Milhares de euros	B	D	Valor processado Milhares de euros
	N.º			N.º		
Região do Alto Minho	16742	25241	13356	191	193	244
Arcos de Valdevez	1389	2120	1118	12	12	16
Caminha	1149	1670	931	8	8	10
Melgaço	432	623	335	3	3	4
Monção	1132	1650	858	21	21	25
Paredes de Coura	626	937	476	7	9	12
Ponte da Barca	903	1363	718	12	12	15
Ponte de Lima	3566	5540	2780	36	35	45
Valença	1051	1541	871	3	3	4
Viana do Castelo	5876	8889	4799	83	84	105
Vila Nova de Cerveira	618	908	471	6	6	8

B- Beneficiários/as; D – Descendentes ou Equiparados

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2018

Tabela 38 – Principais prestações familiares da Segurança Social (2018) (N.º e €) (Cont.)

Território	Subsídio de funeral	
	B	Valor processado
	N.º	Milhares de euros
Região do Alto Minho	328	72
Arcos de Valdevez	58	13
Caminha	17	4
Melgaço	44	10
Monção	37	8
Paredes de Coura	12	3
Ponte da Barca	16	3
Ponte de Lima	30	6
Valença	13	3
Viana do Castelo	93	20
Vila Nova de Cerveira	8	2

B- Beneficiários/as; D – Descendentes ou Equiparados

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2018

Destas quatro prestações familiares, a que se destaca a nível nacional, na Região do Alto Minho e no concelho de Valença, em número de beneficiárias/os e descendentes ou equiparadas/os e em valor processado, é o abono de família para crianças e jovens. No ano de 2018, em Valença beneficiaram desta prestação familiar 1.051 indivíduos, ficando assim este concelho em sexto quando comparado com os restantes concelhos da Região do Alto Minho.

Em 2018, foram assim atribuídos 878 milhares de euros em prestações familiares no concelho de Valença, 99,2% dos quais em abonos de família para crianças e jovens.

Relativamente ao subsídio parental inicial, em 2018 foram atribuídos aproximadamente 274 milhares de euros, a 177 beneficiários. Permanecem as diferenças relativas ao sexo ao nível das atribuições, designadamente ao nível dos dias processados e, por conseguinte, nos valores disponibilizados, sendo as mulheres quem mais beneficiou deste apoio.

Tabela 39 – Subsídio parental inicial da Segurança Social, segundo o sexo (2018) (N.º e €)

Território	Beneficiárias/os (N.º)			Valores processados (milhares de euros)			Dias processados (N.º)		
	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
Região do Alto Minho	3203	1464	1739	5672	1326	4345	238919	45876	193043
Arcos de Valdevez	195	89	106	322	64	259	14533	2656	11877
Caminha	205	96	109	345	89	255	15581	3264	12317
Melgaço	64	24	40	103	27	76	5024	880	4144
Monção	197	86	111	332	55	277	14492	2344	12148
Paredes de Coura	126	57	69	204	38	166	9360	1671	7689
Ponte da Barca	168	79	89	275	61	215	13069	2576	10493
Ponte de Lima	624	290	334	1038	243	795	46686	8999	37687
Valença	177	75	102	274	60	214	12798	2084	10714
Viana do Castelo	1327	618	709	2542	643	1899	97616	19918	77698
Vila Nova de Cerveira	120	50	70	236	46	190	9760	1484	8276

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2018

Relativamente ao Complemento Solidário para Idosos (CSI), existiam no ano 2018, no concelho de Valença 258 beneficiários, a maioria dos quais mulheres (77,5%). Desde 2011 que o número de beneficiários do CSI tem vindo a diminuir.

Tabela 40 – Beneficiários de CSI no concelho de Valença, por sexo, (2011, 2013, 2015, 2017, 2018) (N.º)

Beneficiários	2011	2013	2015	2017	2018
Mulheres	304	292	224	211	200
Homens	95	81	58	59	58
Total	399	373	282	270	258

Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social

No que respeita à prestação social do Rendimento Social de Inserção (RSI), em 2018, eram 280 os beneficiários do concelho de Valença, sendo desta forma o terceiro município da Região do Alto Minho com maior número de beneficiários desta prestação social.

Tabela 41 – Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, segundo sexo (2018) (N.º)

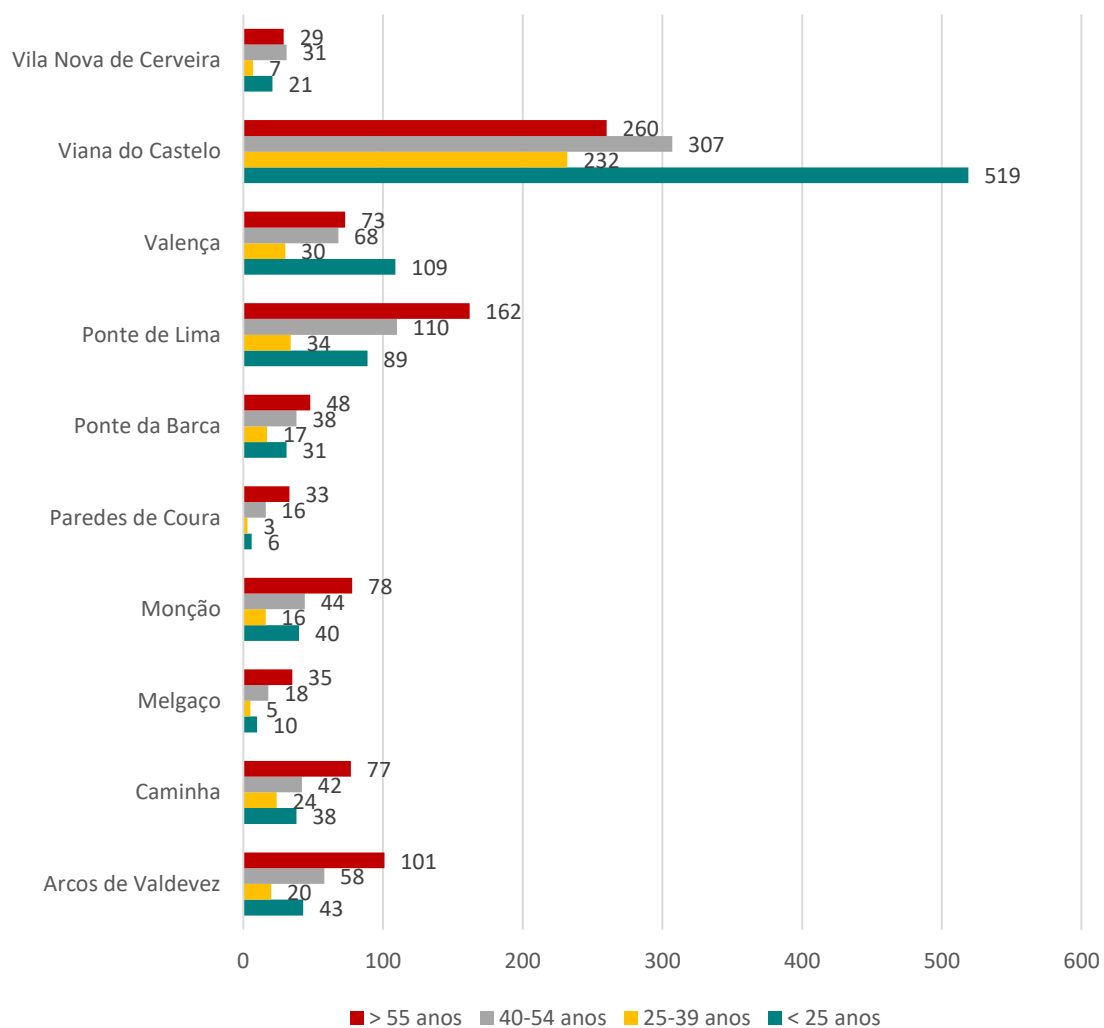
Território	Total	Sexo	
		H	M
Região do Alto Minho	2922	1497	1425
Arcos de Valdevez	222	121	101
Caminha	181	101	80
Melgaço	68	37	31
Monção	178	93	85
Paredes de Coura	58	33	25
Ponte da Barca	134	72	62
Ponte de Lima	395	185	210
Valença	280	145	135
Viana do Castelo	1318	664	654
Vila Nova de Cerveira	88	46	42

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2018

No ano 2018 e de acordo com o Sistema de Estatísticas da Segurança Social é na União de Freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão e nas freguesias de Cerdal e Friestas, que se concentra o maior número de beneficiários de RSI (149, 27 e 25, respetivamente).

Quando analisados os dados relativos ao sexo dos seus beneficiários, verifica-se que não existe diferença significativa entre homens e mulheres no concelho de Valença, sendo a faixa etária com menos de 25 anos a maior beneficiária desta prestação social.

Gráfico 16 – Beneficiários do rendimento social de inserção, segundo faixa etária (2018) (N.º)



Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2018

Em Síntese:

- ▶ Em 2018, o valor médio anual das pensões de velhice, de invalidez e de sobrevivência foi inferior ao registado a nível nacional e na Região do Alto Minho (contrariamente, o valor médio anual dos subsídios de doença e de desemprego foi superior);
- ▶ Nesse mesmo ano, Valença foi o quinto concelho da Região do Alto Minho com menor número de pensionistas (total) e o quarto com menor número de pensionistas por velhice, sendo que em média a pensão de velhice era de 366€/mês (inferior à média nacional 524€)²¹;
- ▶ Valença foi o quarto município da Região do Alto Minho com maior número de beneficiários de subsídio de desemprego, 48,36% dos quais com idades compreendidas entre os 30 e os 49 anos;
- ▶ O concelho é o quinto da Região do Alto Minho com maior número de beneficiários de subsídio de doença;
- ▶ Valença é o sexto concelho da Região do Alto Minho com maior número de beneficiários de abono de família para crianças e jovens;
- ▶ Relativamente à prestação social RSI, em 2018, Valença foi o terceiro município da Região do Alto Minho com maior número de beneficiários (280), 38,9% dos quais com idade inferior a 25 anos;

²¹ O valor anual das pensões e subsídios foi dividido por 12 meses.

8.1.6 Educação

A educação é um domínio muitas vezes considerado central quer ao nível político, quer ao nível da qualidade de vida das populações, daí que os níveis de escolaridade da população, o insucesso e abandono escolar e cobertura territorial dos estabelecimentos de ensino, sejam indicadores importantes a considerar.

No domínio da educação importa realçar a alteração à escolaridade obrigatória, alargando a mesma a 12 anos de escolaridade (até aos 18 anos), data de 2 de agosto de 2012, com o Decreto-Lei nº176/2012. Este é um fator a ter em conta ao analisar os dados dos últimos censos de 2011, período no qual a escolaridade obrigatória era ainda de 9 anos de escolaridade (até aos 16 anos).

Atualmente, existem no concelho de Valença 10 estabelecimentos escolares, sendo a sua maioria do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Educação Pré-escolar. Este fator é justificado pela relação de proximidade que se pretende nestes graus de ensino, verificando-se no concelho de Valença que, com exceção das Uniões de freguesias de Gondomil e Sanfins, de S. Julião e Silva e das freguesias de Boivão e Verdoejo, todas as freguesias têm a resposta de ensino pré-escolar da rede pública.

Tabela 42 – Estabelecimentos da rede escolar pública do município de Valença por oferta educativa (2018/2019)

Estabelecimentos da Rede Pública de Ensino	N.º
Educação Pré-escolar	2
1º Ciclo do Ensino Básico + Educação Pré-escolar	6
1º Ciclo do Ensino Básico	1
2º e 3º Ciclos do Ensino Básico + Secundária	1

Fonte: Site da CM de Valença – Estabelecimentos de Ensino

Os estabelecimentos de ensino estão organizados num Agrupamento de Escolas, conforme tabela seguinte.

Tabela 43 – Estabelecimentos da rede escolar pública do município de Valença por grau de ensino e n.º de alunos inscritos (2018/2019)

Agrupamento de Escolas	Designação atual (Portaria N.º 30/2014 de 05 de Fevereiro)	Localidade	Grau de Ensino	Alunos inscritos (2018/2019)	
Agrupamento de Escolas Muralhas do Minho	Jardim de Infância de Bogim	Cerdal	Jl	34	34 (Jl)
	Jardim de Infância de Bárrio	Fontoura	Jl	11	11 (Jl)
	EB1 de Valença	Valença	EB1 + Jl	232	70 (Jl) 162 (1º CEB)
	EB1 de Friestas	Friestas	EB1 + Jl	67	15 (Jl) 52 (1º CEB)
	EB1 de Pedreira	Ganfei	EB1 + Jl	57	16 (Jl) 41 (1º CEB)
	EB1 de Real	Gandra	EB1 + Jl	49	22 (Jl) 27 (1º CEB)
	EB1 de Vilar de Lamas	Arão	EB1 + Jl	108	51 (Jl) 57 (1º CEB)
	EB1 de S. Pedro da Torre	São Pedro da Torre	EB1 + Jl	80	39 (Jl) 41 (1º CEB)
	EB de Passos	Cerdal	EB1	77	77 (1º CEB)
	EB 2,3 / Secundário	Valença	EB 2,3 + Sec	808	256 (2º CEB) 362 (3º CEB) 190 (Ens. Sec)

Fonte: Site da CM de Valença – Estabelecimentos de Ensino / Agrupamento de Escolas Muralhas do Minho

No ano letivo 2018/2019, a Escola Básica 2,3 e Secundária de Valença e a Escola Básica 1 de Valença, são as que apresentavam maior número de alunos inscritos, com 808 e 232 alunos, respetivamente.

O número de inscritos na rede escolar pública no ano letivo 2018/19 foi superior ao registado no ano letivo 2017/2018 na maioria dos graus de ensino, apenas no ensino secundário (cursos profissionais) se observou uma diminuição no número de alunos inscritos.

Não se registou uma diferença significativa no número de inscritos em cada grau de ensino entre os dois anos letivos, assim sendo, continua-se a verificar que a maioria dos alunos matriculados nos estabelecimentos da rede pública, se encontra a frequentar o 1º Ciclo do Ensino Básico (30%) e o 3º Ciclo do Ensino Básico (23,8%).

Tabela 44 – Total de alunos inscritos na rede escolar pública do município de Valença – Ano letivo 2017/2018 e 2018/19 (N.º)

Total de alunos inscritos na Rede Escolar Pública – Ano Letivo		
	2017/2018	2018/2019
Pré-escolar	251	258
1º Ciclo	443	457
2º Ciclo	231	256
3º Ciclo	348	362
Ensino Secundário (regular)	193	171
Ensino Secundário (profissional)	46	19
Total	1512	1523

Fonte: Agrupamento de Escolas Muralhas do Minho

No concelho de Valença existe apenas 1 equipamento da rede privada de educação pré-escolar, o qual é dependente do Estado.

Tabela 45 – Equipamentos e alunos inscritos por grau de ensino, na rede pública e na rede privada – Ano letivo 2017/2018 e 2018/2019 (N.º)

	Total		Rede pública			Rede privada	
	Equip.	Alunos 2017/18	Equip.	Alunos 2017/18	Alunos 2018/19	Equip.	Alunos 2017/18
Educação Pré-escolar	9	279	8	239	258	1	40
Ensino Básico 1ºCiclo	7	448	7	448	457	0	0

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2018

No que se refere ao Abandono Escolar, Valença apresentava em 2011 uma taxa de 2,63%, sendo esta superior à registada a nível nacional (1,70%) e ao nível da Região do Alto Minho (1,55%). Territorialmente, foi nas freguesias de Arão, Fontoura e São Pedro da Torre, que se verificou uma taxa mais elevada de abandono escolar, no ano de 2011.

Tabela 46 – Taxa de Abandono Escolar no concelho de Valença, por freguesia (2011) (%)

Território	Taxa de Abandono Escolar ²²
Portugal	1,70
Região Norte	1,53
Região do Alto Minho	1,55
Valença (concelho)	2,63
Arão	10,64
Boivão	0
Cerdal	1,75
Cristelo Covo	0
Fontoura	5,17
Friestas	0
Gandra	2,47
Ganfei	1,37
Gondomil	0
Sanfins	0
São Julião	5
São Pedro da Torre	4,23
Silva	0
Taião	0
Valença	2,31
Verdoejo	0

Fonte: INE, Censos 2011

O concelho de Valença, ao nível da educação regista, em 2018, uma taxa bruta pré-escolarização e de escolarização elevada no ensino básico, superior a 100%, pelo que se depreende que a população em idade pré-escolar (entre os 3 e os 5 anos de idade) e escolar do ensino básico (1º ao 9º ano) está a frequentar a escola. A taxa superior a 100% poderá ser reflexo da taxa de retenção nos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico (9,6% e 8,2%, respetivamente).

²² **Taxa de abandono escolar:** Saída do sistema de ensino antes da conclusão da escolaridade obrigatória, dentro dos limites etários previstos na lei (INE).

Tabela 47 – Indicadores de Educação (2018) (%)

Território	Taxa bruta de pré-escol. ²³	Taxa bruta de escolarização ²⁴		Taxa de retenção e desistência no ensino básico ²⁵				Taxa de transição/conclusão (Ensino Secundário)
		Ensino básico	Ensino secundário	Total	1º CEB	2º CEB	3º CEB	
Portugal	93,8	108,7	121,0	5,1	2,8	5,3	7,8	86,1
Região Norte	97,0	109,4	118,8	3,6	1,8	3,3	5,9	89,0
Região do Alto Minho	101,2	108,2	131,3	2,4	1,6	2,7	3,2	90,6
Arcos de Valdevez	99,5	105,3	128,7	4,7	2,0	3,8	8,1	85,0
Caminha	99,2	105,0	95,6	2,7	1,6	2,2	4,2	88,5
Melgaço	97,2	103,0	98,0	2,3	1,4	3,7	2,9	81,4
Monção	99,7	104,8	145,5	1,1	1,2	1,1	1,0	92,3
Paredes de Coura	102,7	95,6	103,3	2,7	2,9	5,2	0,9	93,2
Ponte da Barca	103,0	101,9	113,6	0,7	0,9	1,0	0,3	89,9
Ponte de Lima	97,8	101,7	107,6	1,2	0,7	1,3	1,8	92,0
Valença	102,2	105,7	88,3	7,6	6,1	9,6	8,2	88,6
Viana do Castelo	103,2	116,0	169,5	2,2	1,2	2,5	3,2	92,0
Vila Nova de Cerveira	106,1	109,3	78,3	3,1	2,6	3,4	3,5	89,1

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2018

Comparativamente com os restantes concelhos da Região do Alto Minho, Valença é o quinto concelho com maior taxa bruta de pré-escolarização (102,2%, também superior à registada a nível nacional e na Região do Alto Minho, 93,8% e 101,2%, respetivamente).

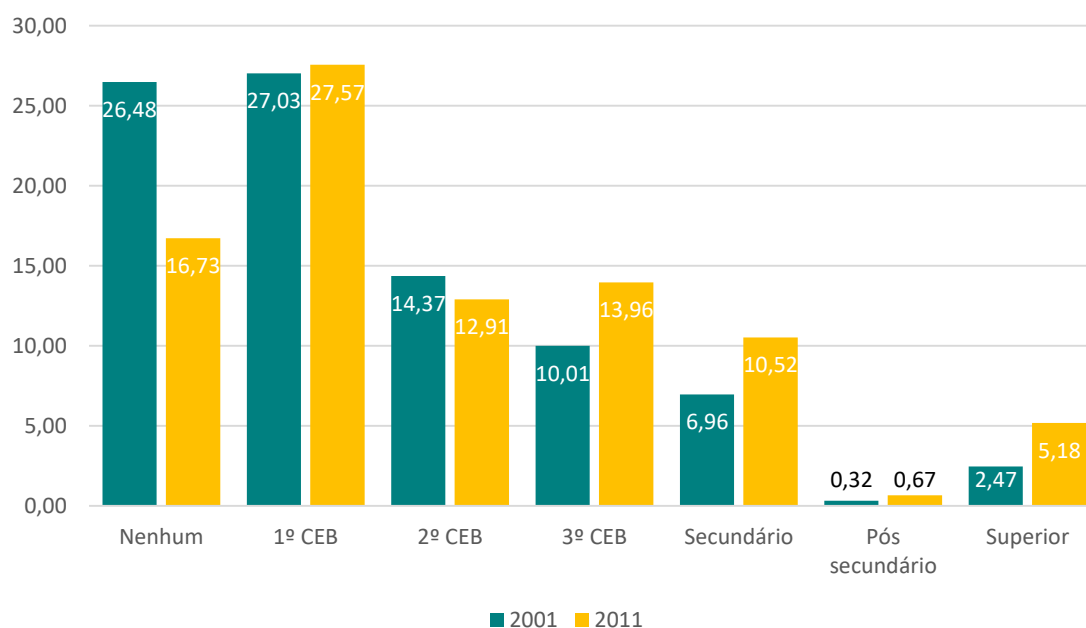
²³ **Taxa bruta de pré-escolarização:** Relação percentual entre o número total de alunos matriculados no ensino pré-escolar e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo de estudo (entre os 3 e os 5 anos) (INE).

²⁴ **Taxa bruta de escolarização:** Relação percentual entre o número total de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos (independentemente da idade) e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo de estudo (INE).

²⁵ **Taxa de retenção e desistência:** Relação percentual entre o número de alunos do ensino básico regular que permanecem, por razões de insucesso ou de tentativa voluntária de melhoria de qualificações, no mesmo ano de escolaridade e o número de alunos matriculados no ensino básico regular, nesse ano lectivo (INE).

No entanto, no que concerne à percentagem de alunos que concluem ou transitam no Ensino Secundário, o concelho de Valença regista o quarto valor mais baixo da Região do Alto Minho (88,6%), o qual também é inferior ao registado na Região (90,6%), mas superior ao registado a nível nacional (86,1%).

Gráfico 17 – População residente no concelho de Valença, segundo os níveis de escolaridade concluídos (2001 e 2011) (%)



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Relativamente ao nível de escolaridade da população residente no concelho, verifica-se que existe ainda uma percentagem significativa sem qualquer nível de escolarização concluído ou com o 1º Ciclo de Ensino Básico, com base nos dados do gráfico 17 e da tabela 48. No entanto, os dados deverão ser interpretados com cautela, visto que se encontra incluído o grupo etário até aos 8 anos, o qual ainda não concluiu o 1º CEB devido à sua idade. Ainda assim, verifica-se, entre 2001 e 2011, uma diminuição das percentagens de pessoas sem nenhum nível de escolaridade concluído e 2º Ciclo de Ensino Básico, tendo os restantes níveis de ensino verificado um crescimento, nomeadamente ao nível do ensino superior.

Tabela 48 – População residente no concelho de Valença, segundo os níveis de escolaridade concluídos, por freguesia (2011) (N.º)

Território	Total	Nenhum	1º CEB	2º CEB	3º CEB	Sec.	Pós-sec.	Superior
Valença (concelho)	16138	2700	4449	2083	2253	1698	108	836
Boivão	239	53	107	32	30	12	2	3
Cerdal	1 693	396	575	283	245	142	6	46
Fontoura	751	142	283	123	120	65	1	17
Friestas	562	111	196	65	83	65	6	36
Gandra e Taião	1 471	300	470	218	227	166	8	82
Ganfei	1 296	235	409	190	213	164	3	82
Gondomil e Sanfins	464	154	150	59	44	42	2	13
São Pedro da Torre	1 267	222	446	170	195	156	15	63
São Julião e Silva	623	123	212	120	84	62	6	16
Valença, Cristelo Covo e Arão	5 153	883	1 388	733	925	739	53	432
Verdoejo	608	81	213	90	87	85	6	46

Fonte: INE, Censos 2011

Ao nível das freguesias, as que apresentavam no ano 2011 a maior percentagem de residentes sem nenhum nível de escolaridade concluído face ao total de população residente em cada território, eram a União de freguesias de Gondomil e Sanfins e as freguesias de Cerdal e Boivão, com 33%, 23% e 22% respetivamente.

As freguesias que registaram maior percentagem de população mais escolarizada (com pelo menos o 3º Ciclo do Ensino Básico concluído), face ao total da população residente no seu território, foram a União de freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão e as freguesias de Verdoejo e Ganfei, com 42%, 37%, e 36% respetivamente.

Tabela 49 – População residente com 10 e mais anos de idade analfabetos (2011) (N.º)

Território	Total	Homens	Mulheres
Região do Alto Minho	15380	3889	11491
Arcos de Valdevez	2677	679	1998
Caminha	670	166	504
Melgaço	827	206	621
Monção	1454	345	1109
Paredes de Coura	964	257	707
Ponte da Barca	1238	340	898
Ponte de Lima	2798	734	2064
Valença	655	194	461
Viana do Castelo	3586	839	2747
Vila Nova de Cerveira	511	129	382

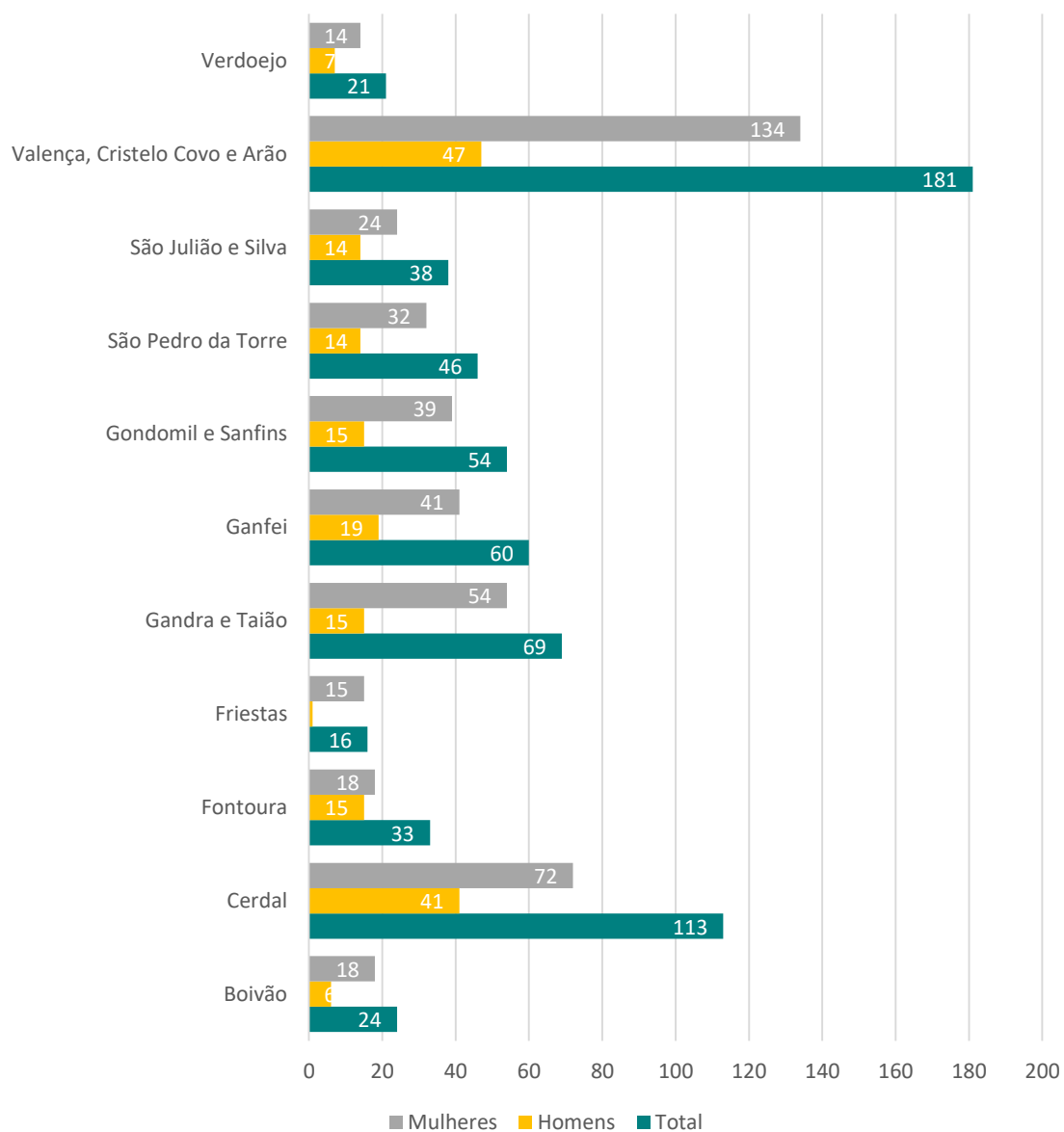
Fonte: INE, Censos 2011

Quanto à população analfabeta residente com 10 ou mais anos, o concelho de Valença apresentava, no ano 2011, 655 de residentes nesta circunstância (o 2º concelho da Região do Alto Minho com menos residentes analfabetos). À data dos Censos 2011, 4,7% da população residente em Valença, com idade igual ou superior a 10 anos, era analfabeta. É importante destacar que, relativamente ao mesmo período, 22,8% da população tinha 65 e mais anos (3.197 residentes) e, 17,4% da população deste grupo etário não tinha nenhum nível de escolaridade concluído (556 residentes).

Relativamente ao género é, em todas as freguesias, possível verificar que no ano 2011 existiam mais mulheres analfabetas que homens com mais de 10 anos de idade. No gráfico apresentado em seguida verifica-se que o maior número de população analfabeta se encontra na União de freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão e na freguesia de Cerdal.

No entanto, as freguesias que apresentavam à data dos Censos 2011, maior percentagem de população analfabeta, face ao total de população residente no seu território, eram Gondomil e Sanfins e Boivão (11,6% e 10% da população em cada freguesia era analfabeta, respetivamente).

Gráfico 18 – População analfabeta, com 10 e mais anos de idade, residente no concelho de Valença, segundo o género, por freguesias (2011) (N.º)



Fonte: INE, Censos 2011

Em Síntese:

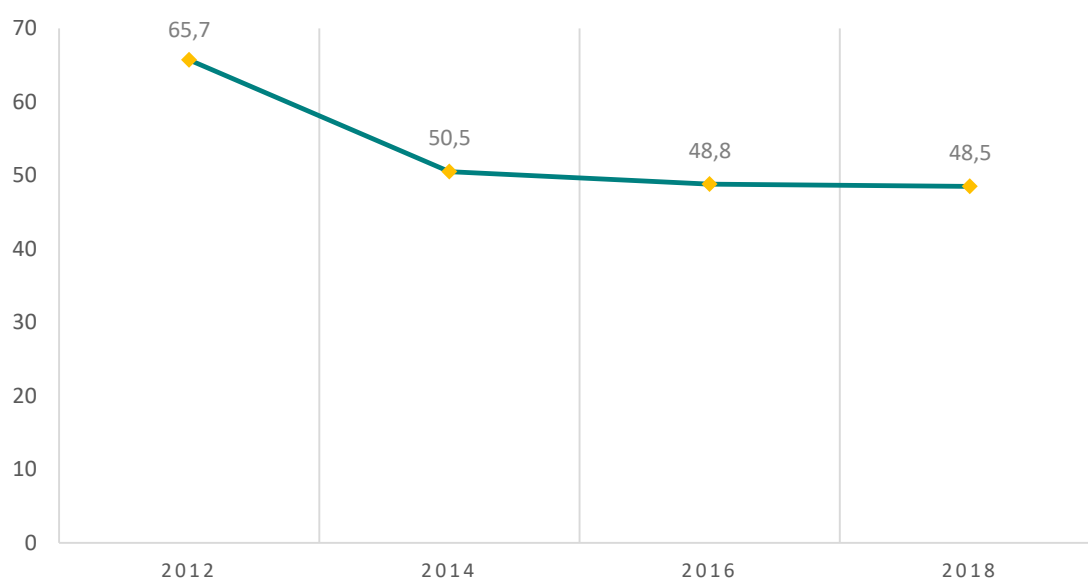
- ▶ No ano letivo 2018/19 existiam no concelho 10 estabelecimentos escolares, 6 dos quais eram Escolas de 1º Ciclo do Ensino Básico com Jardim de Infância;
- ▶ Os estabelecimentos de ensino encontram-se distribuídos por 1 Agrupamento de Escolas. No ano letivo 2018/2019, a Escola Básica 2,3 e Secundária de Valença e a Escola Básica 1 de Valença, foram as que reuniram o maior número de alunos inscritos;
- ▶ Nesse mesmo ano letivo, os 1º e 3º Ciclos do Ensino Básico concentravam maior número de alunos (30% e 23,8%, respetivamente);
- ▶ Em 2018, a taxa bruta de escolarização no ensino básico foi superior a 100%, o que significa que a população com idades compreendidas entre os 6 e os 14 anos se encontra a frequentar a escola, no entanto o facto de ser superior a 100% poderá refletir a taxa de retenção nos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico (9,6% e 8,2%, respetivamente);
- ▶ A taxa de escolarização ao nível do ensino secundário foi de 88,3% e a taxa de transição/ conclusão neste nível de ensino foi de 88,6%, inferior à registada na Região do Alto Minho (90,6%) e superior à registada a nível nacional (86,1%);
- ▶ Existe uma tendência para o aumento da escolaridade da população residente no concelho, verificando-se um aumento, entre 2001 e 2011, da população com pelo menos o 3º Ciclo do Ensino Básico concluído e uma diminuição da população com nenhum ou com apenas o 1º Ciclo do Ensino Básico concluído;
- ▶ No entanto, em 2011, o nível de escolaridade da população residente no concelho era baixo, sendo que 16,7% da população não tinha nenhum nível de educação concluído, 27,6% tinha o 1º Ciclo do Ensino Básico e 12,9% tinha o 2º Ciclo do Ensino Básico;
- ▶ No ano de 2011, a União de freguesias de Gondomil e Sanfins e as freguesias de Cerdal e Boivão representavam os territórios com maior percentagem de população com baixa escolaridade (sem nenhum nível de escolaridade concluído), 33%, 23%

e 22%, respetivamente. A União de freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão e as freguesias de Verdoejo e Ganfei foram as que reuniram maior percentagem de população mais escolarizada (com pelo menos o 3º CEB concluído), 42%, 37%, e 36% respetivamente.

8.1.7 Segurança Pública

A segurança e criminalidade, tem ao longo dos tempos, sofrido alterações ao nível da perceção e reconhecimento por parte da sociedade, verificando-se por isso alterações ao nível das denúncias e também do que é considerado crime (a violência doméstica e os crimes contra animais de companhia são exemplo desta evolução).

Gráfico 19 – Evolução da taxa de criminalidade no concelho de Valença entre 2012 e 2018 (‰)



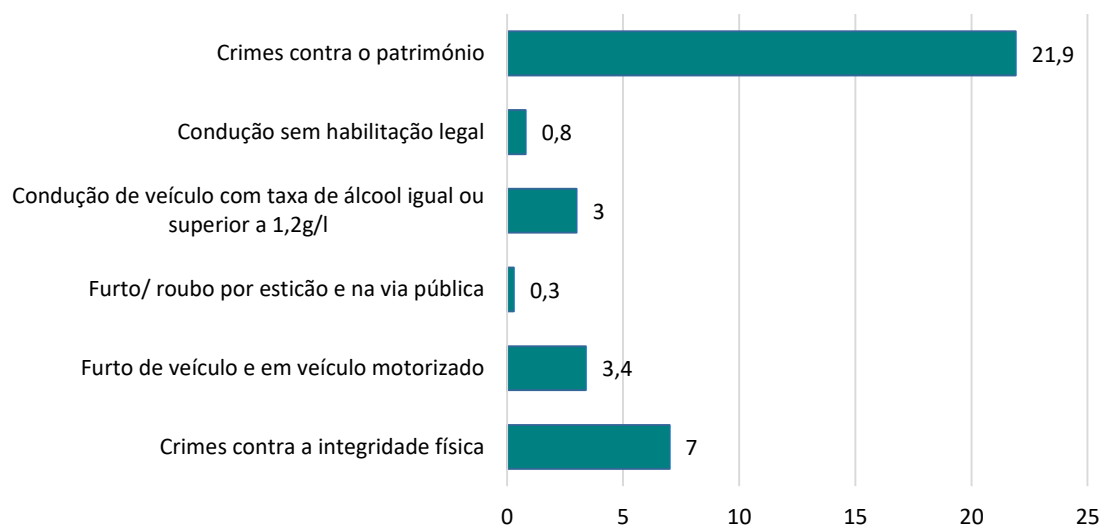
Fonte: INE

No que respeita à taxa de criminalidade²⁶, o concelho de Valença tem vindo a registar uma diminuição desde 2012.

O concelho de Valença, apresentava em 2018, uma taxa de criminalidade de 48,5‰, sendo os crimes contra o património os mais registados (21,9‰), seguindo-se os crimes à integridade física (7‰) e o furto de veículo e em veículo motorizado (3,4‰).

²⁶ **Taxa de criminalidade:** Relação entre o número de crimes e a população residente (INE)

Gráfico 20 – Taxa de criminalidade no concelho de Valença por categoria de crime em 2018 (‰)

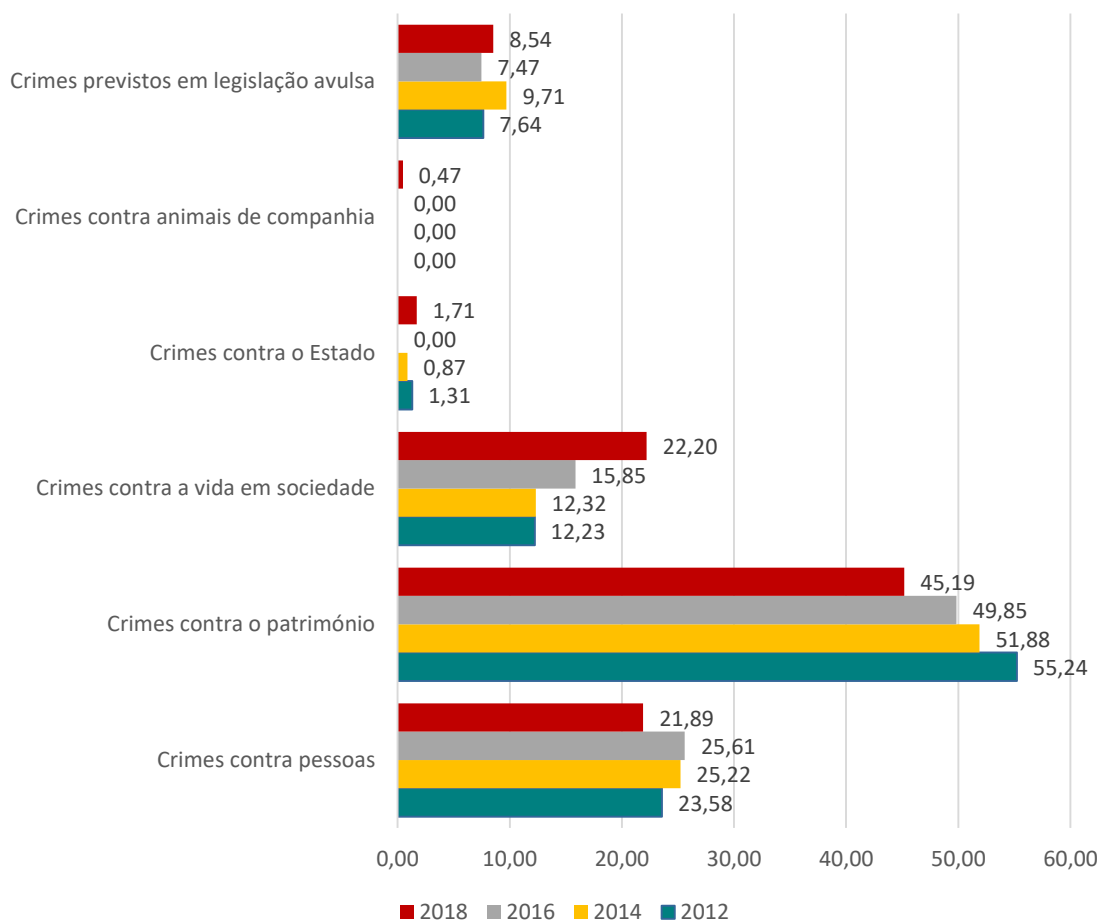


Fonte: INE

Em 2018 foram registados pelas autoridades 644 crimes, tendo-se verificado que a maioria foi contra o património (291), seguindo-se os crimes contra a vida em sociedade pessoas (143) e os crimes contra pessoas (141).

Analisando os dados disponíveis entre 2012 e 2018, pode-se verificar uma diminuição de crimes registados contra o património e contra as pessoas, e o aumento de crimes contra a vida em sociedade, contra o Estado, contra animais de companhia e dos crimes previstos em legislação avulsa.

Gráfico 21 – Crimes registados pelas autoridades no concelho de Valença, por categoria de crime, entre 2012 e 2018 (%)



Fonte: INE

De forma a melhor se caracterizar as situações de violência doméstica no concelho de Valença, foram disponibilizados dados do Centro de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica (CAVVD) do Centro Social e Cultural de Vila Praia de Âncora e da GNR.

Segundo a informação disponibilizada pelo CAVVD, o número de vítimas acompanhadas por situações de violência doméstica tem vindo a aumentar desde 2016. No ano 2019, encontravam-se a ser acompanhadas 35 vítimas de violência doméstica, 26 das quais mulheres.

Tabela 50 – Vítimas de violência doméstica residentes no concelho de Valença, acompanhadas pelo CAVVD, por género e média de idade (2016, 2017, 2018 e 2019) (N.º)

Ano	Total	Homens		Mulheres	
		N.º	Idade média	N.º	Idade média
2016	15	2	24 anos	13	46 anos
2017	21	1	50 anos	20	40 anos
2018	31	6	48 anos	25	43 anos
2019 (até 30/09)	35	9	44 anos	26	41 anos

Fonte: CAVVD – Centro Social e Cultural de Vila Praia de Âncora

A informação facultada pela GNR sobre crimes de violência doméstica ocorridos em Valença durante o mesmo período, não permite concluir sobre uma tendência de aumento ou diminuição. No entanto, ainda assim, no ano 2019, foram registados 30 crimes de violência doméstica pelas autoridades locais (27 dos quais sobre o cônjuge ou análogo).

Tabela 51 – Crimes de violência doméstica registados pelas autoridades policiais (2016, 2017, 2018 e 2019) (N.º)

Tipo de crime	Ano			
	2016	2017	2018	2019
Violência doméstica cônjuge / análogo	40	36	42	27
Violência doméstica contra menores	0	1	0	1
Violência doméstica (outros)	6	1	3	2
Total	46	38	45	30

Fonte: GNR

Em Síntese:

- ▶ Desde 2012 que se tem vindo a verificar uma diminuição da taxa de criminalidade;
- ▶ Em 2018, a taxa de criminalidade no concelho foi de 48,5‰;
- ▶ Os crimes mais frequentes foram contra o património (21,9‰), à integridade física (7‰) e o furto de veículo e em veículo motorizado (3,4‰).

8.2 Grupos Vulneráveis

8.2.1 Famílias em Situação de Risco

Numa análise mais detalhada ao nível familiar e considerando as famílias em situação de risco, ainda que não possa ser considerado um problema, é possível afirmar que a questão da monoparentalidade é um indicador relevante. Assim, no ano de 2011, registaram-se no concelho de Valença 601 núcleos familiares monoparentais, sendo que destes, 518 são constituídas por mães e os seus filhos (86,19%).

Tabela 52 – Núcleos familiares monoparentais, por grupo etário, no concelho de Valença (2011) (N.º)

Grupo etário	Total de núcleos familiares monoparentais	Núcleos familiares monoparentais masculinos	Núcleos familiares monoparentais femininos
Total	601	83	518
Menos de 20 anos	1	0	1
20 - 24 anos	12	0	12
25 - 29 anos	23	2	21
30 - 34 anos	58	5	53
35 - 39 anos	65	10	55
40 - 44 anos	64	5	59
45 - 49 anos	77	7	70
50 - 54 anos	48	8	40
55 - 59 anos	36	12	24
60 - 64 anos	34	8	26
65 ou mais anos	183	26	157

Fonte: INE, Censos 2011

O maior número de famílias monoparentais reside na União de freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão, representando 40,43% das famílias monoparentais do concelho.

Analisando os núcleos monoparentais do concelho de Valença por grupo etário, verifica-se que em 30,45% das famílias o progenitor tem idade igual ou superior a 65 anos.

Relativamente aos dados referentes à escolaridade, verifica-se que na maioria das famílias monoparentais, o progenitor tem o 1º Ciclo de Ensino Básico (37,44%), seguindo-se as famílias em que o progenitor detém o 3º Ciclo de ensino básico (16,97%). É na União de freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão que se encontram o maior número de famílias com o ensino superior (representando 12,76% das famílias monoparentais da União de freguesias). Já no que respeita às famílias monoparentais sem qualquer nível de escolaridade, estas estão em maior número na freguesia do Cerdal (representando 3% das famílias monoparentais da freguesia).

Tabela 53 – Núcleos familiares monoparentais, por freguesia e nível de escolaridade (2011) (N.º)

Freguesia	Nível de escolaridade							
	Total	Sem nível	1º CEB	2º CEB	3º CEB	Ens. Sec.	Ens. Pós sec.	Ens. Superior
Valença (concelho)	601	48	225	78	102	93	4	51
Boivão	7	1	3	1	1	1	0	0
Cerdal	78	20	26	12	10	6	0	4
Fontoura	20	0	14	1	3	1	0	1
Friestas	20	0	11	1	5	2	0	1
Gandra e Taião	64	4	25	9	10	13	0	3
Ganfei	45	3	14	8	10	6	0	4
Gondomil e Santfins	12	4	6	0	2	0	0	0
São Julião e Silva	28	4	9	8	3	3	0	1
São Pedro da Torre	63	2	25	8	10	11	1	6
Valença, Cristelo Covo e Arão	243	9	80	29	46	45	3	31
Verdoejo	21	1	12	1	2	5	0	0

Fonte: INE, Censos 2011

Se a existência de famílias monoparentais pode ser um indicador de risco não é menos verdade que as famílias numerosas, pelo esforço financeiro adicional a que são sujeitas,

se constituem como um grupo de risco. No concelho de Valença, existiam em 2011, 442 famílias com cinco (5) ou mais pessoas, sendo na União das freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão onde se verificava um maior número das mesmas (30,09% do número total de famílias com 5 ou mais pessoas do concelho).

Tabela 54 – Famílias clássicas segundo a dimensão, por freguesia (2011) (N.º)

Território	Dimensão (n.º de pessoas)			
	Total	1 e 2 pessoas	3 e 4 pessoas	5 ou + pessoas
Valença (concelho)	5309	2740	2127	442
Boivão	88	47	30	11
Cerdal	611	297	252	62
Fontoura	275	138	110	27
Friestas	212	106	91	15
Gandra e Taião	541	272	218	51
Ganfei	474	228	211	35
Gondomil e Sanfins	180	108	47	25
São Julião e Silva	238	127	88	23
São Pedro da Torre	473	241	194	38
Valença, Cristelo Covo e Arão	1996	1067	796	133
Verdoejo	221	109	90	22

Fonte: INE, Censos 2011

Em Síntese:

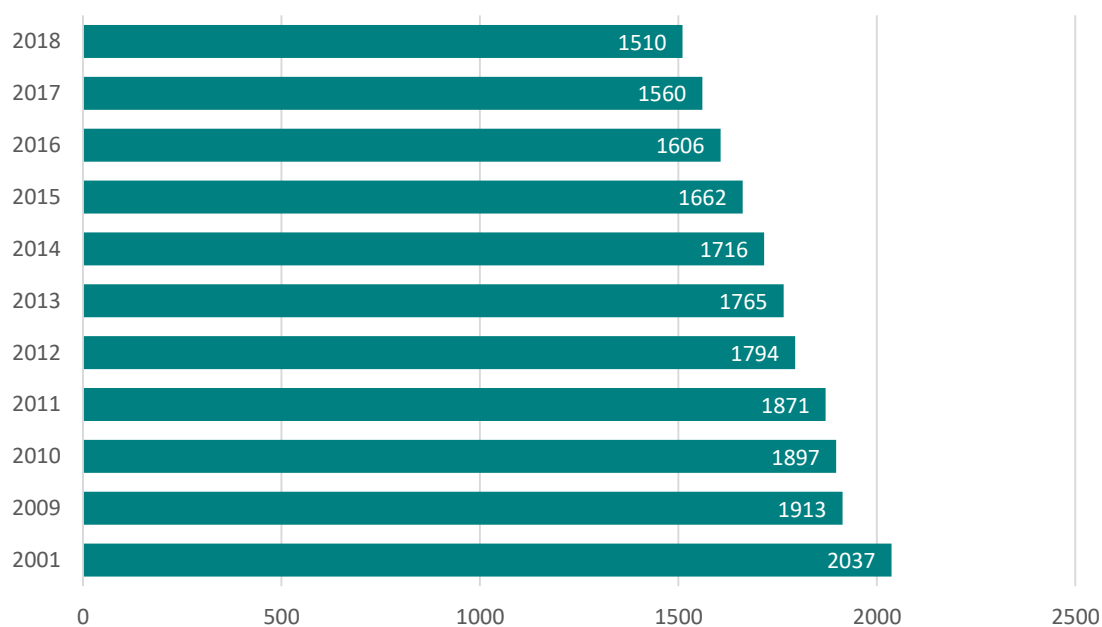
- ▶ Em 2011 existiam no concelho 601 núcleos familiares monoparentais, 86,19% destes eram constituídos por mães e seus filhos e em 30,45% das famílias o progenitor(a) tem idade igual ou superior a 65 anos;
- ▶ 40,43% das famílias monoparentais residiam na União de freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão, seguindo-se a freguesia de Cerdal com 12,98% das famílias monoparentais do concelho;
- ▶ Em 2011, residiam em Valença 442 famílias com cinco ou mais pessoas, 30,09% das quais na União de freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão.

8.2.2 Crianças e Jovens

O número de crianças e jovens, com menos de 15 anos de idade, residentes no concelho de Valença, tem vindo a diminuir gradualmente desde 2001.

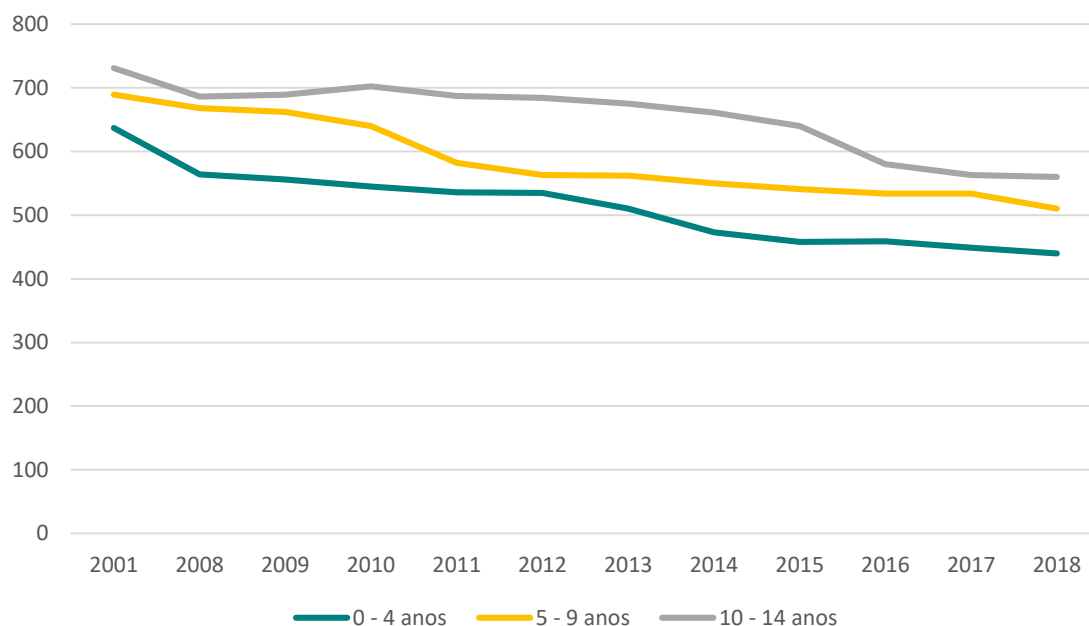
No ano 2001 residiam cerca de 2 mil crianças e jovens no território, estima-se que no final de 2018 residissem cerca de 1500 pessoas até aos 15 anos de idade.

Gráfico 22 – População residente no concelho de Valença, com menos de 15 anos de idade, entre os anos 2001 e 2018 (N.º)



Fonte: PORDATA, INE, Censos 2001 e 2011

Gráfico 23 – População residente no concelho de Valença, com menos de 15 anos de idade, por grupos etários, entre 2001 e 2018 (N.º)



Fonte: PORDATA

Ao analisar a evolução da população residente com menos de 15 anos, nos últimos dezassete anos, é possível verificar que se registou uma diminuição gradual do número de crianças dos três sub-grupos etários. Entre os anos 2001 e 2011 a variação foi mais acentuada no grupo etário 5-9 anos, (-9,1) e entre os anos 2011 e 2018 a variação embora permanecesse negativa nos três grupos etários, destaca-se o grupo etário entre os 0 e 4 anos em que ao contrário dos restantes grupos etários a taxa de variação foi superior à registada entre 2001 e 2011, com uma variação negativa de 2%.

Tabela 55 – Variação percentual da população residente no concelho de Valença, com menos de 15 anos de idade, por grupo etário (%)

	0 – 4 anos	5 – 9 anos	10 – 14 anos
2001 - 2011	-1,7	-9,1	-2,1
2011 - 2018	-2	-4,5	-0,5

Fonte: PORDATA

De acordo com os dados dos Censos 2011, o maior número de residentes com idade inferior a 15 anos encontrava-se na União das freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão (representando 37,57% da população jovem do concelho). Não foram registadas diferenças de género significativas no número total de jovens residentes no concelho.

Tabela 56 – População residente no concelho de Valença, com menos de 15 anos de idade, segundo o sexo, por freguesia (N.º) (2011)

Território	Total	Masculino	Feminino
Valença (concelho)	1871	928	943
Boivão	27	12	15
Cerdal	249	138	111
Fontoura	109	53	56
Friestas	79	39	40
Gandra e Taião	204	89	115
Ganfei	155	70	85
Gondomil e Sanfins	56	28	28
São Julião e Silva	71	36	35
São Pedro da Torre	161	71	90
Valença, Cristelo Covo e Arão	703	365	338
Verdoejo	57	27	30

Fonte: INE, Censos 2011

Desde o ano 2001, que o concelho de Valença tem registado valores do Índice de Dependência de Jovens inferiores aos obtidos a nível nacional e regional (Norte e Alto Minho). É também o quinto município da Região do Alto Minho com valores mais baixos. Desde o ano 2001 que o Índice de Dependência de Jovens no concelho tem vindo a diminuir. No ano de 2018, por cada cem pessoas entre os 15 e os 64 anos de idade, existiam aproximadamente dezoito residentes com idade inferior a 15 anos, enquanto que no ano 2001 existiam vinte e três residentes do referido grupo etário.

Tabela 57 – Índice de Dependência de Jovens²⁷ dos municípios da Região do Alto Minho (2001, 2011, 2014, 2018) (%)

Território	2001	2011	2014	2018
Portugal	24,1	22,7	22,1	21,3
Norte	25,9	22,1	20,8	19,4
Alto Minho	23,5	20,7	19,6	18,1
Arcos de Valdevez	21,4	19,7	18,9	17,1
Caminha	22,6	18,5	18,4	17,3
Melgaço	17,6	17,0	16,7	14,7
Monção	18,9	17,3	16,8	15,8
Paredes de Coura	20,1	20,3	19,8	19,0
Ponte da Barca	26,2	20,9	19,1	16,6
Ponte de Lima	28,1	23,5	21,9	19,1
Valença	22,5	20,2	19,3	18,0
Viana do Castelo	23,6	21,0	19,8	18,8
Vila Nova de Cerveira	23,1	20,9	20,2	18,0

Fonte: PORDATA

No que respeita à intervenção realizada pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Valença foi possível apurar a seguinte informação.

Tabela 58 – Volume processual da CPCJ de Valença nos anos 2016, 2017 e 2018

Anos	Volume processual	Processos transitados	Processos instaurados	Processos reabertos	Processos arquivados	Processos encaminhados
2016	134	77	34	23	72	2
2017	129	60	46	23	74	1
2018	120	54	48	18	67	2

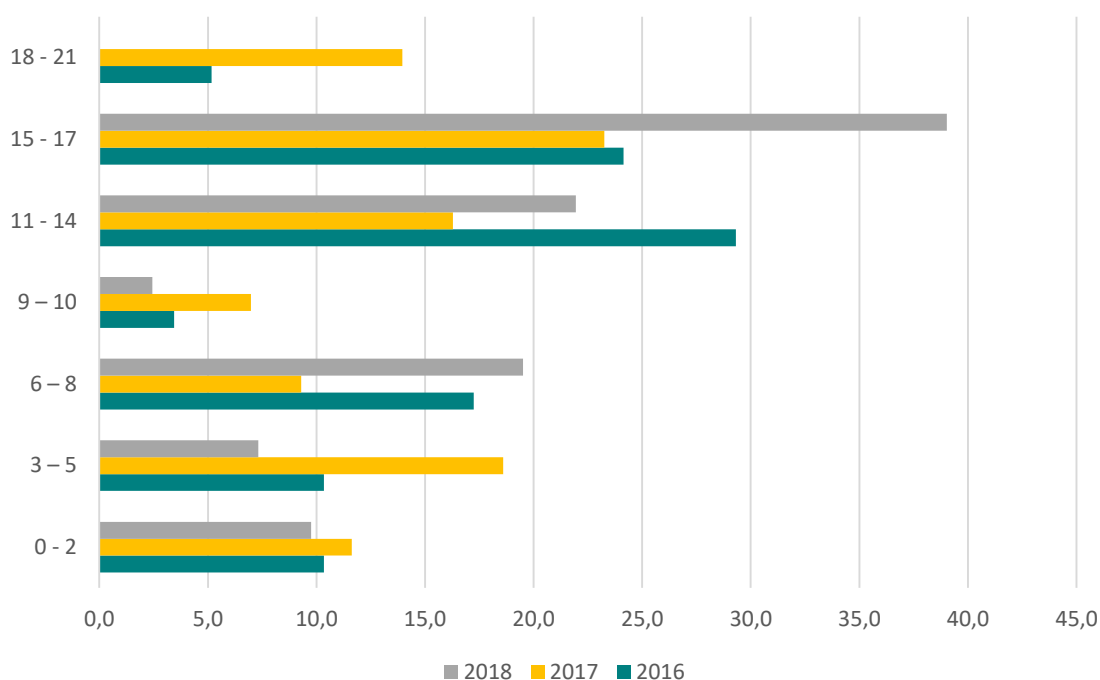
Fonte: CPCJ de Valença

²⁷ **Índice de Dependência de Jovens:** Relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (INE).

No ano de 2018, o volume processual traduziu-se num total de 120 processos, dos quais 54 transitaram do ano anterior, 48 foram instaurados e 18 foram reabertos. Nesse mesmo ano foram arquivados 67 processos e 2 foram enviados a outras CPCJ.

Analisando o volume processual da CPCJ de Valença dos anos 2016, 2017 e 2018, verificamos que tem existido uma tendência decrescente do número de processos.

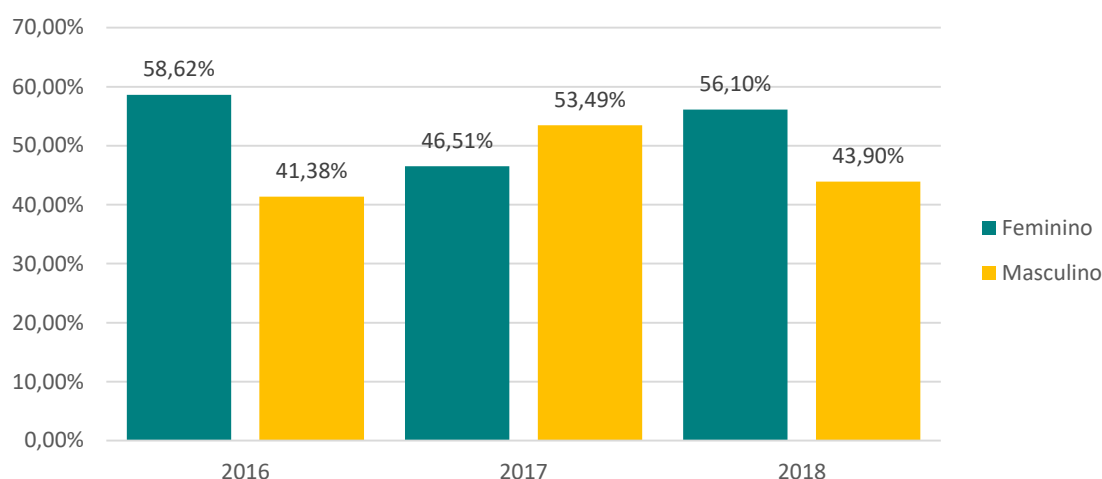
Gráfico 24 – Volume processual por grupo etário, nos anos 2016, 2017 e 2018 (%)



Fonte: CPCJ de Valença

A grande maioria dos processos refere-se a situações sinalizadas de crianças e jovens entre os 11 e os 17 anos. Importa também referir que a percentagem de sinalizações de jovens entre os 6 e os 8 anos e entre os 15 e os 17 anos tem vindo a aumentar desde 2016, apesar de ter diminuído em 2017.

Gráfico 25 – Crianças e jovens acompanhados nos anos 2016, 2017 e 2018 por género (%)



Fonte: CPCJ Valença

O número de processos acompanhados nos anos 2016, 2017 e 2018 revela uma tendência para a existência de um maior número de processos de crianças e jovens do sexo feminino.

Tabela 59 – Distribuição das principais problemáticas sinalizadas nos processos transitados, instaurados e reabertos da CPCJ de Valença nos anos 2016, 2017 e 2018 (N.º)

	CJAC ABED ²⁸	Violência Dom.	Negligência ²⁹	Outras Sit. de Perigo ³⁰	Absentismo o escolar e abandono escolar	ECPCB EDC ³¹	Mau trato físico	Abuso e aliciamento sexual ³²	CAESP ³³
2016	10	25	9	0	5	5	1	1	2
2017	11	3	12	1	4	10	0	1	1
2018	10	3	9	0	3	11	0	5	0

Fonte: CPCJ Valença

Relativamente às principais problemáticas pelas quais as crianças e jovens foram sinalizados à CPCJ de Valença nos anos 2016, 2017 e 2018, é possível constatar o

²⁸ **CJACABED**: Criança/Jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada

²⁹ Estão incluídos casos de negligência, negligência grave, negligência ao nível da saúde, negligência ao nível educativo, negligência ao nível psico-afetivo, negligência por falta de supervisão e acompanhamento familiar, negligência face a comportamentos da criança e do jovem.

³⁰ Estão incluídas todas as outras problemáticas que não se encontram discriminadas na tabela apresentada.

³¹ **ECPCBEDC**: Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança

³² Inclui também as problemáticas “violação ou outro ato sexual” e “importunação sexual pela linguagem ou pela prática perante a criança de atos de carácter exibicionista ou constrangimento a contacto”.

³³ **CAESP**: Criança abandonada ou entregue a si própria.

seguinte: registou-se um aumento de situações sinalizadas devido a criança ou jovem estar exposta a comportamentos que possam comprometer o seu bem-estar e desenvolvimento (nomeadamente consumo de álcool e estupefacientes); registou-se uma diminuição de situações sinalizadas por exposição a violência doméstica.

No ano 2018, a maioria das crianças e jovens foram sinalizados devido a situações de exposição a comportamentos que podem comprometer o seu bem-estar (11 processos, 26,8%), por assumirem comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento (sem que os pais se oponham de forma adequada) (10 processos, 24,4%) e por situações de negligência (9 processos, 21,9%).

No ano de 2018, as sinalizações devido a situações de negligência são mais prevalentes até aos 14 anos de idade (7 processos num total de 9). Todas as situações de abuso e aliciamento sexual foram sinalizadas em jovens entre os 11 e os 17 anos (5 sinalizações). As sinalizações pela criança/ jovem assumir comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento foram mais prevalentes entre os 15 e os 17 anos (7 em 10 processos sinalizados por esta problemática).

No final de junho de 2019, encontravam-se sinalizadas à CPCJ 91 crianças/jovens, na sua maioria residentes nas Uniões de freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão, Gandra e Taião e na freguesia de Cerdal

Tabela 60 – Situações sinalizadas à CPCJ, por freguesia, em junho de 2019 (N.º)

Freguesia	N.º de sinalizações
Boivão	2
Cerdal	15
Fontoura	1
Friestas	2
Gandra e Taião	10
Ganfei	3
Gondomil e Sanfins	0
São Pedro da Torre	3
Silva e São Julião	0
Valença, Cristelo Covo e Arão	52
Verdoejo	3

Fonte: CPCJ Valença

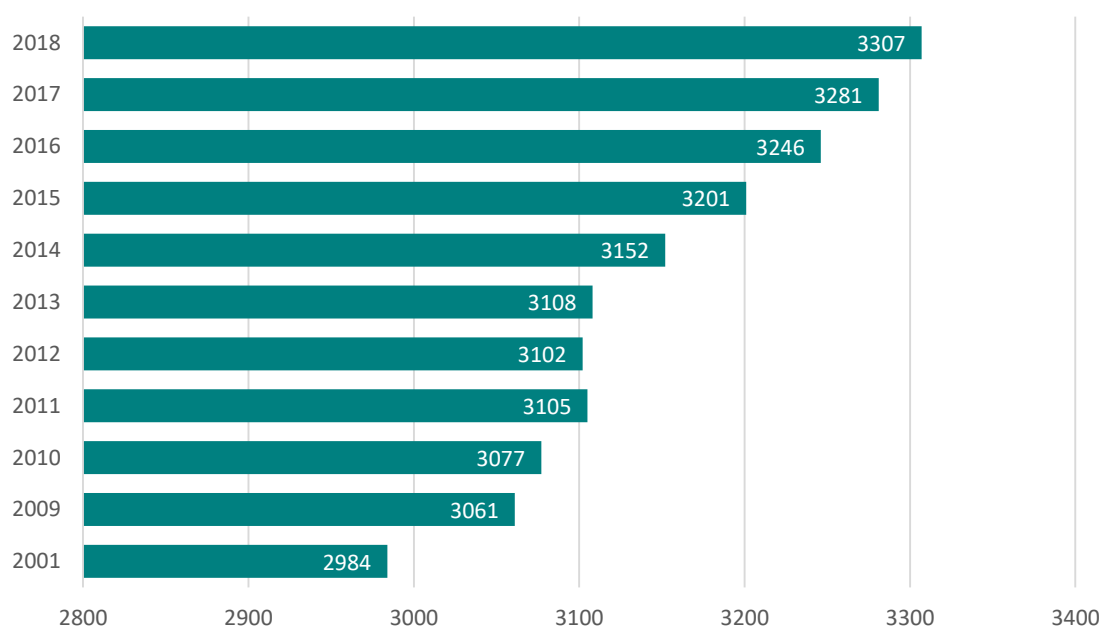
Em Síntese:

- ▶ Desde 2001 que o número de crianças e jovens tem vindo a diminuir, sendo que no ano de 2018 se registou o menor número de crianças e jovens no concelho (1510);
- ▶ A diminuição do número de crianças e jovens é observada nos diferentes sub-grupos etários (0-4 anos, 5-9 anos e 10-14 anos);
- ▶ Em 2018, Valença registou um Índice de Dependência de Jovens de 18%, o qual é inferior ao registado a nível nacional e nas Regiões Norte e Alto Minho;
- ▶ Nos anos 2016, 2017 e 2018, a média do volume processual da CPCJ de Valença foi de 128 processos, com tendência decrescente;
- ▶ A maioria dos processos refere-se a situações de crianças e jovens entre os 11 e os 17 anos de idade;
- ▶ Entre 2016 e 2018 registou-se um aumento de situações sinalizadas devido a criança ou jovem estar exposta a comportamentos que possam comprometer o seu bem-estar e desenvolvimento e uma diminuição de situações sinalizadas por exposição a violência doméstica;
- ▶ No ano de 2018, as problemáticas mais frequentes nas sinalizações de crianças e jovens à CPCJ foram: “exposição a comportamentos que possam comprometer o seu bem-estar e desenvolvimento”, “criança/jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada” e “negligência”.

8.2.3 Pessoas Idosas

Entre 2001 e 2018, o número de pessoas com 65 ou mais anos residentes no concelho de Valença aumentou gradualmente. Estimando-se que no ano 2018 residissem no concelho 3.307 pessoas com esta faixa etária.

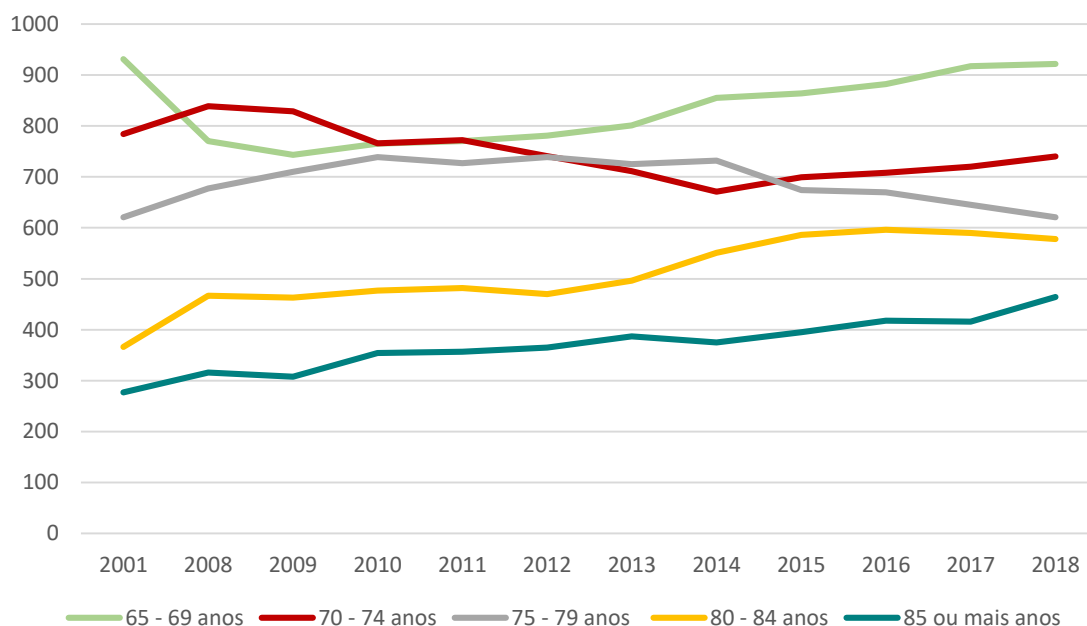
Gráfico 26 – População residente no concelho de Valença, com 65 ou mais anos de idade, entre os anos 2001 e 2018 (N.º)



Fonte: PORDATA, INE, Censos 2001

Relativamente à evolução dos vários grupos etários, que integram o grupo das pessoas idosas, constata-se que, apesar de algumas oscilações, desde 2001 que o número de pessoas com idade igual ou superior a 80 anos tem vindo a aumentar, tendo os valores da população com idades compreendidas entre os 65 e 79 anos sido mais variáveis ao longo dos últimos anos.

Gráfico 27 – População residente no concelho de Valença, com 65 ou mais anos de idade, por grupos etários, entre 2001 e 2018 (N.º)



Fonte: PORDATA

O maior aumento populacional deu-se na população com mais de 85 anos de idade, no ano 2018, aproximadamente mais 12 pessoas em cada 100 do mesmo sub-grupo etário, face ao ano 2011.

Tabela 61 – Variação percentual da população residente no concelho de Valença, com 65 ou mais anos de idade, por grupo etário

	65–69 anos	70–74 anos	75–79 anos	80– 84 anos	85 e + anos
2001 - 2011	0,7	0,8	-1,6	1,0	0,8
2011 - 2018	0,5	2,8	-3,7	-2,0	11,5

Fonte: PORDATA

Segundo os dados dos Censos 2011, o número de pessoas idosas do sexo feminino residentes no concelho era superior ao número de pessoas idosas do sexo masculino. Este facto também se verificou em todas as freguesias do concelho.

No ano 2011, o número de pessoas idosas com idades compreendidas entre os 65 e os 74 anos foi superior ao número de pessoas idosas com idade igual ou superior a 75 anos.

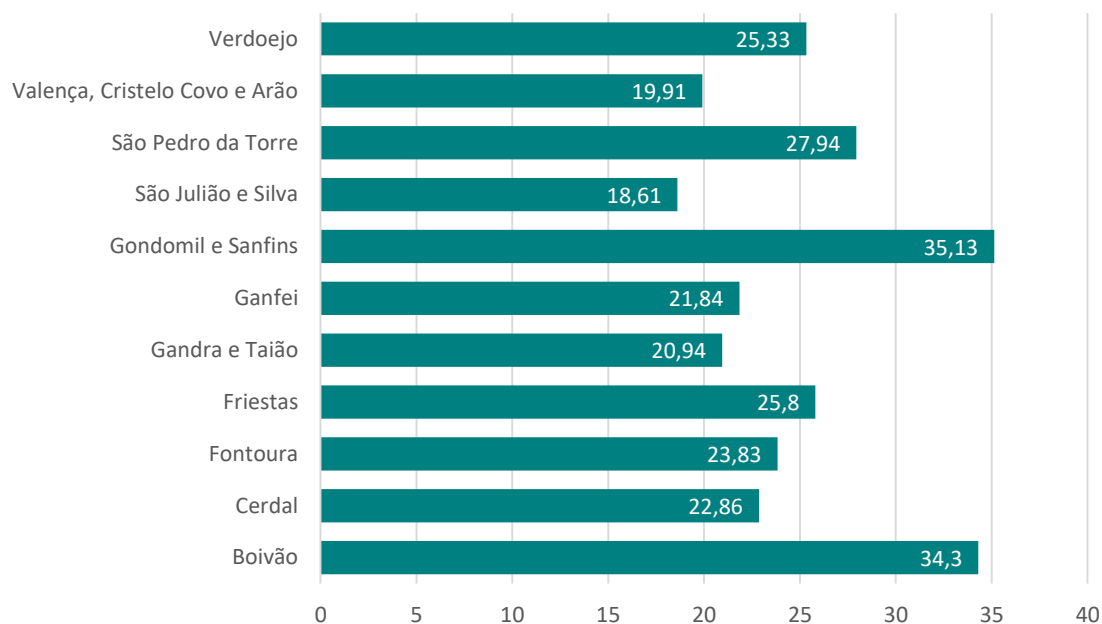
Tabela 62 – População residente no concelho de Valença, com 65 ou mais anos de idade, segundo o sexo e grupo etário, por freguesia (N.º) (2011)

	Total (+65)		Total		Entre 65 e 74 anos		Com mais de 75 anos	
	N.º	% da pop. da freg.	M	F	M	F	M	F
Valença (concelho)	3.197	22,63	1.299	1.898	727	887	572	1.011
Boivão	82	34,30	29	53	11	27	18	26
Cerdal	387	22,86	167	220	82	104	85	116
Fontoura	179	23,83	82	97	52	40	30	57
Friestas	145	25,80	58	87	35	39	23	48
Gandra e Taião	308	20,94	125	183	75	90	50	93
Ganfei	283	21,84	123	160	74	72	49	88
Gondomil e Sanfins	163	35,13	64	99	32	47	32	52
São Julião e Silva	116	18,61	48	68	25	35	23	33
São Pedro da Torre	354	27,94	144	210	83	102	61	108
Valença, Cristelo Covo e Arão	1026	19,91	398	628	224	289	174	339
Verdoejo	154	25,33	61	93	34	42	27	51

Fonte: INE, Censos 2011

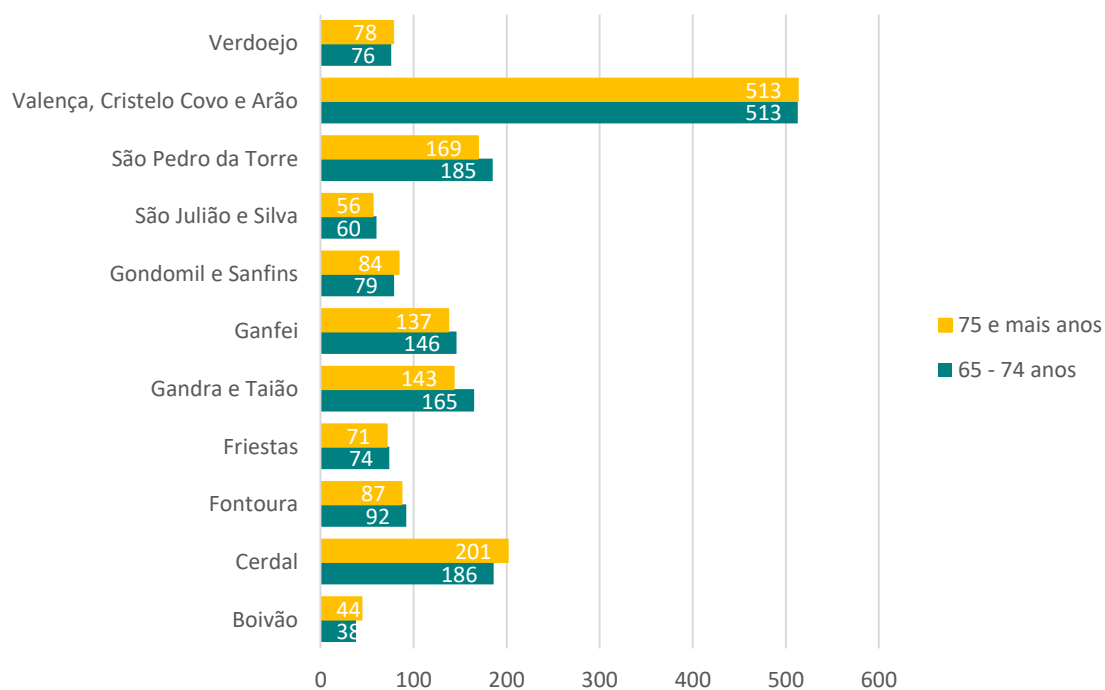
O concelho de Valença, apresentava em 2011, 22,63% da sua população com mais de 65 anos. Ao nível das freguesias as que apresentavam uma maior percentagem de população com mais de 65 anos, eram: Gondomil e Sanfins (35,13%), Boivão (34,30%) e São Pedro da Torre (27,94%).

Gráfico 28 – População residente no concelho de Valença, com 65 ou mais anos de idade, por freguesia (2011) (%)



Fonte: INE, Censos 2011

Gráfico 29 – População residente no concelho de Valença, com 65 ou mais anos de idade, segundo o grupo etário, por freguesia (N.º) (2011)



Fonte: INE, Censos 2011

O Índice de Dependência de Idosos tem vindo a aumentar desde o ano 2011, tendo registado valores sempre superiores aos da média nacional e bastante próximos da média da Região do Alto Minho. Valença é, ainda assim, o quinto município da Região do Alto Minho com valores mais baixos, estimando-se que no ano 2018, por cada cem pessoas entre os 15 e os 64 anos de idade, existiam aproximadamente trinta e nove residentes com idade igual ou superior a 65 anos.

A mesma tendência é visível para o Índice de Envelhecimento, que tem vindo a aumentar gradualmente desde 2011. O concelho de Valença, registou nos três anos referidos, valores superiores aos registados a nível nacional e na Região Norte. No ano 2018, estima-se que, por cada cem residentes com menos de 15 anos existam, aproximadamente, duzentas e vinte pessoas com idade igual ou superior a 65 anos.

Tabela 63 – Índice de Dependência de Idosos e Índice de Envelhecimento dos municípios da Região do Alto Minho (2011, 2014, 2018) (%)

Território	Índice de Dependência de Idosos ³⁴			Índice de Envelhecimento ³⁵		
	2011	2014	2018	2011	2014	2018
Portugal	28,5	30,7	33,9	125,8	138,6	159,4
Norte	24,7	26,8	30,7	111,8	128,7	159,6
Alto Minho	35,2	36,8	39,5	170,4	187,5	220,3
Arcos de Valdevez	53,2	55,2	56,4	270,2	291,5	334,0
Caminha	34,7	36,9	41,1	187,0	200,9	235,8
Melgaço	65,4	67,8	65,3	385,3	407,0	452,4
Monção	45,9	46,5	48,5	264,6	277,2	309,2
Paredes de Coura	43,9	45,8	45,8	216,7	230,7	243,3
Ponte da Barca	37,5	37,5	38,4	179,6	196,2	232,4
Ponte de Lima	29,9	31,0	33,1	127,3	141,5	175,8
Valença	33,9	35,5	39,4	168,2	183,7	220,2
Viana do Castelo	28,5	30,6	34,8	135,8	154,7	186,1
Vila Nova de Cerveira	33,6	35,2	36,0	160,5	173,9	202,2

Fonte: PORDATA, Anuário Estatístico da Região Norte 2018

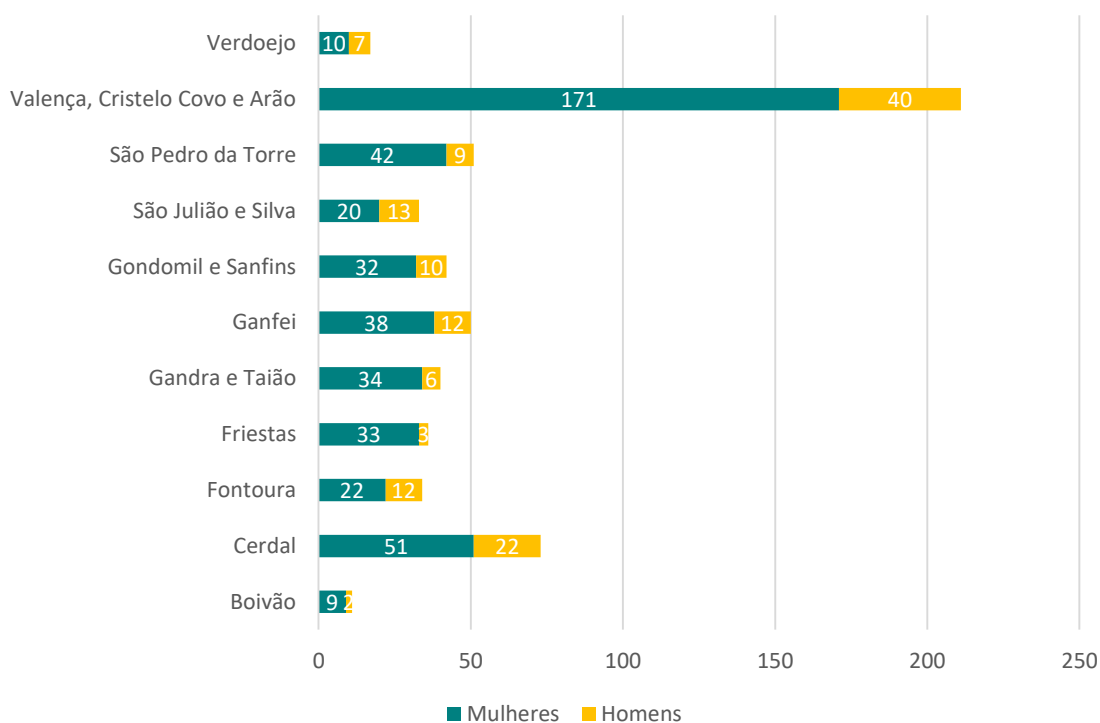
³⁴ **Índice de Dependência de Idosos:** Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (INE).

³⁵ **Índice de Envelhecimento:** Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (INE).

No ano de 2011, encontravam-se a residir no concelho de Valença 3.197 pessoas com idade igual ou superior a 65 anos, destas cerca de 18,7% (598 pessoas) residiam sós.

A grande maioria das pessoas idosas que residiam sós são do sexo feminino (77,26%), e encontravam-se na União de freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão (211 pessoas) seguida da freguesia de Cerdal (73 pessoas).

Gráfico 30 – População residente no concelho de Valença, com 65 ou mais anos, a residir só, segundo o género e a freguesia (2011) (N.º)



Fonte: INE, Censos 2011

Em Síntese:

- ▶ O número de pessoas com idade igual ou superior a 65 anos tem vindo a aumentar desde o ano 2001. Em 2018, eram 3.307 os residentes no concelho, pertencentes a este grupo etário;
- ▶ A maior variação positiva registada dentro deste grupo etário, verificou-se ao nível da população com idade igual ou superior a 85 anos, entre os anos de 2011 e 2018;
- ▶ Tem-se verificado um maior número de pessoas idosas do sexo feminino, face ao sexo masculino;
- ▶ No ano de 2011, e relativamente ao número total de residentes em cada freguesia, verificou-se que era nas freguesias de Gondomil e Sanfins (35,13%), Boivão (34,30%) e São Pedro da Torre (27,94%) onde a percentagem de população com mais de 65 anos era mais elevada;
- ▶ Em 2018, o Índice de Dependência de Idosos no concelho (39,4%) foi superior ao registado a nível nacional e da Região Norte;
- ▶ Relativamente ao Índice de Envelhecimento, nesse mesmo ano, o valor registado no concelho de Valença (220,2) foi também superior ao registado a nível nacional e na Região Norte;
- ▶ Ambos os Índices têm vindo a aumentar desde 2011, refletindo o aumento de população idosa face ao número de crianças e jovens e de população ativa residentes no concelho;
- ▶ No ano de 2011, 18,7% das pessoas com idade igual ou superior a 65 anos residiam sós, concentrando-se sobretudo na União de freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão.

8.2.4 Migrantes e Minorias

O concelho de Valença tem registado valores oscilantes no que respeita ao seu saldo migratório desde 2001. Em conformidade com o que se registou a nível nacional, verificou-se um acentuado decréscimo deste saldo entre 2001 e 2012, ano em que registou um saldo negativo de 59 (ou seja, o número de pessoas que emigrou foi superior ao número de pessoas que o concelho acolheu). Apesar de permanecer com valores negativos até 2016, desde o ano 2012 que o concelho foi melhorando o seu saldo migratório, encontrando-se em 2018 com um saldo positivo de 41.

Valença é o quinto concelho da Região do Alto Minho com maior saldo migratório em 2018 (41), de destacar que na região, os concelhos de Ponte de Lima e Viana do Castelo apresentam ainda um saldo migratório com valor negativo.

Tabela 64 – Saldo migratório dos municípios da Região do Alto Minho, nos anos 2001, 2011, 2014, 2016 e 2018

Território	Saldo migratório ³⁶				
	2001	2011	2014	2016	2018
Portugal	56.213	-24.331	-30.003	-8.310	11.570
Norte	7.035	-6.308	-16.131	-13.233	4.076
Alto Minho	1.409	-53	-815	-1.105	246
Arcos de Valdevez	178	42	-42	-86	75
Caminha	111	10	-48	-39	55
Melgaço	95	0	-21	-32	38
Monção	228	77	-12	-70	68
Paredes de Coura	64	16	-20	-36	12
Ponte da Barca	42	-8	-42	-54	20
Ponte de Lima	69	17	-147	-259	-65
Valença	132	-15	-50	-46	41

³⁶ **Saldo migratório:** Diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo (INE).

“Como a maioria dos países não possui valores exactos sobre imigração e emigração, o saldo migratório é geralmente calculado com base na diferença entre a variação populacional e o crescimento natural entre dois períodos (saldo migratório ajustado). Por conseguinte, as estatísticas sobre saldos migratórios são afectadas por todas as imprecisões estatísticas nas duas componentes desta equação, especialmente a variação populacional (metainformação – Eurostat).”

Viana do Castelo	361	-207	-411	-476	-51
Vila Nova de Cerveira	129	15	-22	-7	53

Fonte: PORDATA

Tabela 65 – Cenários futuros do Saldo Migratório (projeções 2025 – 2035)

Território	Saldo migratório (projeções)								
	2025			2030			2035		
	Baixo	Central	Alto	Baixo	Central	Alto	Baixo	Central	Alto
Portugal	-3577	11339	29415	-3143	12266	30813	-2951	12622	31193
Norte	-5477	-1832	2568	-5279	-1467	2801	-5059	-1176	2865
Centro	992	4817	9448	1061	4846	9528	1026	4693	9307
AML	2069	7028	13028	2096	7087	13257	2008	6886	13092
Alentejo	-58	609	1463	-39	725	1710	-31	814	1916
Algarve	440	1523	2840	444	1589	3039	417	1612	3151

Fonte: INE, Projeções da população residente

Segundo as projeções realizadas pelo INE, o saldo migratório tenderá a ter uma evolução positiva com o decorrer do tempo, ainda que na Região Norte este permaneça em valores negativos nos cenários baixo e central até 2035.

Antes de se apresentarem os dados referentes à imigração no concelho de Valença é importante referir que existem algumas condicionantes à análise deste fenómeno, nomeadamente, a alteração à Lei da Nacionalidade (2007) (que contribuiu para o aumento do número de nacionalizações e, simultaneamente, para o decréscimo do número de imigrantes), o desconhecimento do número de descendentes de imigrantes residentes e de imigrantes naturalizados e o número de cidadãos estrangeiros que têm sido acolhidos ao abrigo dos acordos de cooperação no domínio da saúde³⁷.

³⁷ No ano de 2017, foram atribuídos 1.914 vistos de estada temporária para tratamento médico (+69,7% face a 2008 e +16,9% face a 2016), simultaneamente foram atribuídos, nesse mesmo ano, 637 vistos para acompanhamento de familiar) (Relatório Estatístico Anual 2018, Observatório das Migrações – Imigração em Números).

Tabela 66 – População residente no concelho de Valença segundo a naturalidade da população (2011) (N.º)

Território	Total	Total de pop. estrangeira		Europ.	África	América	Ásia
		N.º	%				
Valença (concelho)	14127	1267	8,97	716	224	309	18
Boivão	239	14	5,86	8	1	5	0
Cerdal	1693	104	6,14	78	5	21	0
Fontoura	751	38	5,06	31	3	3	1
Friestas	562	41	7,30	27	12	2	0
Gandra e Taião	1471	137	9,31	97	13	23	4
Ganfei	1296	86	6,64	53	20	13	0
Gondomil e Sanfins	464	29	6,25	17	3	9	0
São Julião e Silva	623	51	8,19	43	2	5	1
São Pedro da Torre	1267	112	8,84	62	24	26	0
Valença, Cristelo Covo e Arão	5153	611	11,86	274	132	193	12
Verdoejo	608	44	7,24	26	9	9	0

Fonte: INE, Censos 2011

No ano de 2011, residiam no concelho 1267 indivíduos com naturalidade estrangeira (8,97% da população residente em Valença), dos quais 56,51% eram naturais de países da Europa.

Esta população concentrava-se, na sua maioria, na União das freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão (11,86% da população residente nesta União de freguesias era estrangeira) e na freguesia de Gandra e Taião (9,31%).

Tabela 67 – População estrangeira residente no concelho de Valença, por nacionalidade e grupo etário (2011) (N.º)

Território	Total	0 – 14 anos	15 – 64 anos	65 e mais anos
Valença	14127	1871	9059	3197
Estrangeira	436	64	337	35

Europa	255	35	187	33
África	18	1	17	0
América	147	24	121	2
Ásia	16	4	12	0
Dupla nacionalidade	671	91	445	135

Fonte: INE, Censos 2011

A população estrangeira residente no concelho, no ano de 2011, encontrava-se maioritariamente entre os 15 e os 64 anos de idade. Os residentes estrangeiros são na sua maioria provenientes do continente europeu, seguindo-se o continente americano. É ainda de destacar a população com dupla nacionalidade (representava 4,75% da população residente no concelho).

Tabela 68 – População estrangeira residente nos municípios do distrito de Viana do Castelo, com Título de Residência (2011, 2012, 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018) (N.º)

Território	População estrangeira						
	2011	2012	2014	2015	2016	2017	2018
Distrito de Viana do Castelo	3442	3210	2858	2850	3019	3127	3675
Arcos de Valdevez	199	200	179	189	190	203	232
Caminha	293	270	261	257	259	295	329
Melgaço	159	121	95	96	89	88	92
Monção	472	452	376	365	367	380	441
Paredes de Coura	89	38	37	38	46	60	77
Ponte da Barca	114	106	93	91	98	87	73
Ponte de Lima	265	258	227	213	229	270	315
Valença	518	479	404	394	411	408	437
Viana do Castelo	1104	1058	964	974	1088	1110	1449
Vila Nova de Cerveira	229	228	222	233	242	226	230

Fonte: SEF – Sefstat (Portal de Estatística)

De acordo com a informação do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, o número de estrangeiros residentes no concelho de Valença, com título de residência, tem vindo a aumentar nos últimos anos (2017 e 2018), depois de se ter verificado uma diminuição

entre 2011 e 2015. Esta é também a tendência verificada em todo o distrito de Viana do Castelo, excepto nos municípios de Vila Nova da Cerveira e Ponte da Barca, onde após um crescimento em 2016, voltou a verificar-se uma diminuição da população estrangeira com Título de Residência. .

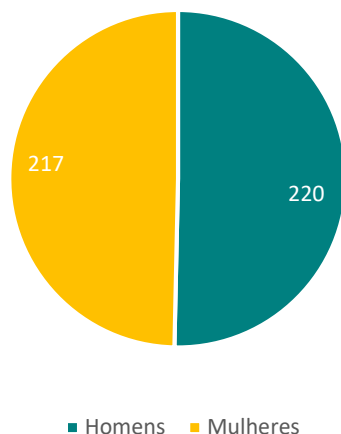
Tabela 69 – Residentes no concelho de Valença, segundo nacionalidade (2011, 2014, 2016 e 2018) (N.º)

	2011	2014	2016	2018
Valença (concelho)	518	404	411	437
Brasil	187	142	112	154
Espanha	135	102	122	93
Ucrânia	50	32	29	26
Roménia	25	26	24	20
Reino Unido	15	13	13	18
Itália	10	5	10	15
França	9	7	10	12
Cabo Verde	17	12	10	10
Outros países da Europa	26	15	19	26
Outros países da América	22	22	25	21
Outros países da Ásia	15	16	18	21
Outros países de África	7	12	19	21

Fonte: SEF – Sefstat (Portal de Estatística)

Ao analisarmos a evolução do número de residentes estrangeiros, segundo a sua nacionalidade, é possível verificar que, são os nacionais de países como o Brasil e de países da Europa, nomeadamente Espanha e países de Leste, que estão em maior número no território. Desde 2016, verifica-se que nacionalidades como a Brasileira e de países Europeus como: Itália, França e Reino Unido as que têm aumentado no concelho de Valença. Inversamente, o número de residentes estrangeiros naturais de países do Leste da Europa, como Ucrânia e Roménia, bem como de Espanha tem vindo a sofrer um decréscimo.

Gráfico 31 – População estrangeira residente no concelho de Valença, com Título de Residência, segundo o género (2018) (nº)



Fonte: SEF – Sefstat (Portal de Estatística)

Analisando os dados por género, não se verifica uma diferença percentual entre residentes Homens e Mulheres.

Comunidade Cigana no Concelho de Valença

Atualmente, estima-se que resida no município de Valença uma comunidade cigana de 51 a 100 elementos (representa até um máximo de 0,5% da população residente), distribuída por um máximo de 50 agregados familiares³⁸. De forma a melhor se caracterizar a comunidade cigana residente no concelho, destacamos a seguinte informação:

Tabela 70 – Caracterização da comunidade cigana residente no concelho de Valença (fevereiro de 2020)

N.º de agregados familiares	N.º médio de elementos por agregado	N.º total de pessoas	N.º total de homens	N.º total de mulheres
22	5	101	47	54

Fonte: CM Valença (fevereiro de 2020)

³⁸ IHRU (Caracterização das condições de habitação das comunidades ciganas residentes em Portugal)

Segundo informação disponibilizada pela Câmara Municipal de Valença, relativamente à comunidade cigana, encontram-se caracterizados 22 agregados familiares, que totalizam aproximadamente 100 pessoas, 54 das quais mulheres e 47 homens.

A maioria da população de etnia cigana tem entre 19 e 50 anos (42 pessoas) e até 12 anos de idade (30 crianças). A população adulta (>18 anos) tem baixas qualificações (38,8% completaram o 1ºCEB e 22,4% completaram o 2º CEB) e cerca de metade são beneficiários/as de RSI (26 pessoas).

Tabela 71 – Grupo etário, qualificações e situação face ao emprego da população de etnia cigana residente no concelho de Valença (fevereiro de 2020)

Grupo etário (n.º)				Nível de escolaridade completo da população com > 18 anos de idade (n.º e %)							
<12	13-18	19-50	>50	Nenhum		1º CEB		2º CEB		3º CEB	
30	19	42	8	9	18,4	19	38,8	11	22,4	10	20,4

Fonte: CM Valença (fevereiro de 2020)

Tabela 72 – Situação face ao emprego da população de etnia cigana residente no concelho de Valença (fevereiro de 2020) (N.º)

Integrado/ através de CEI	Beneficiário/a de RSI	Desempregado/a	Reformado/a
2	26	2	2

Fonte: CM Valença (fevereiro de 2020)

Relativamente à situação habitacional, a maioria dos agregados reside em habitações rudimentares (7 em barracas, 1 num contentor e 1 numa carrinha), em habitação social e em casas próprias ou arrendadas.

Tabela 73 – Situação habitacional dos agregados de etnia cigana residentes no concelho de Valença (fevereiro de 2020) (N.º)

Barracas/ contentor/carrinha	Habitação social	Casa própria/ arrendada	Espaço comercial
9	6	6	1

Fonte: CM (fevereiro de 2020)

Em Síntese:

- ▶ Em 2018, Valença é o quinto concelho da Região do Alto Minho com maior saldo migratório (41);
- ▶ No ano de 2011, a população estrangeira representava 8,97% da população residente no concelho;
- ▶ Em 2011, a freguesia com maior % de população estrangeira residente era a União das freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão (11,86%), seguida da Freguesia de Gandra e Taião (9,31%)
- ▶ De acordo com informação do SEF, o número de estrangeiros residentes no concelho (com título de residência) tem vindo a aumentar nos últimos anos. Em 2018 residiam no concelho 437 pessoas estrangeiras com título de residência;
- ▶ Em 2018, 35,24% da população estrangeira residente no concelho era proveniente do Brasil, seguindo-se a proveniente de Espanha (21,28%), Ucrânia (5,95%) e Roménia (4,58%);
- ▶ Residem no concelho de Valença aproximadamente 100 pessoas de etnia cigana, as quais apresentam indicadores que podem condicionar a sua integração social e laboral na comunidade, nomeadamente ao nível da educação, emprego e habitação.

8.2.5 Pessoas com deficiência e/ou incapacidade

A abordagem sobre deficiência e incapacidade adotada nos Censos 2011, assume as definições da Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF). Desta forma, entende-se por “deficiência” o estado da pessoa, face às alterações ou anomalias das estruturas e funções do corpo, incluindo as funções mentais. O termo “incapacidade” reporta-se aos diferentes níveis de limitações funcionais relacionados com a pessoa e com o seu meio ambiente (englobando deficiências, limitações na atividade e restrições de participação).

Desta forma, nos Censos 2011, a aferição dos tipos de deficiência foi realizada através de questões relacionadas com limitações funcionais (andar ou subir degraus, ver, ouvir, tomar banho ou vestir-se sozinho, memória ou concentração e compreender os outros ou fazer-se compreender).

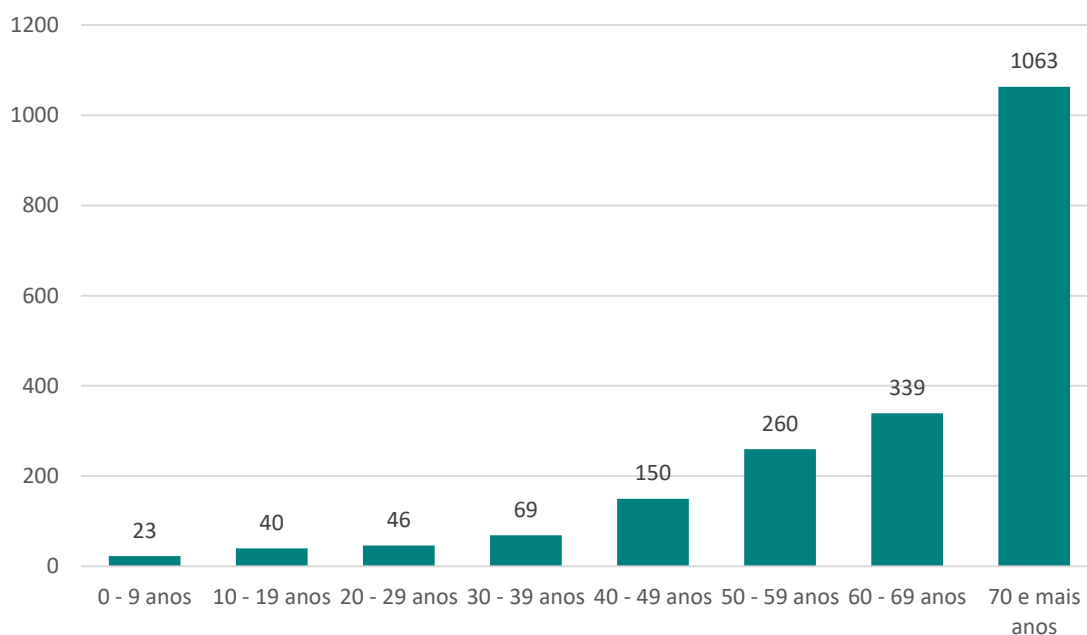
Tabela 74 – População residente no concelho de Valença, com pelo menos uma dificuldade, por freguesia e sexo (2011) (N.º)

Território	Total população residente	População residente com pelo menos uma dificuldade			% da população com pelo menos uma dificuldade
		Total	Homens	Mulheres	
Valença (concelho)	14.127	1990	782	1208	8,55%
Boivão	239	40	16	24	10,04%
Cerdal	1693	278	120	158	9,33%
Fontoura	751	180	77	103	13,72%
Friestas	562	67	25	42	7,47%
Gandra e Taião	1471	168	62	106	7,21%
Ganfei	1296	195	82	113	8,72%
Gondomil e Sanfins	464	94	33	61	13,15%
São Julião e Silva	623	110	49	61	9,79%
São Pedro da Torre	1267	183	77	106	8,37%
Valença, Cristelo Covo e Arão	5153	576	209	367	7,12%
Verdoejo	608	99	32	67	11,02%

Fonte: INE, Censos 2011

No ano de 2011, cerca de 1.990 residentes no concelho de Valença, referiram ter pelo menos uma das dificuldades enumeradas. Foram na sua maioria mulheres (60,7%) e com idade igual ou superior a 70 anos (1.063 residentes: 53,42%).

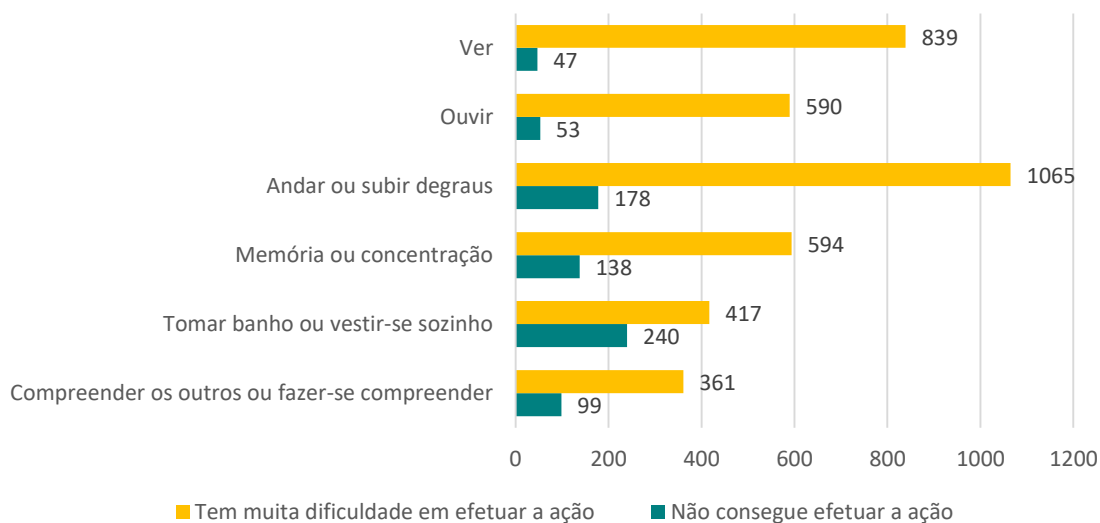
Gráfico 32 – População residente no concelho de Valença, com pelo menos uma dificuldade, por grupo etário (2011) (N.º)



Fonte: INE, Censos 2011

Identificando o tipo de dificuldade sentida, as dificuldades de mobilidade (andar ou subir degraus) e de visão são as reportadas em maior número, seguidas das dificuldades de memória ou concentração e de audição.

Gráfico 33 – População residente no concelho de Valença, com pelo menos uma dificuldade, por tipo e grau de dificuldade (2011) (N.º)



Fonte: INE, Censos 2011

Relativamente ao grau de dificuldade em executar as ações referidas, são as questões relativas ao autocuidado (tomar banho e vestir-se sozinho), à mobilidade (andar ou subir degraus) e à memória ou concentração as que são identificadas, em maior número, como não sendo possíveis de executar pelas pessoas que as reportaram.

Tabela 75 – População residente no concelho de Valença, com pelo menos uma dificuldade, que não consegue realizar a ação, por freguesia e por tipo de dificuldade (2011) (N.º)

Território	Ver		Ouvir		Andar ou subir degraus		Memória ou concent.		Tomar banho ou vestir-se sozinho		Compreender os outros ou fazer-se comp.	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Valença (concelho)	47	0,33%	53	0,38%	178	1,26%	138	0,98%	240	1,70%	99	0,70%
Boivão	1	0,42%	0	0,00%	4	1,67%	6	2,51%	8	3,35%	7	2,93%
Cerdal	9	0,53%	8	0,47%	22	1,30%	15	0,89%	27	1,59%	13	0,77%
Fontoura	11	1,46%	13	1,73%	21	2,80%	19	2,53%	18	2,40%	12	1,60%
Friestas	2	0,36%	1	0,18%	6	1,07%	6	1,07%	9	1,60%	4	0,71%
Gandra e Taião	4	0,27%	4	0,27%	22	1,50%	13	0,88%	30	2,04%	7	0,48%
Ganfei	2	0,15%	6	0,46%	16	1,23%	12	0,93%	25	1,93%	9	0,69%

Gondomil e Sanfins	0	0,00%	0	0,00%	4	0,86%	2	0,43%	8	1,72%	2	0,43%
São Julião e Silva	0	0,00%	1	0,16%	3	0,48%	3	0,48%	5	0,80%	5	0,80%
São Pedro da Torre	3	0,24%	1	0,08%	19	1,50%	7	0,55%	26	2,05%	5	0,39%
Valença, Cristelo Covo e Arão	12	0,23%	16	0,31%	61	1,18%	51	0,99%	79	1,53%	32	0,62%
Verdoejo	3	0,49%	3	0,49%	3	0,49%	6	0,99%	11	1,81%	5	0,82%

Fonte: INE, Censos 2011

No concelho de Valença, a incapacidade para “tomar banho e vestir-se sozinho” e para “andar ou subir degraus” surgem como dificuldades que foram referidas em maior número pelos residentes, contudo podemos analisar as incapacidades referidas pelos residentes por freguesia, sendo possível destacar: nas freguesias de Boivão e de S. Julião e Silva a incapacidade de compreender os outros ou fazer-se compreender surge com uma maior percentagem de população do que as questões de memória ou mobilidade; também na freguesia de Verdoejo surge com uma percentagem mais elevada do que a dificuldade de andar ou subir degraus.

Não se aferiu o número total e percentagem de população residente com incapacidade no concelho e por freguesia, devido poder existir a possibilidade de coexistência de incapacidade para mais do que uma ação.

Tabela 76 – População residente no concelho de Valença, com 15 e mais anos de idade e com pelo menos uma dificuldade, segundo o principal meio de vida (2011) (N.º)

	População residente com pelo menos uma dificuldade	
	N.º	%
Valença (concelho)	1941	100
Trabalho	225	11,59%
Reforma / Pensão	1423	73,31%
Subsídio de desemprego	35	1,80%
Subsídio por acidente de trabalho ou doença profissional	5	0,26%

Rendimento social de inserção	19	0,98%
Outro subsídio temporário (doença, maternidade, etc.)	11	0,57%
Rendimento da propriedade ou da empresa	12	0,62%
Apoio social	15	0,77%
A cargo da família	140	7,21%
Outro	56	2,89%

Fonte: INE, Censos 2011

No que concerne ao principal meio de vida, a grande maioria das pessoas que reportou ter pelo menos uma dificuldade encontra-se a reformada (73,31%) seguindo-se as que se encontram a trabalhar (11,59%) e as que estão a cargo da família (7,21%).

Através da diferença entre a população residente no concelho com pelo menos uma dificuldade e o número de residentes com idade igual ou superior a 15 anos, com pelo menos uma dificuldade, é possível concluir que, no ano 2011, existiam no concelho 49 crianças (até aos 14 anos de idade) com pelo menos uma dificuldade.

Em Síntese:

- ▶ No ano de 2011, existiam cerca de 1.990 residentes no concelho de Valença com pelo menos uma dificuldade, na sua maioria mulheres (60,7%) e com idade igual ou superior a 70 anos (1.063 residentes: 53,42%);
- ▶ Em 2011, e face ao número total de residentes nas freguesias e Uniãos de freguesias, destaca-se que foi na freguesia de Fontoura que se registou maior percentagem de população com pelo menos uma dificuldade (13,72%), seguida da freguesia de Gondomil e Sanfins (13,15%);
- ▶ As dificuldades de mobilidade (andar ou subir degraus), de visão e de memória ou concentração foram as referidas em maior número;
- ▶ As questões associadas ao autocuidado (tomar banho ou vestir-se sozinho), à mobilidade (andar ou subir degraus) e à memória e concentração são as que são referidas, em maior número, como não sendo possíveis de executar pelas pessoas que as reportam;
- ▶ Em 2011, a grande maioria das pessoas que reportou ter pelo menos uma dificuldade encontrava-se reformada (73,31%);
- ▶ No 2011, existiam no concelho 49 crianças (até aos 14 anos de idade) com pelo menos uma dificuldade identificada.

8. ÁREAS PRIORITÁRIAS DE DESENVOLVIMENTO

SOCIAL

Neste capítulo procuraremos identificar as principais áreas de intervenção no concelho de Valença, numa análise cruzada de dados estatísticos com a perceção dos atores. Pretende-se assim apresentar os constrangimentos existentes ao desenvolvimento social, mas também aquelas que são as atuais respostas, de modo a perspetivar possíveis linhas de ação.

8.1 Habitação

A dimensão “Habitação” não deve ser vista como uma área isolada, mas sim contextualizada com as restantes dimensões do território. Assim, e de uma forma sumária apresentam-se alguns dados que podem contribuir para um melhor entendimento e caracterização da habitação no concelho de Valença.

Do ponto de vista territorial, o concelho encontra-se limitado a norte e noroeste pela Galiza (município de Tui), a sul pelo concelho de Paredes de Coura, a oeste pelo concelho de Vila Nova de Cerveira e a leste pelo município de Monção, estando inserido numa região fronteiriça com grande dinâmica de transferências e movimentação de bens, serviços e população.

Tal como é destacado no Plano Diretor Municipal “a Rede de Cidades e Vilas do Norte Atlântico revela a condição periférica de Valença relativamente à área central Sul (Porto - Braga - Viana) da mesma forma que revela o seu carácter periférico em relação à área central Norte (Vigo - Corunha - Santiago). Mas é, justamente, esta dupla condição periférica que confere, a Valença, um estatuto inequivocamente central.” A centralidade e periferia simultâneas, de Valença, com as áreas central Norte e Sul apresentam-se como cruciais para potenciar o desenvolvimento, não só económico, como também social do concelho.

Valença tem no seu território diversas áreas e recursos que promovem o emprego, o empreendedorismo, o investimento e a fixação da população, destacando-se o parque

empresarial, a plataforma logística, a zona industrial de São Pedro e a Fábrica do Empreendedor. Também em áreas como o comércio e a agricultura é possível verificar a existência de associações e cooperativas, as quais podem facilitar e apoiar os empresários e investidores nestas áreas. O turismo, é também uma das áreas económicas de aposta do concelho de Valença, tendo sido definido como área prioritária de ação no Diagnóstico e Plano de Ação da Agenda 21 de Valença, onde se encontram definidos os seguintes objetivos:

- Elaboração do Plano de Turismo Sustentável para Valença do Minho;
- Elaboração do projeto de valorização turística de Valença;
- Promover a animação da fortaleza e zona envolvente.

Estas áreas de atratividade pretendem contribuir para a estratégia definida para a Região do Alto Minho no documento: “Estratégia & Plano Global de Ação: Visão, eixos temáticos e metas. Alto Minho 2020”, no qual as temáticas da competitividade, atratividade, conectividade e resiliência são orientadoras e basilares de todo o Plano.

As alterações demográficas que se têm vindo a observar no território também se refletem ao nível do parque habitacional. A diminuição gradual do número de residentes no concelho ao longo dos últimos anos, bem como, o envelhecimento da população residente têm contribuído, segundo a perceção dos atores locais, para a degradação do parque habitacional, quer pela incapacidade financeira dos proprietários em realizar obras de reabilitação do edificado, quer pela existência de habitações que não são de primeira habitação e que não são colocadas no mercado de arrendamento.

Esta realidade é também transversal a outros territórios do nosso país. Segundo o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU, 2015), nas últimas duas décadas foram construídas em Portugal um milhão e meio de habitações, no entanto continuam a persistir problemas relacionados com a degradação do parque habitacional dos centros urbanos antigos, com as necessidades de mobilidade das famílias e com os custos da habitação, especificamente no arrendamento.

A área da habitação foi considerada pelos atores locais como sendo prioritária do ponto de vista da intervenção social, já que é uma das áreas cruciais para o desenvolvimento social do concelho, nomeadamente através dos *workshops* realizados.

Com base nos diferentes momentos de recolha de perceções dos atores sociais e também do cruzamento com dados estatísticos relevantes, é possível identificar os seguintes problemas associados à área da habitação.

O problema que assume maior relevância, tendo sido identificado com maior frequência pelos atores locais, encontra-se relacionado com a dificuldade de acesso a habitação no concelho, a custos controlados e adequados (quer para aquisição ou arrendamento). Segundo estes, a pouca oferta habitacional (para arrendamento ou venda), para além de se encontrar relacionada com as causas referidas anteriormente (degradação do parque habitacional, existência de habitações devolutas e desabitadas), pode também estar associada ao aumento da população migrante e flutuante no concelho (ex.: estudantes), com a não adesão dos proprietários ao mercado de arrendamento (por receio de incumprimento do pagamento de rendas e da deterioração do imóvel pelos arrendatários), bem como, com o diminuto investimento na área da construção (verificou-se um aumento de cerca de 150 alojamentos familiares clássicos, entre os anos 2011 e 2018, segundo o PORDATA).

Como consequência tem-se assistido a um aumento significativo do valor das rendas e do valor do m² no território. Nesse sentido, é de referir que o valor mediano das rendas de alojamentos familiares com novos contratos de arrendamento tem vindo a aumentar no concelho de Valença, no primeiro semestre de 2019 foi de 3,18€/m², 3,14 €/m² no segundo semestre de 2018, quando em 2017 foi de 3,02 €/m² (INE, Estatísticas de Rendias da Habitação ao nível local). Estes elevados valores traduzem-se numa diminuição do número de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, que no 1º semestre de 2019, foi de 144, quando no mesmo período do ano anterior foi de 169 novos contratos.

O aumento significativo do valor das rendas dos alojamentos disponíveis, os valores elevados para aquisição de imóveis, ambos incompatíveis com a evolução dos rendimentos das famílias e as fracas condições de habitabilidade dos alojamentos para arrendar existentes no concelho, têm sido apontados pelos atores locais como fatores que contribuem para a saída de população jovem para outros territórios.

Assim, o abandono dos centros urbanos para outras localizações, fora do perímetro urbano ou mesmo para outro concelho, foi uma das consequências decorrentes destes fatores, apontadas pelos atores locais bem como a sobrelotação das habitações ou a utilização de habitações sem condições de habitabilidade.

Outro dos fatores identificados pelos atores locais que poderá contribuir para a saída da população mais jovem no concelho, por motivos relacionados com a habitação, prende-

se com a pouca oferta de habitação social e com a pouca rotatividade de beneficiários da mesma, bem como, com o desconhecimento de programas de apoio ao arrendamento e à reabilitação de habitações.

O número de pedidos de habitação social municipal no início do ano 2020 é de 70.

Outro dos problemas prioritários, ao nível da habitação, identificados pelo atores, prende-se com a dificuldade de integração de pessoas em situação de emergência social em respostas habitacionais, esta necessidade é reflexo da inexistência de respostas de emergência, para os diferentes grupos vulneráveis, e que é identificada a nível concelhio, regional e nacional.

Os grupos vulneráveis, apontados pelos atores locais, que necessitam de respostas habitacionais de emergência, são pessoas que vivenciam situações complexas decorrentes de fatores como o desemprego, violência doméstica, patologias de saúde mental, comportamentos aditivos, destruturação familiar, falta de redes de suporte, entre outras e que necessitam de uma intervenção sistémica e pluridisciplinar. A resposta habitacional de emergência é assim encarada como uma resposta necessária de entre outras no seio da intervenção a desencadear.

Neste âmbito está prevista a candidatura ao programa PARES, por parte da APPACDM para a implementação de uma área residencial para pessoas com deficiência e incapacidade, mas que ainda assim, não responde a outras populações mais vulneráveis.

É importante salientar que, atualmente, não existe no concelho uma política de habitação, visto que a competência dos assuntos relacionados com as problemáticas de habitação pertence ao Poder Central, sendo a Secretaria de Estado da Habitação e o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, IP os organismos de referência. O município está atento à Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH), nomeadamente, as Estratégias Locais de Habitação e o 1º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, pelo que já se encontram a ser implementadas no território.

Sistematizando os dados, no concelho de Valença observa-se a seguinte situação habitacional:

- Os alojamentos familiares clássicos predominam na estrutura habitacional do município;

- A ocupação dos alojamentos familiares de residência habitual é maioritariamente feita pelo proprietário (81%) sendo apenas 13% dos alojamentos arrendados;
- Em 2011 registavam-se 11% dos alojamentos familiares vagos no concelho. A União de freguesias de Gondomil e Sanfins era a que apresentava uma maior percentagem de alojamentos vagos no seu território, 14%, seguida da União de freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão, com 13%;
- Em 2018, Valença contava com 8.291 alojamentos familiares clássicos e com 6.978 edifícios de habitação familiar clássica;
- Constata-se a permanência de alojamentos não clássicos, principalmente na União de freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão (9 dos 11 alojamentos não clássicos, no ano de 2011). Os alojamentos coletivos representam 0,2% do total de alojamentos do concelho (sendo na sua maioria de natureza hoteleira: 85%);
- O número de alojamentos com proprietário ocupante (n=4.259) é superior ao número de alojamentos ocupados por arrendatário (n=706);
- De acordo com os Censos de 2011, o índice de envelhecimento dos edifícios do concelho era de 150,8;
- 2,13% dos edifícios que constituem o parque habitacional do concelho apresentam-se muito degradados e 20,7% têm necessidade de grandes reparações, ainda assim estes valores diminuíram em relação ao verificado em 2001;
- No 1º semestre de 2019, o valor mediano das rendas por m² de novos contratos de arrendamento, no concelho de Valença, era de 3,18€;
- Em 2019, existiam no total 81 fogos de habitação social em Valença (72 de habitação social municipal);
- Em 2019 residiam em habitação social 191 pessoas, maioritariamente de nacionalidade portuguesa;
- Ao nível de respostas habitacionais de emergência para grupos vulneráveis, verifica-se a inexistência de qualquer resposta no município neste âmbito.

Ainda assim, importa sistematizar algumas das medidas tomadas pela Câmara Municipal de Valença nos últimos anos, no que concerne à área da habitação e planeamento do território, com impacto positivo nas condições de vida da população:

- ▶ Revisão do PDM do concelho de Valença (publicado no Diário da República em Junho de 2010);
- ▶ Alteração ao regulamento municipal de urbanização e edificação (última versão de 2011);

- ▶ Definição do plano de urbanização AC (2016);
- ▶ Plano pormenor do parque empresarial (2014);
- ▶ Definição das Áreas de reabilitação urbana: centro histórico de Valença, área central de Valença ;
- ▶ Integração de Valença nas cidade e vilas de excelência ao nível das políticas de mobilidade;
- ▶ Definição do Regulamento Municipal para Recuperação de Habitações Degradadas de estratos sociais desfavorecidos (medida de apoio à execução de obras de recuperação e conservação de habitações degradadas);
- ▶ Concede anualmente 15 plantas sociais a agregados familiares carenciados, como incentivo à auto-construção e reabilitação de habitações.

Em síntese e em relação à área da habitação, pode-se destacar que, transversalmente ao território nacional, Valença necessita de um investimento na requalificação do parque habitacional (recuperação e reabilitação) e da melhoria do acesso a habitação a custos controlados.

Na perspetiva dos atores, estes consideram que Valença se debate atualmente com a necessidade premente de encontrar respostas habitacionais a custos controlados, na medida em que no território o seu número é reduzido. Neste sentido, a reabilitação do património habitacional degradado poderá contribuir para o aumento do número de fogos passíveis de serem arrendados.

O desfasamento entre os valores de aquisição de imóveis e de arrendamento praticados e os rendimentos das famílias surge como consequência da especulação imobiliária a que se assiste nos últimos anos e do número reduzido de habitações para arrendar (privado e social) e para compra existentes no território.

Importa ainda referir que a percentagem significativa de alojamentos vagos e outros que apresentam marcadas condições de degradação, identificados nos Censos de 2011, leva a pensar que a solução não deverá apenas passar pela construção de novos alojamentos, mas pela capacidade de regeneração do edificado de forma a proporcionar uma maior igualdade de oportunidade no acesso ao mercado da habitação, através de uma oferta mais adequada e acessível face aos rendimentos das famílias. Desta forma, e de acordo com as perceções recolhidas, parece tratar-se sobretudo da necessidade de definir novas políticas de habitação e ordenamento no concelho de Valença, com vista a uma resposta adequada não só às necessidades das famílias, como às características sociais, económicas e ambientais do território.

Apresentamos em seguida, uma síntese da percepção dos atores sobre os principais constrangimentos nesta área e recomendações para possível intervenção.

Constrangimentos	Indicadores	Recomendações
<p>Dificuldade de acesso a habitação</p>	<p>Elevado valor €/m² de fogos para arrendamento</p> <p>N.º de habitações sociais vs n.º de pedidos</p> <p>Diminuição do n.º de novos contratos de arrendamento</p> <p>Aumento alojamentos familiares clássicos</p> <p>Índice de envelhecimento e necessidade de obras dos edifícios</p> <p>Habitação social</p>	<p>Levantamento e caracterização dos edifícios disponíveis (devolutos ou não)</p> <p>Programa municipal de apoio ao arrendamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Subsídio para a requalificação de habitações desocupadas • Apoio específico a população mais vulnerável (rendas controladas) • Estabelecimento de parcerias público-privadas <p>Programa Municipal de Apoio à Reabilitação Urbana</p> <p>Revisão da política de habitação social do concelho (promover a rotatividade de ocupação; adequação dos fogos às famílias)</p>
<p>Dificuldade de integração de pessoas em situação de emergência social em respostas habitacionais</p> <p>(Vítimas de violência doméstica; acolhimento temporário a crianças e jovens; situações de doença mental; pessoas em situação de sem-abrigo; outras situações de vulnerabilidade social; pessoas com deficiência/incapacidade)</p>	<p>N.º de vítimas de violência doméstica;</p> <p>N.º de crianças e jovens em perigo;</p> <p>N.º de situações de doença mental sem suporte de apoio;</p> <p>N.º de pessoas em situação de sem-abrigo;</p> <p>N.º de pessoas com deficiência/incapacidade sem suporte de apoio</p>	<p>Reabilitação de edifícios públicos (casas dos cantoneiros, guardas florestais, escolas primárias, casas de leite) para situações de emergência;</p> <p>Criação de uma estrutura de acolhimento de emergência para dar resposta às situações de emergência pontuais (com equipa multidisciplinar que promova a autonomização)</p>

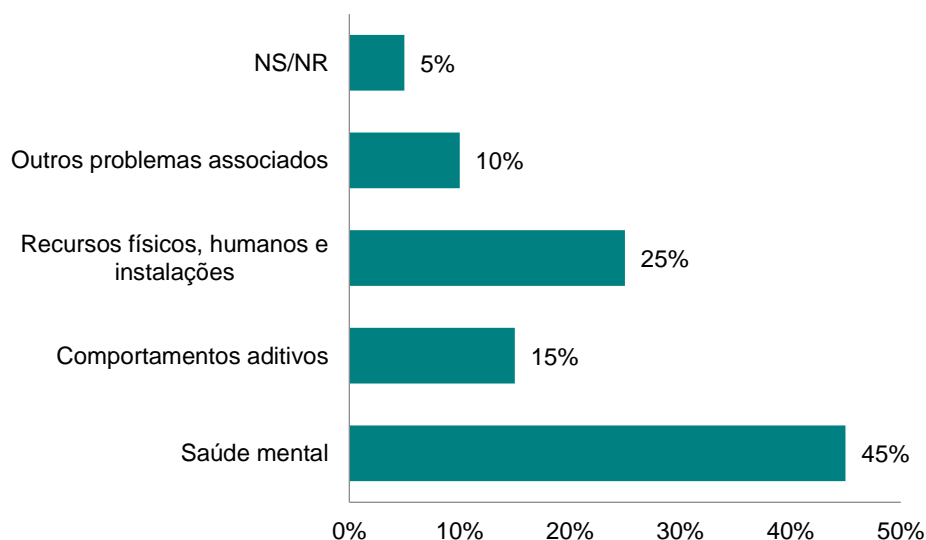
8.2 Saúde mental

A saúde é um domínio complexo, dependente de múltiplos fatores, biológicos, comportamentais, socioeconómicos e ambientais. Desta forma, a responsabilidade da promoção da saúde envolve todos os setores e é crucial no planeamento e desenvolvimento social dos territórios.

A área da saúde foi identificada como uma das mais importantes ao nível da intervenção social no território, tendo 50% dos atores sociais que responderam ao inquérito *online* identificado esta área entre a primeira e segunda mais importantes de intervir.

Os problemas associados a esta área identificados como de intervenção prioritária no inquérito *online* foram as questões associadas à saúde mental (45%) seguido da falta de recursos físicos, humanos e ao nível das instalações (25%), também os comportamentos aditivos foram, referenciados por 15% dos inquiridos como sendo uma questão problemática no território.

Gráfico 34 - Problemas identificados pelos atores locais como prioritários de intervenção na área “Saúde”



Fonte: Inquérito realizado aos parceiros do CLAS de Valença

A dimensão saúde é abrangente e incorpora múltiplos campos de intervenção e análise. No âmbito do processo de levantamento de problemas e necessidades associadas a este domínio, os atores sociais destacaram nos *workshops* realizados a área da saúde mental como área de intervenção prioritária.

A saúde mental é uma parte inseparável da saúde geral e do bem-estar do indivíduo, bem como é uma das áreas de maior relevância para a saúde das populações, sendo priorizada a nível nacional mediante o Programa Nacional para a Saúde Mental da DGS e, a nível regional, pelo Plano estratégico 2017-2019 da ARS do Norte, o tem como linha estratégica “Garantir o acesso aos cuidados de saúde, considerados adequados à satisfação das necessidades da população da região norte”. O primeiro objetivo estratégico remete para o cumprimento dos programas prioritários do Plano Nacional de Saúde, nomeadamente através de:

- Prevenir a depressão e o suicídio através da referenciação e acompanhamento das pessoas mais velhas que vivem sós;
- Melhorar a informação disponível nos CSP sobre perturbações depressivas.

O concelho de Valença a nível de respostas para a área da saúde mental, tem como hospital de referência o Hospital de Santa Luzia, situado em Viana do Castelo, com serviço de internamento, hospital de dia de Psiquiatria e consulta externa; existe ainda a equipa de saúde mental comunitária de Valença, a qual funciona no Centro de Saúde de Valença. Localmente existem consultas descentralizadas de Psicologia e Psiquiatria do Hospital de Santa Luzia. A Equipa Local de Intervenção tem uma psicóloga na equipa, que acompanha as crianças até aos 6 anos referenciadas. Os utentes da Equipa de Cuidados Continuados Integrados têm apoio psicológico ao abrigo de um protocolo com o município. Apesar destes recursos, os atores sociais identificam que as mesmas não conseguem dar resposta adequada às necessidades existentes na população, sendo claramente insuficientes.

Nesta área, a Região Norte, onde Valença se integra, tem acompanhado a tendência nacional de aumento da proporção de utentes com registo de demências, perturbações da ansiedade e perturbações depressivas. Na maioria dos anos compreendidos entre 2011 e 2016, a região Norte registou proporções mais elevadas de utentes com os três tipos de perturbações mentais, comparativamente o nível nacional. A proporção de utentes com registo de perturbações depressivas é superior à proporção de utentes com perturbações de ansiedade e demência.

Tabela 77 - Proporção de utentes com registo de demências, perturbações da ansiedade e perturbações depressivas entre os utentes inscritos ativos em CSP (%), por região de saúde (2011-2016)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Perturbações depressivas						
Norte	5,42	6,61	8,03	8,86	9,23	9,83
Centro	6,88	7,88	9,06	9,73	10,29	11,14
Lisboa e Vale do Tejo	3,71	5,23	5,74	6,63	7,50	8,00
Alentejo	6,05	7,23	8,74	9,62	10,30	11,13
Algarve	2,40	3,34	4,43	5,04	5,69	6,79
Portugal Continental	5,34	6,85	8,01	8,98	8,69	9,32
Demência						
Norte	0,44	0,55	0,68	0,75	0,74	0,79
Centro	0,51	0,60	0,71	0,78	0,79	0,87
Lisboa e Vale do Tejo	0,31	0,47	0,55	0,64	0,68	0,73
Alentejo	0,56	0,70	0,90	1,01	1,00	1,09
Algarve	0,19	0,28	0,42	0,49	0,53	0,63
Portugal Continental	0,40	0,53	0,67	0,72	0,73	0,79
Perturbações da ansiedade						
Norte	3,34	4,16	5,08	5,65	6,00	6,46
Centro	4,27	4,94	5,79	6,32	6,74	7,35
Lisboa e Vale do Tejo	1,88	2,79	3,21	3,81	4,45	4,96
Alentejo	4,14	4,97	6,04	6,70	7,20	7,86
Algarve	1,44	2,09	2,96	3,45	3,95	4,71
Portugal Continental	3,51	3,77	4,49	5,07	5,54	6,06

Fonte: Programa Nacional para a Saúde Mental - 2017

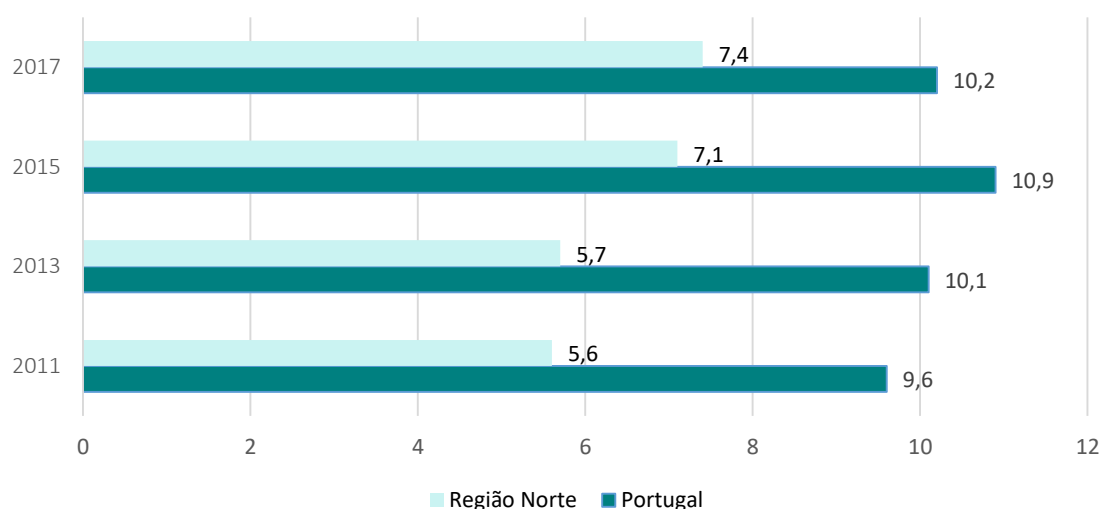
Mais concretamente em relação ao concelho de Valença, verifica-se a existência de fatores que podem contribuir para o aumento e manutenção das situações de doença mental, nomeadamente, um maior número de pessoas com demência, associado ao gradual envelhecimento da população no concelho.

Não dispondo de dados relativos à população afetada por doenças mentais ou psiquiátricas (em acompanhamento), o que constitui uma fragilidade evidente no sentido do conhecimento fundamentado acerca da evolução do número de doentes, verifica-se, de acordo com o Plano Local de Saúde do Alto Minho – extensão 2020, que a taxa de mortalidade prematura por suicídio entre 2001 e 2010, na Região do Alto Minho tem vindo a aumentar, situando-se acima da taxa do continente e da Região Norte. No ano 2012, as perturbações depressivas foram o quinto problema de saúde mais registado ao nível dos CSP, na ULSAM.

Os dados do INE (Estatísticas da Saúde, 2017), relativamente ao número de consultas externas hospitalares na Região do Alto Minho, no ano de 2017, de Neurologia, Psiquiatria e Psiquiatria da Infância e da Adolescência, não se encontram disponíveis. Ainda assim, no ano 2017, a Região Norte registou 207.687 consultas de Neurologia, 311.839 consultas de Psiquiatria e 53.887 consultas de Psiquiatria da Infância e da Adolescência.

Considerando em específico a Região Norte, a taxa de mortalidade por suicídio da população residente nesta área aumentou entre 2011 e 2017, apresentando valores abaixo da média nacional.

Gráfico 35 – Taxa de mortalidade padronizada por suicídio, por 100 000 habitantes na Região Norte (%)



Fonte: INE – Óbitos por causas de morte

A dificuldade de acesso a respostas sociais e de saúde preventivas e de acompanhamento para a população ao nível da saúde mental foi fortemente identificada pelos atores sociais como um problema no concelho de Valença.

De acordo com as perceções recolhidas, esta é uma problemática transversal a todo o território municipal, traduzindo-se na existência de poucas respostas e serviços nesta área, em particular no que diz respeito à prevenção, diagnóstico, tratamento e acompanhamento das pessoas com doença mental em contexto comunitário/residencial, quer ao nível das equipas de intervenção comunitária, quer ao nível de equipamentos/estruturas físicas.

Neste sentido, os atores consideram que as principais dificuldades ocorrem devido à insuficiência de recursos humanos e de respostas estruturais, que origina uma sobrecarga ao nível das respostas existentes e com impacto nas famílias / cuidadores informais, que em muitos casos não estão capacitadas e/ou não têm disponibilidade para tal, uma vez que trabalham, e/ou não têm capacidade económica para garantir uma resposta adequada no setor privado. Desta forma, criam-se situações de grande desproteção das pessoas com doença mental.

No que respeita às causas apontadas para estes problemas, são referidas pelos intervenientes i) falta de capacidade das estruturas de saúde existentes para assegurar a regularidade requerida pela maioria das situações de doença mental; ii) insuficiência de respostas comunitárias que proporcionem um acompanhamento regular e inexistência de respostas concelhias de acompanhamento estruturadas; iii) dificuldade de rede familiar assegurar os cuidados adequados (inexistência e envelhecimento da rede de cuidadores); iv) insuficiência económica da população que impede o acesso a respostas/serviços privados; v) falta de informação da comunidade, mas também falta de formação nesta área para profissionais e cuidadores informais; vi) pouco investimento em iniciativas de prevenção / literacia em saúde na área da saúde mental e vi) isolamento social a que alguns grupos estão sujeitos.

De acordo com os atores, verifica-se em algumas situações uma desproteção destas pessoas manifestando-se num agravamento da doença/estado de saúde psicológico; um desgaste/sobrecarga dos cuidadores que muitas vezes se sentem incapazes de dar

resposta adequada às problemáticas; isolamento dos doentes ou a sua integração em respostas pouco adequadas.

A prevalência de sintomatologia depressiva é superior em pessoas mais idosas, que se encontrem em situação de desemprego, inativas e ainda com níveis de escolaridade mais baixos (INE, 2015). Esta é também a perceção dos atores sociais do concelho de Valença, pelo que propõem uma intervenção ao nível da prevenção em grupos populacionais com idade igual ou superior a 55 anos, com baixos rendimentos e que se encontram em situação de isolamento e desproteção social e familiar.

No caso particular do aumento do número de pessoas diagnosticadas com “demência”, para o qual tem contribuído o envelhecimento da população, acresce para além dos aspetos anteriormente referidos, o desfasamento existente entre as respostas disponibilizadas pelos serviços de saúde e sociais e as necessidades crescentes desta população, o que segundo os atores sociais, reflete o pouco investimento para a criação de respostas nesta área.

Em linha com estes dados está o facto de nos países ocidentais industrializados, as perturbações psiquiátricas e os problemas relacionados com a saúde mental se terem tornado a principal causa de incapacidade e uma das principais causas de morbilidade e morte prematura (Plano Nacional de Saúde Mental, 2007-2016). Em 2010, as perturbações depressivas eram o terceiro motivo de carga global de doença e em 2030 prevê-se que sejam o primeiro, a nível mundial, com agravamento das taxas de suicídio e para-suicídio.

De acordo com informação da Sociedade Portuguesa de Psiquiatria e Saúde Mental (2016), Portugal é o segundo país da Europa com maior prevalência de doenças psiquiátricas, sendo que mais de um quinto dos portugueses sofre com estas patologias. As perturbações mentais e do comportamento representam 11,8% da carga global das doenças em Portugal, sendo apenas ultrapassadas pelas doenças cérebro-cardiovasculares (13,7%).

Segundo o Conselho Nacional de Saúde Mental (2013), existem grupos populacionais mais vulneráveis e fatores de risco para o aparecimento de doença mental. O

desemprego, empobrecimento e ruturas familiares estão entre as causas mais frequentes para o aumento do risco de doença mental, nomeadamente, depressão, aumento de consumo de álcool e suicídio. Os homens têm um risco aumentado de doenças mentais, bem como jovens desempregados, e grupos com maior dependência (crianças, idosos e pessoas com doenças crónicas incapacitantes).

Apesar de se registarem avanços positivos no âmbito das respostas de saúde e sociais nesta área, nomeadamente, a criação de serviços descentralizados e o desenvolvimento de programas e estruturas de reabilitação psicossocial, ainda se verifica uma falta de planeamento e de apoio consistente dos serviços de saúde mental em Portugal. Segundo o Plano Nacional de Saúde Mental (2007-2016), os serviços de saúde mental em Portugal, sofrem de insuficiências graves, a nível da acessibilidade, da equidade e da qualidade de cuidados. Dos resultados obtidos, destaca-se:

- O número de pessoas com doença mental, que procura os serviços de saúde (1,7%), é extremamente baixo relativamente ao que seria de esperar (sabe-se que 5 a 8% da população sofre de uma perturbação psiquiátrica de certa gravidade em cada ano).
- O internamento é a resposta preferencial (83%) e que consome a maioria dos recursos, quando a evidência científica prova que as intervenções na comunidade, são as mais efetivas e as preferidas pelos utentes e suas famílias. É importante referir que, desde 2013, tem-se registado uma ligeira redução no número de internamentos, a qual poderá ser devida a uma diminuição da acessibilidade aos serviços especializados, mas também ao trabalho comunitário desenvolvido pelos serviços locais (Programa Nacional para a Saúde Mental 2017).

Ainda assim, apesar dos esforços e avanços, os recursos humanos atribuídos à saúde mental são ainda poucos, o que tem condicionado o desenvolvimento e a melhoria de serviços neste setor, o que é preocupante dado o impacto das doenças mentais na vida das pessoas. No entanto, existem algumas oportunidades que poderão ajudar a superar algumas das dificuldades, nomeadamente, as equipas prestadoras da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental (RNCCISM), a implementação de unidades de saúde mental comunitária (USMC), as respostas existentes nas unidades de saúde familiar e nas unidades de psiquiatria e saúde mental nos hospitais gerais.

A necessidade de se implementarem programas locais, que envolvam os diversos atores (autarquias, saúde, segurança social, instituições de solidariedade social, entre outros) é de extrema importância para a promoção da saúde e prevenção da doença mental.

Apresentamos em seguida, uma síntese da perceção dos atores sobre os principais constrangimentos nesta área e recomendações para possível intervenção.

Constrangimentos	Indicadores	Recomendações
Dificuldade de acesso de pessoas com doença mental a respostas adequadas às suas necessidades	<p>Incapacidade de resposta pelas entidades locais;</p> <p>Pessoas sem respostas ao nível de diagnóstico, acompanhamento e tratamento;</p> <p>Insuficiência económica que condiciona o acesso a serviços privados.</p>	<p>Aumento das respostas a nível territorial, descentralizadas e de fácil acesso às populações com vista ao tratamento</p> <p>Abertura formal de unidades e equipas prestadoras de cuidados continuados integrados de saúde mental para a população adulta, infância e juventude</p> <p>Fomentar equipamentos com respostas para esta população (ocupação diária, residencial, apoio domiciliário, etc)</p> <p>Criação de resposta de ambulatório/equipa comunitária de proximidade à população</p> <p>Formalização de parcerias entre entidades no concelho para constituição de uma resposta adequada às necessidades da população com perturbação mental e comportamental</p>
	<p>Sobrecarga dos cuidadores informais;</p> <p>Cuidadores formais e informais sem formação e conhecimento específico ao nível da saúde mental</p>	<p>Capacitação de cuidadores formais e informais</p> <p>Constituição de redes de apoio a cuidadores informais</p> <p>Sensibilização e formação dos cuidadores em respostas sociais</p> <p>Maior trabalho de parceria e em rede que permita prevenir, detectar, denunciar e corrigir situações anómalas</p>
Comunidade pouco sensibilizada e informada sobre questões relacionadas com a saúde mental	Fraca integração no mercado de trabalho de pessoas com doença mental	Promover uma ação concertada no âmbito da intervenção em saúde mental, em articulação com Saúde, Autarquia, Instituições do concelho, que atuem ao nível da prevenção, monitorização e acompanhamento

	Preconceitos existentes na comunidade em relação às patologias mentais	Realização de iniciativas no âmbito da “educação para a saúde” / “literacia em saúde” Promoção de programas de prevenção e promoção da saúde
--	--	---

8.3 Ação Social, Família e Comunidade

A Ação Social assume, no âmbito do desenvolvimento social, um eixo de intervenção prioritário. Esta dimensão é indissociável das restantes, e não pode ser entendida sem ter em consideração domínios como a educação, a saúde, a habitação, o emprego e a segurança, entre outros. Assim, as alterações demográficas, políticas, sociais, económicas, culturais e tecnológicas que se fazem sentir de forma acelerada na nossa sociedade, encontram-se também refletidas nas famílias.

Devido ao facto de a área “Ação Social, Família e Comunidade” ser muito abrangente iremos centralizar a análise nos problemas e necessidades identificados pelos atores sociais. Assim, a fragilidade das competências parentais, sociais e pessoais das famílias sinalizadas e a necessidade de um maior envolvimento e participação dos pais na vida escolar dos filhos foram as questões mais referidas pelos atores, na resposta ao inquérito *online* e no âmbito dos *workshops* realizados.

Desde a sua génese que, o “ser” mãe e o “ser” pai, se constituem como uma sequência de processos que correspondem a transições, com desafios e oportunidades, e para os quais concorrem uma diversidade de fatores internos, externos, pessoais e sociais. De acordo com Cardoso, Silva e Marín (2015), o nascimento de um filho, para além de representar mudança na vida de uma família, é também um evento crítico caracterizado pela reorganização individual, conjugal e social.

Entende-se que a parentalidade pode representar quatro dimensões: assumir a responsabilidade do exercício efetivo do papel; otimizar o crescimento e o desenvolvimento da criança; integrar a criança na família e agir de acordo com os comportamentos esperados de alguém que é mãe/pai (International Council of Nurses, 2011).

A dimensão competência remete para o conjunto de conhecimentos teóricos ou práticos que uma pessoa domina, de requisitos que preenche e são necessários para um dado fim e como uma qualidade de quem é capaz de resolver determinados problemas ou de exercer determinadas funções (Cardoso, Silva e Marín, 2015).

No entanto existem duas sub-dimensões a considerar: competência e competências. A primeira é entendida como a mobilização apropriada de diversos recursos cognitivos (saberes, informações, valores, atitudes, habilidades, inteligência, esquemas de perceção, avaliação e raciocínio) para resolver um problema. A segunda remete para o

conjunto de conhecimentos, comportamentos (habilidades) e disposições (atitudes) que permitem realizar uma ação com êxito, e que indicam formas de agir ou pensar, podendo ser melhoradas à medida que a pessoa aprende e se ajusta ao ambiente (Fleury & Fleury, 2001, citados por Cardoso, Silva e Marín, 2015).

Aplicando os conceitos à esfera parental, entende-se por competências parentais, o conjunto de conhecimentos, de comportamentos e de atitudes que facilitam e otimizam o desempenho do papel parental, garantindo o potencial máximo de crescimento e desenvolvimento da criança (Cardoso, Silva e Marín, 2015). Ainda no âmbito da parentalidade, os conhecimentos e os comportamentos parentais podem ser entendidos como: a compreensão do desenvolvimento da criança e a familiaridade com as tarefas parentais, relacionadas com as decisões em torno dos cuidados, com a capacidade de avaliar e de interpretar os comportamentos da criança, com o desempenho das tarefas parentais e com a interação com a criança (Ribas & Bornstein, 2005; Ribas, Moura & Bornstein, 2007).

A negligência parental surge desta forma associada à falta de conhecimento ou competência parental para educar, supervisionar e responder às necessidades dos filhos menores (Camilo e Garrido, 2013).

De acordo com a perceção dos atores sociais, a falta ou fragilidade das competências parentais, sociais e pessoais tem-se refletido em situações de negligência ao nível da higiene pessoal dos filhos, da realização de uma alimentação adequada, bem como, do pouco envolvimento que têm no percurso educativo dos menores, o que tem reforçado uma atitude de desvalorização da educação pelos próprios, culminando até em situações de insucesso, absentismo e abandono escolar.

As situações de negligência de crianças e jovens continuam a ser as principais situações de perigo sinalizadas em Portugal. Apesar de se ter registado uma diminuição do número de processos abertos por este motivo no ano 2018, face ao ano anterior, estes representaram 43,1% das situações sinalizadas (Relatório de Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, 2019). As situações de negligência mais prevalentes (47%) incidem ao nível psicoafetivo, educativo, da saúde e face a comportamentos da criança / jovem.

Na CPCJ de Valença, as situações acompanhadas por negligência têm vindo a oscilar nos últimos três anos, tendo registado um ligeiro aumento no ano 2017. No ano 2018, foram a terceira problemática mais prevalente entre os processos acompanhados.

Segundo Delgado (1996), negligência significa descuido e falta de cuidado, sendo considerada uma forma frequente de mau trato infantil que se traduz na dificuldade ou na incompetência dos pais para salvaguardarem a saúde e o bem-estar da criança.

As situações de negligência perante as crianças e jovens podem manifestar-se em diferentes áreas, de forma consciente ou inconsciente, pontual ou permanente, nomeadamente ao nível da provisão das necessidades básicas (como a alimentação, higiene, vestuário), no acompanhamento da sua situação de saúde, ao nível educativo (omissões parentais no acompanhamento escolar), ao nível psico-afetivo (afetando diretamente o desenvolvimento e saúde mental da criança), por falta de supervisão e acompanhamento familiar (omissões a nível dos cuidados com a segurança física, socialização, estimulação e acompanhamento) e face a comportamentos da criança e do jovem (Calheiros, 2006).

De acordo com diversos estudos realizados, foram identificadas como consequências da negligência alterações ao nível da saúde física (por exemplo, má nutrição, infeções respiratórias ou gastrointestinais, problemas auditivos, visuais ou auto-mutilação da criança), em âmbito escolar (elevados níveis de absentismo e abandono escolar), no desenvolvimento moral e social da criança (falsa maturidade, dificuldades nas relações sociais, isolamento) e da sua própria segurança (ameaça à integridade física decorrente de falta de supervisão).

A revisão de literatura suporta as perceções dos atores locais sobre o reflexo da falta de competências parentais. Segundo os atores, as situações de negligência parental refletem-se em comportamentos de indisciplina das crianças, dificuldades de aprendizagem, baixos resultados escolares, outros problemas de comportamento, bem como abandono, absentismo e insucesso escolar. De acordo com informação da CPCJ de Valença, no ano 2018, a segunda causa mais frequente pela qual as crianças/ jovens foram sinalizados, poderá refletir comportamentos negligentes dos pais ao nível do acompanhamento dos seus filhos (“criança/jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada”).

De acordo com a literatura, existem alguns modelos teóricos que nos podem ajudar a compreender melhor o fenómeno da negligência, nomeadamente o Modelo Ecológico de Desenvolvimento Humano (Bronfenbrenner, 1997), o Modelo de Belsky (1993) e o Modelo Transacional de Cicchetti e Rizley (1981). Estes modelos perspetivam a negligência como resultante de um processo de interação entre o sistema pais-criança-

meio, contemplando igualmente fatores de risco. Segundo estes modelos, os fatores de vulnerabilidade podem ser constantes (quando incluem fatores a longo termo, de ordem biológica, histórica, psicológica ou ecológica) ou flutuantes (quando as condições indutoras de stress na família que podem levar os pais ao mau trato ou negligência, são transitórias) (Camilo e Garrido, 2013).

Outra das causas que poderá contribuir para situações de negligência parental, prende-se com falhas ou enviesamentos no processamento de informação, podendo assim decorrer da incapacidade dos cuidadores em perceber os sinais e estados da criança, interpretar corretamente estes sinais e selecionar e implementar uma resposta adequada (Camilo e Garrido, 2013).

Existem, no entanto, fatores que por si só podem ser potenciadores ou compensatórios de negligência parental. Seguidamente destacamos os fatores que podem potenciar situações de negligência parental:

- Fragilidade económica das famílias (escassez de recursos financeiros e materiais; dificuldade em suprir as necessidades básicas). É importante referir que a pobreza não tem relação direta com a negligência, esta surge sim associada a fatores de risco decorrentes da situação de pobreza, que aumentam a experiência de situações geradoras de stress e de desgaste psicológico;
- Condições de habitação desadequadas;
- Instabilidade no emprego ou desemprego;
- Isolamento social;
- Baixa inserção sócio-cultural;
- Exposição a situações de violência doméstica;
- Abuso de substâncias por parte dos cuidadores (são considerados como indutores de padrões de interação negativos, baixos níveis de competência parental e problemas graves de saúde);
- Psicopatologia dos cuidadores;
- Ambientes caóticos (ambientes organizados e com rotinas padronizadas tendem a promover o desenvolvimento de competências cognitivas adequadas).

As práticas parentais negligentes podem também ser prevenidas ou mitigadas, pela existência de fatores compensatórios e que potenciam os pontos fortes das famílias, nomeadamente:

- Promoção de adequado desempenho parental;
- Suporte social (formal ou informal) – tem como função “amortecer” os sentimentos de stress experienciados pelos pais;
- Estrutura familiar (maior probabilidade de ocorrerem práticas negligentes em famílias monoparentais e numerosas; ativação da relação intergeracional);
- Ambiente familiar organizado (com definição de rotinas);
- Padrões de vinculação segura com o cuidador principal;
- Características da personalidade da própria criança (capacidade de auto-regulação, gestão de emoções e resolução de problemas).

Segundo os atores sociais, a falta de competências parentais não é exclusiva das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade económica, no entanto, referem como estando associados a negligência parental, a fragilidade económica (“pobreza”)³⁹, rotinas desajustadas que se refletem ao nível da educação e da gestão familiar e doméstica, a exposição a situações de violência doméstica (25 situações sinalizadas à CPCJ no ano 2016) e as baixas expectativas que têm sobre o percurso escolar dos seus filhos, o que se encontra em linha com os fatores de risco já referidos.

No âmbito da negligência ao nível educativo, um dos aspetos que os atores sociais destacam como de maior relevo é a necessidade de maior envolvimento e participação dos encarregados de educação na vida escolar dos seus educandos.

Segundo o Projeto “Família e Escola: Co-construção de percursos de relação em torno dos educandos”, realizado no concelho de Valença durante o ano 2018, existe uma perceção generalizada sobre a importância de uma boa relação/articulação entre a família e a escola, nomeadamente para o sucesso educativo. Os resultados do Projeto revelam que o grau de proximidade e a diversidade de estratégias de promoção da participação variam consoante o nível de ensino, sendo superiores no ensino pré-

³⁹ Segundo dados do Projeto School4All, a existência de carência económica foi o indicador com maior destaque no âmbito da população escolar caracterizada (458 crianças e jovens), seguida de presença de psicopatologia (ex.: ansiedade, Perturbação de Hiperatividade e Déficit de Atenção) (112 crianças e jovens), falta de participação dos Encarregados de Educação na vida escolar dos filhos (55 crianças e jovens) e de um contexto familiar problemático (violência doméstica, consumo de álcool e substâncias ilícitas por parte dos progenitores) (45 crianças e jovens)

escolar e no 1º CEB. O grau de participação vai diminuindo ao longo do percurso de escolaridade e é menor entre pais cujos educandos apresentam resultados escolares menos satisfatórios e/ou com comportamentos percebidos como desadequados. Como possíveis fatores que podem influenciar, negativamente, a participação dos encarregados de educação, destacam-se o trabalho por turnos e os estereótipos e conceções negativas existentes da escola sobre a família e vice-versa.

No âmbito da intervenção, e considerando a manutenção da criança na sua família de origem, é fundamental equacionar respostas de intervenção integradas na família, que por um lado possam providenciar recursos relacionados com as necessidades básicas, mas também possam responder às necessidades psicossociais e educativas.

É também crucial na intervenção ter um olhar sobre as competências e potencialidades existentes nas famílias, não descurando os fatores de risco existentes. Se evidenciarmos uma perspetiva fundada na ideia de disfuncionalidade, encontraremos mais facilmente um cenário pessimista. As famílias podem enfrentar crises sucessivas, mais ou menos duradoras no tempo, mas vão conseguindo seguir em frente com mais ou menos facilidade e sucesso (Dinis, Ribeiro e Francisco, 2014).

Seguindo o modelo preconizado no âmbito do desenvolvimento social e da intervenção social, será tão mais bem sucedida a intervenção que promover o desenvolvimento e capacitação dos indivíduos, colocando à sua disposição serviços e recursos que possam ser potenciadores de mudança.

As perspetivas ecológicas contribuíram assim para que os serviços centrados na família diversificassem o tipo de intervenções considerando diversos níveis de influências contextuais que interagem entre si, e com as características da criança, na construção dos seus percursos desenvolvimentais (Melo e Alarcão, 2009).

Outros exemplos de intervenções centram-se em programas de intervenção intensiva para a preservação da família, programas compreensivos e multimodais, programas de treino de competências parentais, intervenções de suporte social, programas de prevenção focados na família e que visam o seu fortalecimento, entre outros.

As pistas de intervenção referidas pelos atores sociais, enquadram-se no modelo de capacitação das famílias, pelo que sugerem programas de educação parental e um acompanhamento individualizado e de proximidade às famílias. São também referidas pelos atores, estratégias que potenciem um trabalho articulado e multidisciplinar

(educação, saúde, emprego), de forma a promover um acompanhamento regular e concertado.

Apresentamos em seguida, uma síntese da perceção dos atores sobre os principais constrangimentos nesta área e recomendações para possível intervenção.

Constrangimentos	Indicadores	Recomendações
Falta ou fragilidade de competências parentais, sociais e pessoais na população	N.º de situações de negligência parental	Promoção de uma intervenção integrada, multidisciplinar que potencie as competências das famílias e que previna / contribua para mitigar os fatores de risco em situações de negligência parental;
	Alcoolismo e outros consumos	Programas de desenvolvimento de competências parentais / formação parental a famílias sinalizadas pelas entidades de 1ª linha;
	N.º de situações de violência doméstica	Programas de prevenção e formação em saúde em meio escolar;
	N.º de situações de doença mental	Ações de formação no âmbito da gestão familiar, doméstica e salubridade habitacional;
	Fragilidade económica das famílias	Promoção da participação das famílias e encarregados de educação em ações de âmbito escolar;
	Falta de condições habitacionais	Criação de equipas multidisciplinares que realizem um acompanhamento de proximidade às famílias sinalizadas; Melhorar / reforçar os canais de comunicação entre as diferentes organizações que intervêm com as famílias.
Insuficiente participação dos Encarregados de Educação na vida escolar dos seus educados	Desvalorização do percurso escolar pelas famílias	Diagnóstico sobre os motivos para a participação insuficiente dos Encarregados de Educação na vida escolar dos seus educandos;
	Absentismo e abandono escolar	Promoção da participação das famílias e Encarregados de Educação em ações de âmbito escolar;
	Situação laboral dos Encarregados de Educação (ex.: trabalho por turnos)	Desenvolver estratégias de comunicação e interação entre os diferentes atores locais ao nível da infância;
	Conceções negativas da escola sobre a família	Sensibilização das entidades patronais para a importância da participação dos pais na vida escolar dos filhos (ex.: flexibilidade do horário de trabalho);
	Conceções negativas da família sobre a escola	

		Desenvolvimento de ações dirigidas a famílias sobre a importância da escolaridade para o futuro das crianças e jovens.
--	--	--

10.5 Pessoas Idosas

O concelho de Valença tem vindo a assistir a uma diminuição da sua população residente verificando-se contudo, tal como já foi referido anteriormente, um aumento da população com 65 ou mais anos. O Índice de Dependência e o Índice de Envelhecimento também têm vindo a aumentar no concelho. Em 2018, existiam aproximadamente trinta e nove pessoas com idade igual ou superior a 65 anos para cada cem pessoas entre os 15 e os 64 anos de idade e por cada cem pessoas com idade inferior a 15 anos existiam duzentas e vinte pessoas com idade igual ou superior a 65 anos. O isolamento social, a dificuldade de acesso a respostas sociais na rede solidária, a adequação das respostas sociais às necessidades das pessoas idosas são, entre outros, os fatores que se apresentam como fundamentais para uma reflexão e intervenção na área do envelhecimento no concelho.

O envelhecimento demográfico nos países industrializados é uma realidade, e Portugal não é exceção, sendo o terceiro país da União Europeia, a par com a Alemanha, com maior percentagem de pessoas idosas (21,3%, em 2017) (PORDATA).

O declínio da fecundidade e o aumento da longevidade são os dois fatores que se encontram na génese do envelhecimento populacional. Nos últimos anos, tem-se registado uma queda da natalidade, com visível decréscimo da população jovem (0 a 14 anos de idade) e da população em idade ativa (15 a 64 anos de idade) e o aumento da população idosa (65 e mais anos de idade). O número de pessoas com idade igual ou superior a 75 anos também tem vindo a aumentar, o que traduz igualmente maior longevidade da população, em Valença na população com mais de 65 anos, verifica-se que entre 2001 e 2011 a maior variação percentual foi na faixa etária entre os 80 e os 84 anos e entre 2011 e 2018 na faixa etária com 85 ou mais anos. Em 2017, a esperança de vida aos 65 anos em Portugal era de 16,6 anos (em média), tendo aumentado mais de 2 anos na última década (PORDATA).

Em 2018, mais de 2,2 milhões de pessoas em Portugal tinham mais de 65 anos (aproximadamente 21,7% da população total). Segundo as projeções do INE, o agravamento do envelhecimento demográfico irá manter-se durante 40 anos. Prevê-se que, até 2080, o número de jovens irá diminuir de 1,4 milhões, em 2017, para 0,9

milhões; o número de idosos aumentará para 2,8 milhões, o índice de envelhecimento mais do que duplicará (passando de 147 para 317 idosos, por cada 100 jovens) e a população em idade ativa diminuirá de 6,7 para 3,8 milhões de pessoas. Esta tendência é transversal a todas as regiões de Portugal (INE, Projeções de População Residente 2015-2080).

Tabela 78 – Indicadores de população (Portugal)

	2008	2018
Taxa bruta de natalidade	9,9‰	8,5‰
Índice de envelhecimento	115,1%	157,4%
Índice de longevidade	46,4%	48,4%
Taxa de fecundidade	40,8‰	37,9‰

Fonte: PORDATA

O envelhecimento da população também contribuiu de forma determinante para a evolução da estrutura do mercado de trabalho. Em 2018, 21,7% da população ativa tinha mais de 55 anos. No mesmo ano, a taxa de inatividade da população com mais de 65 anos foi de 88,5%, tendo-se registado um aumento de 6% em 10 anos.

Em Portugal, o risco de pobreza na população idosa continua sem diminuir, ao contrário das restantes faixas etárias. De acordo com o Inquérito às Condições de vida e Rendimento realizado em 2018, pelo INE, na população idosa o risco de pobreza aumentou para 17,7%, mais 0,7 pontos percentuais que em 2016, o que indica que, mesmo após receberem transferências sociais, esta população se encontrava com um rendimento líquido mensal inferior a 468€.

Para responder a estes desafios decorrentes do envelhecimento da população, têm sido definidas e implementadas medidas e iniciativas intergovernamentais, algumas das quais integram a Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável (ENEAS) (2017-2025).

Um dos Eixos Estratégicos da ENEAS assenta na “promoção de iniciativas e práticas que visem reduzir a prevalência, adiar o aparecimento e controlar o agravamento e o impacto das doenças crónicas e da redução das capacidades físicas e mentais nas pessoas idosas e potenciar a sua autonomia”. Para garantir a satisfação das necessidades de saúde e sociais das pessoas idosas é fundamental que existam no território estruturas, equipamentos e serviços adequados a essas mesmas

necessidades. As respostas para pessoas idosas devem também privilegiar a sua inserção social e comunitária, garantindo sempre que possível a permanência das pessoas no seu domicílio e meio familiar e social.

De acordo com a Carta Social (2019), o concelho apresenta as seguintes respostas sociais para pessoas idosas: Centro de Convívio, Centro de Dia, Estrutura Residencial para Pessoas Idosas e Serviço de Apoio Domiciliário.

No total, são 8 as respostas para pessoas idosas, na sua maioria da rede solidária (apenas uma resposta de SAD pertence a uma entidade lucrativa, a qual tem capacidade para 62 pessoas mas sem estar registada em Carta Social qualquer lotação atual).

Tabela 79 – Respostas sociais para pessoas idosas no concelho de Valença (N.º)

Território	Respostas sociais para pessoas idosas					
	Centro de Convívio			Centro de Dia		
	Total	Rede solidária	Rede privada	Total	Rede Solidária	Rede privada
Valença (concelho)	2	2	0	1	1	0
S. Pedro da Torre	1	1	0	0	0	0
UF São Julião e Silva	0	0	0	0	0	0
UF Valença, Cristelo Covo e Arão	1	1	0	1	1	0

Fonte: Carta Social (2019)

Tabela 80 – Respostas sociais para pessoas idosas no concelho de Valença (N.º (Cont.))

Território	Respostas sociais para pessoas idosas					
	ERPI			SAD		
	Total	Rede solidária	Rede privada	Total	Rede Solidária	Rede privada
Valença (concelho)	2	2	0	3	2	1
S. Pedro da Torre	0	0	0	1	0	0
UF São Julião e Silva	0	0	0	1	0	1
UF Valença, Cristelo Covo e Arão	2	2	0	1	2	0

Fonte: Carta Social (2019)

O conjunto dos equipamentos apresenta uma capacidade de resposta para 397 pessoas idosas: 60 em Centro de Convívio, 35 em Centro de Dia, 152 em SAD e 150 em ERPI.

Atualmente a ocupação nos equipamentos da rede solidária, para o número total de vagas das referidas respostas sociais, encontra-se na ordem dos 80%, sendo a ocupação do equipamento da rede privada de 0% de acordo com a carta social.

Tabela 81 – Capacidade e ocupação das respostas sociais para pessoas idosas no concelho de Valença (N.º)

Território	Respostas sociais para pessoas idosas			
	Centro de Convívio		Centro de Dia	
	Rede solidária		Rede Solidária	
	Capac.	Ocup.	Capac.	Ocup.
Valença (concelho)	60	50	35	35
S. Pedro da Torre	30	30	0	0
UF São Julião e Silva	0	0	0	0
UF Valença, Cristelo Covo e Arão	30	20	35	35

Fonte: Carta Social (2019)

Tabela 82 – Capacidade e ocupação das respostas sociais para pessoas idosas no concelho de Valença (N.º)

Território	Respostas sociais para pessoas idosas					
	SAD				ERPI	
	Rede solidária		Rede privada		Rede Solidária	
	Capac.	Ocup.	Capac.	Ocup.	Capac.	Ocup.
Valença (concelho)	90	50	62	0	150	133
S. Pedro da Torre	0	0	0	0	0	0
UF São Julião e Silva	0	0	62	0	0	0
UF Valença, Cristelo Covo e Arão	90	50	0	0	150	133

Fonte: Carta Social (2019)

Os atores sociais identificam como uma das principais necessidades e fragilidades a dificuldade de acesso a respostas sociais adequadas às suas necessidades e a insuficiência das respostas existentes.

Outra das situações mais referidas pelos atores sociais prende-se com a adequação das respostas sociais às necessidades das pessoas idosas. Segundo estes, o número de pessoas diagnosticadas com demência e o número de pessoas com situações de dependência e incapacidade tem aumentado. Devido à inexistência de respostas adequadas à sua situação no território, à carência económica e à fragilidade do apoio de cuidadores informais, estas pessoas encontram-se integradas nas respostas sociais típicas, que segundo os atores sociais, não respondem de forma adequada às suas necessidades, ou ficam isoladas e sem o apoio necessário à sua situação.

Através dos dados da Carta Social é possível constatar que, para além do Centro de Dia cuja taxa de ocupação é de 100%, a resposta de ERPI é a que apresenta uma taxa de ocupação mais elevada (88,67%), seguida de Centro de Convívio (83,33%). Estes dados podem ser reflexo da impossibilidade ou incapacidade da rede de suporte familiar em assegurar os cuidados da pessoa idosa, do agravamento do estado de geral de saúde, levando a situações de maior dependência e incapacidade, ou até mesmo pelo abandono das pessoas com mais idade pelos familiares, sendo o afastamento de familiares em busca de uma maior qualidade de vida associada à procura de melhores oportunidades de trabalho, uma das causas mais apontadas para o isolamento da população idosa de Valença.

As questões relacionadas com o isolamento dos idosos também foram identificadas como sendo prioritárias pelos atores sociais, nomeadamente no questionário *online*, e transversais em todo o território. Estes reconhecem que, devido a ausência de suporte familiar e de rede social aliada ao aumento de dependência, doenças crónicas, problemas de saúde mental, carência económica, respostas sociais insuficientes e rede de transportes públicos deficitária, aumenta o risco de isolamento social nesta população. Este problema interfere com a saúde física e mental, afetando negativamente a sua qualidade de vida.

No concelho de Valença, em 2011, eram 598 os idosos que viviam sozinhos (18,7% da população idosa). Sendo na União de freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão que se concentrava maior número de idosos a residir sozinhos.

De acordo com os dados fornecidos pela GNR, referentes ao ano 2019, encontram-se no território de Valença 61 idosos que vivem em situação vulnerável, sozinhas e/ou isoladas. Dos idosos identificados, 15 vivem isolados (24,6%) e 46 sozinhos (75,4%).

Analisando por freguesia verifica-se que há um maior número de sinalizações na União de Freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão, seguida da União de Freguesias de Gondomil e Sanfins.

Tabela 83 – Pessoas idosas que vivem em situação vulnerável, sozinhas e/ou isoladas, identificadas pela GNR

	Total		Isolados		Sozinhos	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Valença (concelho)	61	100	15	24,6	46	75,4
Boivão	8	13,1	3	37,5	5	62,5
Cerdal	6	9,8	1	16,7	5	83,3
Fontoura	4	6,6	1	25,0	3	75,0
Friestas	9	14,8	2	22,2	7	77,8
Gandra e Taião	4	6,6	1	25,0	3	75,0
Ganfei	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Gondomil e Sanfins	9	14,8	4	44,4	5	55,6
São Julião e Silva	3	4,9	1	33,3	2	66,7
São Pedro da Torre	3	4,9	0	0,0	3	100,0
Valença, Cristelo Covo e Arão	11	18,0	0	0,0	11	100,0
Verdoejo	4	6,6	2	50,0	2	50,0

Fonte: GNR – Escola Segura (2019)

Estes valores permitem fundamentar e validar a preocupação dos atores sociais face ao risco de isolamento social. Para além dos idosos que não se encontram integrados em nenhuma resposta social, aqueles que frequentam o Centro de Dia ou que recebem apoio do SAD, encontram-se sozinhos durante um período de tempo alargado. Seria importante a realização de um mapeamento das situações de isolamento social, para que se pudesse elaborar um Plano direcionado para a área do envelhecimento no concelho, tal como sugerido pelos atores sociais.

É importante destacar que, para além dos serviços prestados pelas respostas sociais anteriormente referidas existem no território projetos que intervêm com a população idosa e que têm como principal objetivo contribuir para a atenuação das necessidades identificadas nesta população, contribuindo para o seu bem-estar e manutenção no seu meio familiar e social, nomeadamente:

- Programa “Vida Activa” - Ginástica de manutenção e danças de salão;
- Cartão Sénior – medida promovida pela Câmara Municipal de Valença, para munícipes com idade igual ou superior a 65 anos, ou pessoas reformadas por invalidez e que o seu rendimento *per capita* seja igual ou inferior ao salário mínimo nacional. Este cartão permite o acesso a espetáculos e exposições promovidos pelo Município de forma gratuita, bem como a utilização das piscinas municipais no período da manhã; permite também a redução de taxas e pagamentos;
- Comissão de Proteção e Promoção de Pessoas Idosas e Adultos Dependentes do Concelho de Valença – tendo como objetivo melhorar a qualidade de vida dos idosos e adultos dependentes do concelho. Esta comissão é composta por representantes do município, segurança social e saúde, bem como elementos de vários organismos que atuam nesta área;
- Universidade Sénior – Dinamizada pelo Rotary Clube de Valença, esta universidade destina-se a maiores de 50 anos e em situação de inatividade profissional, aposentados ou reformados, com qualquer grau de escolaridade;
- Encontro Inter-redes - Encontro anual de idosos institucionalizados dos Concelhos de Valença, Vila Nova de Cerveira, Paredes de Coura, Monção e Melgaço;
- Outras atividades lúdico-recreativas: Intercâmbios intergeracionais; Passeio dos Idosos; Festas e Convívios Temáticos – estas atividades são promovidas pela Câmara Municipal para a população municipal com mais de 65 anos.

Assim, as necessidades mais prementes relativamente à área das pessoas idosas, no concelho de Valença, centram-se na dificuldade do acesso a respostas sociais adequadas às suas necessidades (quer por inexistência ou insuficiência das mesmas, quer pelo funcionamento e serviços oferecidos por estas se encontrarem desajustados face às reais necessidades da população), bem como na existência de pessoas idosas em situação de isolamento social, as quais não conseguem aceder a serviços e respostas que lhes permitam ter maior qualidade de vida.

Os organismos do poder local, bem como, as instituições que prestam apoio a esta população têm vindo a desenvolver projetos e respostas complementares que

contribuem para responder a necessidades imediatas, no entanto, são insuficientes face às reais necessidades. O planeamento e reorganização de serviços de apoio às pessoas idosas, que contemplem as reais necessidades das mesmas, bem como a optimização da rede de transportes e a criação de estratégias alternativas de cuidados informais, poderão ser essenciais para contribuir para o aumento da mobilidade, participação e qualidade de vida desta população.

Apresentamos em seguida, uma síntese da perceção dos atores sobre os principais constrangimentos nesta área.

Constrangimentos	Indicadores	Recomendações
Pessoas idosas sem acesso às respostas sociais adequadas às suas necessidades	<p>Aumento do n.º de pessoas idosas;</p> <p>Agravamento de situações de dependência e diagnóstico de demência;</p> <p>Vagas insuficientes em respostas sociais;</p> <p>Suporte familiar insuficiente;</p>	<p>Promoção de estratégias no âmbito das políticas de envelhecimento ativo;</p> <p>Reforço da capacidade dos equipamentos, respostas sociais da rede, bem como, adequação do seu funcionamento (horários) e serviços face às necessidades identificadas (situações de demência e de maior dependência);</p> <p>Desenvolver estratégias de articulação entre as instituições que prestam serviços de apoio a pessoas idosas, e as equipas hospitalares e dos cuidados de saúde primários de forma a assegurar uma melhor qualidade de vida no domicílio;</p> <p>Desenvolver rede de cuidadores informais e formais.</p>
	<p>Cuidadores formais e informais sem formação e conhecimento específico ao nível do envelhecimento e patologias associadas;</p> <p>Cuidadores formais sem valorização da sua profissão;</p> <p>Situações de desadequação dos cuidados prestados a pessoas em situação maior dependência;</p>	<p>Sensibilização e formação dos cuidadores informais e trabalhadores em respostas sociais;</p> <p>Maior investimento no trabalho de parceria e em rede que permita prevenir, detectar, denunciar e corrigir situações anómalas no âmbito da prestação de cuidados à pessoa idosa</p>
Isolamento social das pessoas idosas	Rede de transportes insuficiente;	Melhorar a rede de transportes públicos, ao nível de percursos, horários e acessibilidades para pessoas com incapacidades;

	<p>Ausência de respostas locais;</p> <p>Suporte familiar insuficiente</p>	<p>Realizar o mapeamento de situações de isolamento social de pessoas idosas no concelho;</p> <p>Dinamizar rede de “Teleassistencia” de cuidado diário com a população isolada;</p> <p>Criação de rede de voluntariado</p>
--	---	--

10.6 População de Etnia Cigana

A integração da população de etnia cigana assume-se como área prioritária para o desenvolvimento social do concelho de Valença. Apesar de ser uma comunidade pouco representativa no território (estima-se que represente 0,4%-0,5% da população residente, em 2019), é percecionada como sendo uma população que apresenta características, em diversas áreas, que comprometem a sua integração na comunidade.

Os atores locais identificam questões culturais que condicionam a integração da comunidade cigana ao nível do emprego, da habitação e da educação, bem como reconhecem que existe, pela própria comunidade maioritária, estereótipos e preconceitos que também influenciam essa mesma integração. Seguidamente iremos explorar as dimensões do problema, tentando, sempre que possível, fundamentá-las com dados objetivos.

As comunidades ciganas encontram-se radicadas em Portugal há mais de quinhentos anos, sendo que as primeiras referências da sua existência no território datam do século XV. De acordo com as últimas estimativas do IHRU, I.P., de 2015, estima-se que residam em Portugal cerca de 37.000 mulheres e homens portuguesas/es ciganas/os que, à semelhança do concelho de Valença, representam aproximadamente 0,4% da população portuguesa.

Apesar de se sentir uma ligeira evolução nos últimos anos relativamente à perceção da população em geral sobre a comunidade cigana, continuam a persistir sentimentos e práticas de racismo e discriminação que se traduzem em desigualdades sociais no acesso aos principais direitos de cidadania (Conselho da Europa, 2012). Não obstante da implementação de medidas de política social para promover a integração social, como por exemplo, os realojamentos habitacionais, a escolaridade obrigatória e o rendimento social de inserção, os ciganos continuam a ser acusados de não se quererem integrar, continuando a viver em micro sociedades e a reger-se por regras e leis próprias (Mendes, Magano e Candeias, 2014). Acresce ainda o facto de, os estudos que se têm produzido com o objetivo de refletir novos olhares sobre os ciganos, nem sempre têm provocado uma mudança efetiva no modo como se entende e intervém junto dos ciganos portugueses.

Segundo a Estratégia Nacional para a Integração de Comunidades Ciganas (ENICC), continuam a registar-se níveis elevados de discriminação, pobreza e exclusão social de

muitas pessoas ciganas, bem como um forte desconhecimento e desconfiança entre pessoas não ciganas e pessoas ciganas.

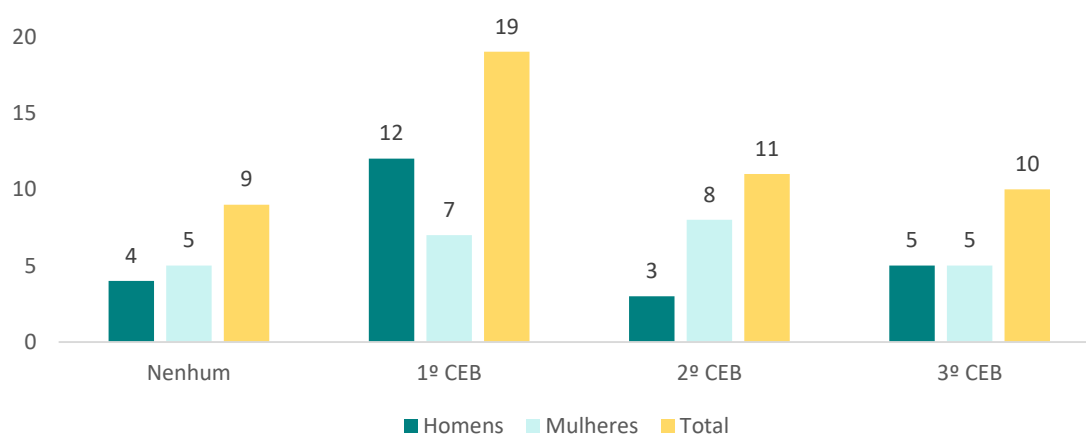
Os dados que se encontram disponíveis fundamentam a existência de vulnerabilidades acrescidas das pessoas ciganas no exercício dos seus direitos fundamentais, nomeadamente ao nível da educação, habitação e emprego.

Educação

As trajetórias escolares dos ciganos são geralmente muito curtas, marcadas pelo absentismo, insucesso e abandono escolares. As raparigas apresentam níveis de escolaridade inferiores aos dos rapazes, sendo que estes raramente ultrapassam o 2º CEB. No entanto, tem-se vindo a observar um aumento na frequência do ensino pré-escolar (no ano letivo 2016/2017, 60% das crianças ciganas que entraram para o 1º CEB já tinham frequentado a educação pré-escolar).

Relativamente à comunidade cigana residente no concelho de Valença⁴⁰, os dados são congruentes com o panorama nacional no que respeita aos níveis de escolaridade da população cigana. Das 50 pessoas com idade superior a 18 anos, 49 estudaram até ao 3º CEB, sendo que a maioria tem apenas o 1º CEB completo (19 pessoas, 39%). As mulheres tendem a ter maior escolaridade que os homens, contrariamente aos dados nacionais (52% das mulheres concluiu o 2ºCEB ou o 3º CEB; 66,7% dos homens concluiu o 1º CEB ou não tem nenhum nível escolar concluído).

Gráfico 36 – Nível de escolaridade completo da população cigana residente em Valença, por género (N.º)

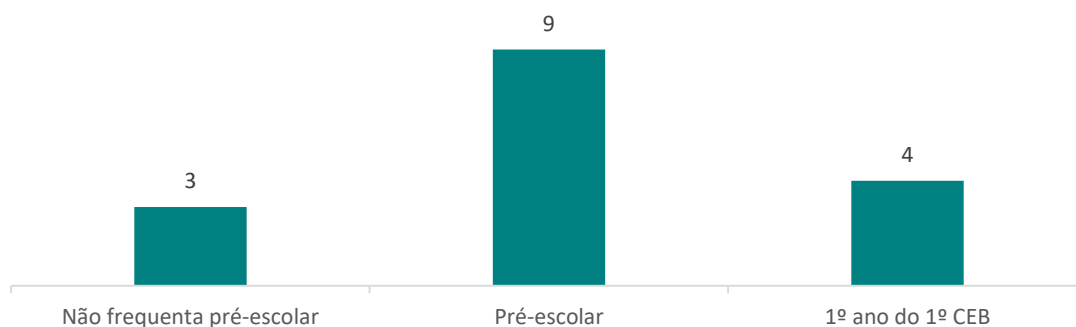


Fonte: CM Valença (Fevereiro 2020)

⁴⁰ Informação facultada pela Câmara Municipal de Valença (fevereiro 2020) – Caracterização da comunidade cigana

No que respeita às 16 crianças em idade pré-escolar (até aos 6 anos de idade, inclusive) é possível concluir que a maioria frequenta o ensino pré-escolar (9 crianças, 56%), 25% (4 crianças) já se encontram no 1º ano do 1º CEB e apenas 3 crianças não frequentam nenhum equipamento escolar.

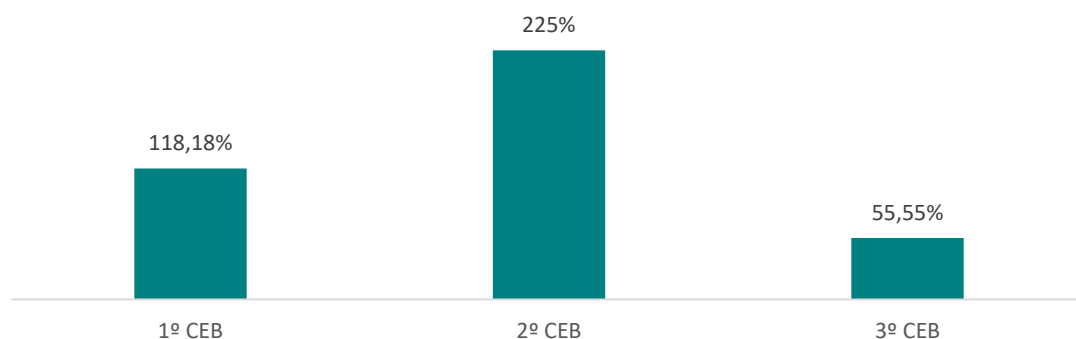
Gráfico 37 – Nível de escolaridade das crianças de etnia cigana, em idade pré-escolar, residentes no concelho de Valença (N.º)



Fonte: CM Valença (Fevereiro 2020)

Ao analisar as taxas de escolarização dos alunos de etnia cigana, é possível verificar que, no 1º e no 2º CEB, se encontram acima dos 100%, o que poderá ser reflexo de retenções de alunos nestes dois ciclos, facto que também é comprovado pela baixa taxa de escolarização no 3º CEB.

Gráfico 38 – Taxas de escolarização no 1º, 2º e 3º CEB das crianças e jovens de etnia cigana residentes no concelho de Valença



Fonte: CM Valença (Fevereiro 2020)

Importa ainda destacar que 8 dos 12 jovens que deveriam estar a frequentar o ensino secundário, frequentam turmas PIEF.

Segundo o Agrupamento de Escolas Muralhas do Minho, à data de fevereiro de 2020, encontravam-se a frequentar os estabelecimentos escolares do concelho 46 crianças e jovens de etnia cigana (11 Pré-escolar, 11 no 1º CEB, 18 no 2º CEB, 5 no 3º CEB e 1 no Ensino Secundário). No presente ano letivo (2019/2020), e até à data, a taxa de absentismo escolar é de 5% e ainda não se verificou nenhum caso de abandono escolar.

Em suma, os dados apontam para um aumento significativo da frequência pré-escolar e escolar das crianças e dos jovens de etnia cigana, comparativamente com anos anteriores, sendo um dado importante no que respeita à integração social deste grupo populacional. No entanto, e tal como referido pelos atores locais no âmbito dos *workshops* realizados e em resposta ao inquérito *online*, as situações de discriminação e os conflitos continuam a subsistir na escola.

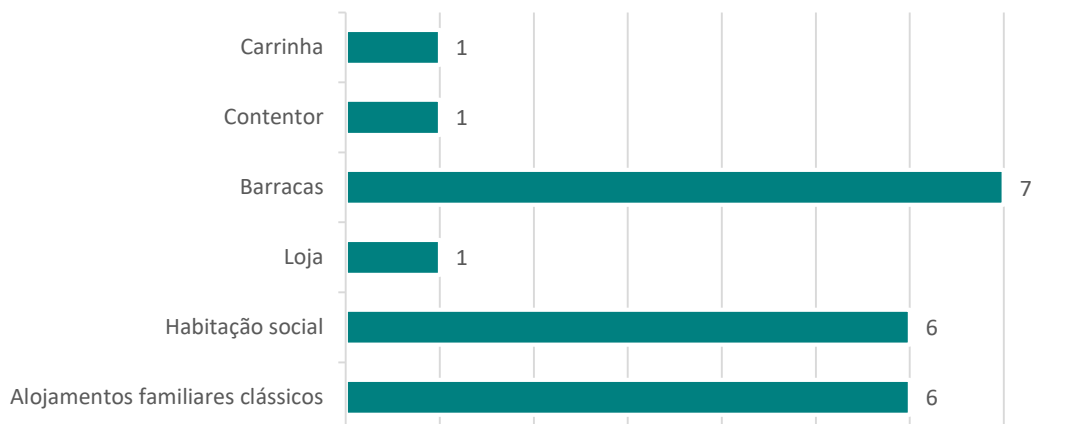
Habitação

Muitas das comunidades ciganas residentes em Portugal continuam a viver sem as condições mínimas de habitabilidade, salubridade e higiene, o que acentua ainda mais a sua situação de exclusão social.

De acordo com informação do IHRU, de 2015, 45% de todos os alojamentos não clássicos (barraca, acampamento ou alojamento móvel) em Portugal eram habitados por famílias ciganas, 32% das famílias ciganas residia em alojamentos não clássicos e 46% das famílias ciganas residiam em habitação social (ENICC).

No concelho de Valença, a maioria das famílias ciganas reside em alojamentos não clássicos (40,9% das famílias vive em barracas, contentor e numa carrinha, 9 famílias), uma família reside numa loja, 6 famílias residem em habitação social (4 em habitações do Município e 2 em habitações do IGF, do ISS, IP). As restantes 6 famílias residem em alojamentos familiares clássicos, arrendados e dos próprios.

Gráfico 39 – Distribuição das famílias de etnia cigana residentes no concelho de Valença por tipo de alojamento (N.º)



Fonte: CM Valença (Fevereiro 2020)

Segundo o Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas, os agregados familiares caracterizam-se por serem compostos por 3 pessoas, embora possam atingir os 15 elementos. Relativamente aos 22 agregados familiares residentes em Valença, constata-se que a maioria é composta por 3 a 6 elementos, existindo 4 famílias com 7 ou mais elementos.

Tabela 84 – Composição dos agregados familiares por número de elementos que os constituem (N.º)

N.º de elementos que constituem o agregado familiar	1 - 2	3 - 4	5 - 6	+ de 7
N.º de agregados	4	7	7	4

Fonte: CM Valença (Fevereiro 2020)

No que respeita à composição dos agregados familiares, a maioria são famílias nucleares (casal com filhos, 14 famílias), seguidas de famílias alargadas (3 famílias com mais do que um núcleo familiar), 3 casais, 1 elemento isolado e ainda 1 casal com netos.

Segundo os dados de 2016 da Agência para os Direitos Fundamentais da União Europeia relativos a Portugal, 75% das pessoas ciganas, com 16 e mais anos, declararam ter sido discriminadas por serem ciganas no acesso à habitação, nos últimos 5 anos (ENICC).

Emprego

Os ciganos são tendencialmente considerados pela população em geral como desempregados ou então como vendedores ambulantes. Segundo o Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas, a principal fonte de rendimento dos agregados familiares são “o apoio da família” (33,8% dos inquiridos) e o “Rendimento Social de Inserção” (33,5% dos inquiridos). Em termos de género existem diferenças significativas, a proporção de homens a trabalhar é superior à proporção de mulheres, havendo uma maior proporção de mulheres a viver do RSI.

Os dados de 2016, da Agência para os Direitos Fundamentais da União Europeia, indicam que em Portugal:

- 52% dos/as jovens ciganos/as, entre os 16 e os 24 anos não trabalhavam, não estudavam e não estavam em formação (67% das mulheres e 37% dos homens);
- A taxa de trabalho remunerado das mulheres e homens ciganos, entre os 20 e os 64 anos (incluindo atividades por conta própria e trabalho ocasional ou trabalho) nas últimas 4 semanas, era de 35%.

No concelho de Valença, dos 50 residentes com idade superior a 18 anos, 26 recebem a prestação social RSI, 2 estão desempregados, 2 estão reformados e 2 encontram-se inseridos no mercado de trabalho através de Contratos de Emprego Inserção (não se encontra disponível informação referente às restantes 18 pessoas).

Dos jovens entre os 16 e os 24 anos, residentes em Valença, 33,3% estão inseridos em turmas PIEF e 33,3% não se encontram inseridos em atividades formativas nem laborais, o que se encontra em conformidade com a tendência nacional.

Tabela 85 – Distribuição dos jovens de etnia cigana residentes no concelho de Valença, por ocupação (N.º)

	PIEF	Nada	RSI	CEI	Estudam
N.º de jovens	6	6	2	1	3

Fonte: CM Valença (Fevereiro 2020)

Resumindo, existe uma elevada percentagem de pessoas de etnia cigana, a nível nacional e no concelho de Valença, que são beneficiárias de RSI, o que alimenta uma tendência para reproduzir ciclos de pobreza aliados a uma incapacidade para se fazer

a rutura com vivências de pobreza e de exclusão social. A venda ambulante é ainda o seu principal meio de sustento, mas também se verificam situações de desocupação e desemprego.

Segundo a perceção dos atores locais, prevalecem comportamentos de discriminação ao nível das entidades empregadoras do território para com a comunidade cigana, o que limita a integração profissional desta população.

Indicadores demográficos

A comunidade cigana caracteriza-se por ser uma comunidade jovem, encontram-se maioritariamente casados ou residem em união de facto, de acordo com a “lei cigana” e com cônjuges ciganos. Os casamentos ocorrem, frequentemente, em idades muito precoces (entre os 13 e os 15 anos) (Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas).

Na comunidade cigana residente no concelho de Valença, todos os casais residem em união de facto (25 casais). A idade média dos casais é 36 anos, sendo que no casal mais velho, cada elemento tem 70 anos de idade, e o casal mais novo é composto por um rapaz de 17 anos e uma rapariga de 14 anos. O elemento masculino é, em 63% dos casais, mais velho que o elemento do sexo feminino.

Com exceção de 3 casais todos os restantes têm filhos. Em média, cada casal tem 2,6 filhos, variando entre 1 e 4 filhos por casal, embora maioritariamente tenham 2 filhos. Verifica-se que, na sua grande maioria, foram pais muito jovens.

A relação entre a comunidade maioritária e a comunidade cigana

Apesar de já existir um caminho, com resultados encorajadores ao nível da integração da comunidade cigana, ainda persistem no território nacional comportamentos discriminatórios para com a mesma. Segundo o Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas, os preconceitos e os estereótipos encontram-se presentes nos discursos individuais e institucionais. Estes sentimentos e comportamentos, são muitas das vezes condicionantes à participação e utilização de serviços públicos ou privados, afetando de forma direta a integração desta comunidade.

Segundo os atores locais, existe no concelho de Valença, a percepção de que a comunidade pratica comportamentos desajustados e de segregação da população de etnia cigana.

Um dos fatores que também poderá contribuir para a fragilidade da relação entre a comunidade não cigana e a comunidade cigana, prende-se com os aspetos culturais da mesma. A cultura cigana, as suas tradições e costumes, podem em certa medida, pela diferença que apresentam, condicionar e influenciar o relacionamento com a restante comunidade local.

Face os diversos aspetos descritos anteriormente, conclui-se que a comunidade cigana apresenta diversos indicadores de vulnerabilidade que podem condicionar a sua integração na comunidade. Desta forma é fundamental equacionar uma intervenção adequada e que fomente a inclusão e, simultaneamente, o respeito pela sua individualidade.

Devido à necessidade e pertinência de uma intervenção orientada por políticas nacionais surge, em 2013, a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas. A ENICC, revista no ano 2018, pretende “fomentar mudanças estruturais nas condições de vida das pessoas ciganas, através da definição de objetivos e medidas concretas, com um alcance temporal mais alargado, que visam o reforço da escolarização e da integração profissional e a melhoria das condições de habitação das pessoas ciganas em situação de exclusão social, bem como o reconhecimento e o reforço da intervenção em mediação intercultural, a melhoria da informação e do conhecimento e o combate à discriminação contra as pessoas ciganas”.

Seguidamente apresentam-se algumas das recomendações produzidas pelo Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas e pela ENICC, para a intervenção com a comunidade cigana:

- Conceção e implementação de Planos Locais para a Integração das Comunidades Ciganas;
- Promover um maior conhecimento da comunidade cigana local - realização de um diagnóstico específico da população cigana;
- Desenvolvimento de projetos locais, a médio e longo prazo, visto a duração limitada dos mesmos ser uma condicionante à mudança de mentalidades e hábitos;

- Direcionar os programas e projetos para a comunidade em geral, e não especificamente para a comunidade cigana, o que poderia provocar ainda mais o isolamento e segregação desta população;
- Desenvolver um trabalho mais sistematizado e estruturado com as famílias e pessoas ciganas;
- Divulgar a cultura cigana, nomeadamente música, dança e moda, enquanto estratégia de aproximação e de melhor inserção dos ciganos na sociedade local e de promover a auto-estima e valorização da cultura cigana;
- Promoção da (re)integração, o que decorre da necessidade de se superar práticas de concentração, segregação e discriminação decorrentes dos processos de realojamento;
- Sensibilizar para o cumprimento das regras de funcionamento das instituições e dos serviços, bem como dos horários escolares e laborais, por parte da população cigana.

Ciente da necessidade de intervenção neste âmbito, o município de Valença já encetou contactos com especialistas na área da mediação comunitária em comunidades ciganas. Os atores locais, aquando da realização do *workshop* destacaram como possíveis medidas de intervenção, a realização de um diagnóstico específico da comunidade cigana, a elaboração Programas Locais de Integração da Comunidade Cigana, a nomeação de um líder / mediador comunitário e a promoção de um trabalho de proximidade e de articulação entre a comunidade cigana, instituições e atores sociais do município.

Apresentamos em seguida, uma síntese da perceção dos atores sobre os principais constrangimentos nesta área e recomendações para possível intervenção.

Constrangimentos	Indicadores	Recomendações
Dificuldade de integração da população de etnia cigana na comunidade	Nível de escolaridade	Realização de diagnóstico local sobre a comunidade cigana residente no concelho (caraterização, problemas, necessidades e potencialidades); Conceção de um Plano Local para a Integração das Comunidades Ciganas; Criação e implementação de uma resposta comunitária, de proximidade,
	Condições das habitações	
	Situação laboral	
	Condições económicas	

	Abandono e absentismo escolar	<p>que intervenha ao nível da integração da população de etnia cigana (ex.: mediador local);</p> <p>Campanhas com os <i>media</i> locais para combater os estereótipos;</p> <p>Ações de sensibilização no âmbito da integração da comunidade cigana direcionados para a comunidade em geral e para serviços públicos e privados;</p> <p>Ações de sensibilização para a comunidade cigana para potenciar uma melhor integração da mesma (importância da educação, direitos/deveres, integração no mercado de trabalho).</p>
	Perceção da comunidade maioritária sobre a comunidade cigana	
	Perceção da comunidade cigana sobre a comunidade maioritária	

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E SITES CONSULTADOS

Administração Regional de Saúde do Norte, IP (2017). Plano Estratégico 2017-2019. ARS Norte.

Administração Regional da Saúde do Norte, IP (2014). Plano Regional de Saúde 2014-2016. ARS Norte

Alto Comissariado para as Migrações, I.P. Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2018-2022.

Alto Comissariado para as Migrações, I.P. (2019). Guia para a Conceção de Planos Locais para a Integração das Comunidades Ciganas. Lisboa: ACM

Baranyai, B. et. al (2014). Guia Prático dirigido a ONGs para prevenir a discriminação das Comunidades Ciganas. Pardedós.

Câmara Municipal de Valença do Minho (2008). Diagnóstico e Plano de Acção da Agenda 21 de Valença.

Câmara Municipal de Valença do Minho (2010). Plano Diretor Municipal Valença – Relatório do Plano.

Câmara Municipal de Valença. Conselho Local de Ação Social de Valença (2014). Diagnóstico Social do Concelho de Valença – 2014-2016. Valença: CM Valença.

Calheiros, M. M. (2006). A construção social do mau trato e negligência parental: Do senso comum ao conhecimento científico. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian.

Camilo, C. & Garrido, M. (2013). Desenho e avaliação de programas de desenvolvimento de competências parentais para pais negligentes: Uma revisão e reflexão. *Análise Psicológica*. 3 (XXXI), 245-268.

Cardoso, A., Silva, A. & Marín, H. (2015). Competências parentais: construção de um instrumento de avaliação. *Revista de Enfermagem Referência*, série IV, 4, 11-20.

Comunidade Intermunicipal do Minho Lima (2013). Estratégia & Plano Global de Ação “Alto Minho 2020”.

Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (2018). Relatório Anual 2018 – Avaliação da Atividade das CPCJ. Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens.

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Valença – Informação relativa a caracterização processual 2016, 2017, 2018.

Coordenação Nacional para a Saúde Mental (2008). Plano Nacional de Saúde Mental 2007-2016. Lisboa: Ministério da Saúde.

Delgado, A. (1996). Grandes síndromes en pediatría: Maltrato en el niño. Bilbao: Imprenta Boan.

Dinis, C., Ribeiro, M.T. & Francisco, R. (2014). Promoção de competências parentais: adesão das famílias involuntárias. In M. T. Ribeiro, P. T. Matos % H. R. Pinto (Eds.), Mediação Familiar: Contributos de investigações realizadas em Portugal (pp. 110-124). Lisboa: Universidade Católica Portuguesa Ed.

Direção Geral da Saúde (2013). Programa Nacional de Saúde Infantil e Juvenil. Lisboa: DGS.

Direção Geral da Saúde (2017). Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2017-2025: Proposta do grupo de trabalho interministerial.

Direção Geral da Saúde (2017). Programa Nacional para a Saúde Mental 2017. Lisboa: DGS.

Direção Geral da Saúde (2019) – Comunicado sobre Mortalidade Infantil. Lisboa: DGS.

Fundación Secretariado Gitano (2007). Guia para a Intervenção com a Comunidade Cigana nos Serviços de Saúde.

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (2014). Caracterização das condições de habitação das comunidade ciganas residentes em Portugal. IHRU.

Instituto Nacional de Estatística (2015). Inquérito à caracterização da habitação social. Lisboa: INE, IP.

Instituto Nacional de Estatística (2016). Inquérito Nacional de Saúde 2014. Lisboa: INE, IP.

Instituto Nacional de Estatística (2016). Inquérito à Formação e Educação de Adultos 2016. Lisboa: INE, IP.

Instituto Nacional de Estatística (2017). Projeções de população residente 2015-2080. Lisboa: INE, IP.

Instituto Nacional de Estatística (2019). Anuário Estatístico da Região Norte 2018. Lisboa: INE, IP.

Instituto Nacional de Estatística (2018). Estatísticas de Rendidas da Habitação ao nível local - 2017. Lisboa: INE, IP.

Instituto Nacional de Estatística (2018). Inquérito às condições de vida e rendimento 2018. Lisboa: INE, IP.

Instituto Nacional de Estatística (2018). Retorno de Informação Personalizada dos Municípios. Lisboa: INE, IP.

Instituto Nacional de Estatística (2019). Estatísticas da Saúde 2017 (Edição 2019). Lisboa: INE, IP.

Instituto Nacional de Estatística (2019). Causas de morte 2017 (Edição 2019). Lisboa: INE, IP.

Melo, A. & Alarcão, M. (2009). Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental: Proposta de um Modelo Global de Organização. *Psicologia & Sociedade*, 21 (1), 55-64.

Mendes, M., Magano, O. & Candeias, P. (2014). Estudo Nacional sobre as Comunidade Ciganas. Lisboa: ACM.

Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Gabinete de Estratégia e Planeamento (2017). Relatório de Portugal: Terceiro ciclo de revisão e avaliação da implementação do Plano Internacional de Ação de Madrid sobre o Envelhecimento (MIPAA). MTSS.

Morais, C., Sousa-Pereira, F, e Rodrigues, F. (2018). Projeto “Família e Escola: co-construção de percursos de relação em torno dos educandos – Avaliar para melhor intervir”. Instituto Politécnico de Viana do Castelo.

Observatório das Migrações (2018). Imigração em Números – Relatório Estatístico Anual 2018.

Para uma Nova Geração de Políticas de Habitação – Sentido estratégico, objetivos e instrumentos de atuação (2017).

Rede Social de Valença (2007). Regulamento Interno do Conselho Local de Ação Social (CLAS).

Ribas Jr., R. & Bornstein, M. (20015). Parenting knowledge: Similarities and differences in brazilian mothers and fathers. *Interamerican Journal of Psychology*, 39 (1), 5-12.

Ribas Jr., R., Moura, M. & Bornstein, M. (2007). Cognições maternas acerca da maternidade e do desenvolvimento humano: Uma contribuição ao estudo da psicologia parental. *Revista Brasileira de Crescimento & Desenvolvimento Humano*, 17 (1), 104-113.

Unidade Local de Saúde Alto Minho. Perfil Local de Saúde 2017.

UNESCO, Education for All 2000-2015: achievements and challenges; EFA Global Monitoring Report, 2015; Summary.

Sites consultados:

<https://www.ine.pt>

www.cartasocial.pt

<https://www.pordata.pt>

<https://www.cm-valenca.pt/>

<http://www.inr.pt>

<https://www.sns.gov.pt/>

<https://www.bportugal.pt>

<https://infoeuropa.eurocid.pt>

<https://www.portaldahabitacao.pt>

10. ANEXOS

Anexo I – Questionário de percepções das organizações parceiras



**Rede
Social**
VALENÇA

Rede Social de Valença: Recolha de percepções das organizações parceiras

Guião para recolha de informação sobre as percepções dos parceiros

O presente inquérito faz parte do trabalho a desenvolver pelo Conselho Local de Ação Social de Valença (CLAS) e pretende contribuir para a atualização do Diagnóstico Social e do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho.

Pretendemos recolher as percepções das diferentes organizações parceiras do CLAS, no que respeita a problemas e/ou necessidades que considerem mais prementes nas áreas prioritárias de intervenção no concelho. Por esta razão, pedimos que responda de acordo com a percepção que tem do seu território, de acordo com a sua experiência profissional como dirigente ou técnico.

Pedimos-lhe que responda (até ao dia 30 de junho) apenas às questões relativas às áreas temáticas sobre as quais tem conhecimento como técnico ou dirigente no território de Valença, devendo passar à frente (sem resposta) sempre que julgue não ter uma percepção informada sobre os problemas abordados ou quando surgir qualquer questão para a qual não tenha opinião.

As respostas inseridas serão sempre editáveis através do link enviado (mesmo depois de clicar no botão 'concluído'), podendo as respostas serem completadas ou, caso necessário, validadas por dirigente ou superior hierárquico.

Desde já agradecemos o seu contributo e o da sua organização/instituição, sendo esta informação fundamental para fortalecer a capacidade do CLAS para enfrentar os desafios atuais e futuros e contribuir da melhor forma para o desenvolvimento social do Concelho de Valença.

O Núcleo Executivo do CLAS de Valença
A equipa da Logframe

Muito obrigado pelo seu contributo.
Clique em 'Concluído' para encerrar este questionário.

* 1. Diga-nos qual é a sua organização/ instituição/ entidade:

* 2. Qual a Freguesia ou União de Freguesias em que está sediada a sua organização/ instituição/ entidade?

* 3. Qual a função que desempenha na sua organização/instituição/entidade:

4. Atendendo à sua experiência profissional e conhecimento que tem do território, ordene a importância das seguintes áreas problemáticas para a Rede Social de Valença (note que apenas pode identificar uma área problemática por grau de importância, sendo 1 - a menos importante, e 7 - a mais importante):

	1	2	3	4	5	6	7
Emprego/ formação e qualificação profissional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Educação e cultura	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Saúde (incluindo saúde mental e adições)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Segurança	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Pessoas idosas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Pessoas com deficiência e/ou pessoas com incapacidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Grupos específicos: etnia cigana, pessoas em situação de sem-abrigo, outros...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Caso exista outra área problemática que considere prioritária, especifique qual:

Neste momento vamos dar-lhe a oportunidade de identificar os problemas/ necessidades sociais (até um máximo de três por área de problemática), que considera mais relevantes / importantes no concelho de Valença.

5. Relativamente à área "Emprego, Formação e qualificação profissional ", identifique:

(preencher apenas caso exista algum problema que considere relevante)

Qual o **problema / necessidade social** para esta área:

Qual ou quais as **causas** desse problema / necessidade social:

Quais os **recursos** que poderão ou deverão ser mobilizados para a resolução ou redução desse problema/ necessidade social: (poderão ser identificados qualquer tipo de recursos como por exemplo, equipamentos, instituições, grupos de trabalho ou parcerias, projetos, programas locais ou nacionais, medidas de política específicas...)

Qual ou quais as **propostas de intervenção** que seriam necessárias para a resolução ou redução desse problema/ necessidade social (o que seria necessário fazer):

6. Pretende identificar mais algum problema/ necessidade social nesta área?

Sim

Não

10. Relativamente à área "Educação e Cultura ", identifique:

(preencher apenas caso exista algum problema que considere relevante)

Qual o **problema / necessidade social** para esta área:

Qual ou quais as **causas** desse problema / necessidade social:

Quais os **recursos** que poderão ou deverão ser mobilizados para a resolução ou redução desse problema/ necessidade social: (poderão ser identificados qualquer tipo de recursos como por exemplo, equipamentos, instituições, grupos de trabalho ou parcerias, projetos, programas locais ou nacionais, medidas de política específicas...)

Qual ou quais as **propostas de intervenção** que seriam necessárias para a resolução ou redução desse problema/ necessidade social (o que seria necessário fazer):

11. Pretende identificar mais algum problema/ necessidade social nesta área?

Sim

Não

17. Relativamente à área "Saúde (incluindo saúde mental e adições)", identifique:

(preencher apenas caso exista algum problema que considere relevante)

Qual o **problema / necessidade social** para esta área:

Qual ou quais as **causas** desse problema / necessidade social:

Quais os **recursos** que poderão ou deverão ser mobilizados para a resolução ou redução desse problema/ necessidade social: (poderão ser identificados qualquer tipo de recursos como por exemplo, equipamentos, instituições, grupos de trabalho ou parcerias, projetos, programas locais ou nacionais, medidas de política específicas...)

Qual ou quais as **propostas de intervenção** que seriam necessárias para a resolução ou redução desse problema/ necessidade social (o que seria necessário fazer):

18. Pretende identificar mais algum problema/ necessidade social nesta área?

Sim

Não

20. Relativamente à área "Segurança", identifique:

(preencher apenas caso exista algum problema que considere relevante)

Qual o **problema / necessidade social** para esta área:

Qual ou quais as **causas** desse problema / necessidade social:

Quais os **recursos** que poderão ou deverão ser mobilizados para a resolução ou redução desse problema/ necessidade social: (poderão ser identificados qualquer tipo de recursos como por exemplo, equipamentos, instituições, grupos de trabalho ou parcerias, projetos, programas locais ou nacionais, medidas de política específicas...)

Qual ou quais as **propostas de intervenção** que seriam necessárias para a resolução ou redução desse problema/ necessidade social (o que seria necessário fazer):

21. Pretende identificar mais algum problema/ necessidade social nesta área?

Sim

Não

27. Relativamente à área "Pessoas Idosas", identifique:

(preencher apenas caso exista algum problema que considere relevante)

Qual o **problema / necessidade social** para esta área:

Qual ou quais as **causas** desse problema / necessidade social:

Quais os **recursos** que poderão ou deverão ser mobilizados para a resolução ou redução desse problema/ necessidade social: (poderão ser identificados qualquer tipo de recursos como por exemplo, equipamentos, instituições, grupos de trabalho ou parcerias, projetos, programas locais ou nacionais, medidas de política específicas...)

Qual ou quais as **propostas de intervenção** que seriam necessárias para a resolução ou redução desse problema/ necessidade social (o que seria necessário fazer):

28. Pretende identificar mais algum problema/ necessidade social nesta área?

Sim

Não

30. Relativamente à área "Pessoas com Deficiência e/ou incapacidade", identifique:

(preencher apenas caso exista algum problema que considere relevante)

Qual o **problema / necessidade social** para esta área:

Qual ou quais as **causas** desse problema / necessidade social:

Quais os **recursos** que poderão ou deverão ser mobilizados para a resolução ou redução desse problema/ necessidade social: (poderão ser identificados qualquer tipo de recursos como por exemplo, equipamentos, instituições, grupos de trabalho ou parcerias, projetos, programas locais ou nacionais, medidas de política específicas...)

Qual ou quais as **propostas de intervenção** que seriam necessárias para a resolução ou redução desse problema/ necessidade social (o que seria necessário fazer):

31. Pretende identificar mais algum problema/ necessidade social nesta área?

Sim

Não

36. Relativamente à área "Grupos específicos (etnia cigana, pessoas em situação de sem-abrigo, outros...)", identifique:

(preencher apenas caso exista algum problema que considere relevante)

Qual o **problema / necessidade social** para esta área:

Qual ou quais as **causas** desse problema / necessidade social:

Quais os **recursos** que poderão ou deverão ser mobilizados para a resolução ou redução desse problema/ necessidade social: (poderão ser identificados qualquer tipo de recursos como por exemplo, equipamentos, instituições, grupos de trabalho ou parcerias, projetos, programas locais ou nacionais, medidas de política específicas...)

Qual ou quais as **propostas de intervenção** que seriam necessárias para a resolução ou redução desse problema/ necessidade social (o que seria necessário fazer):

37. Pretende identificar mais algum problema/ necessidade social nesta área?

- Sim
 Não

43. Relativamente a "Outra área que tenha identificado como prioritária", identifique:

(preencher apenas caso exista algum problema que considere relevante)

Qual a **área** e o **problema / necessidade social** identificado:

Qual ou quais as **causas** desse problema / necessidade social:

Quais os **recursos** que poderão ou deverão ser mobilizados para a resolução ou redução desse problema/ necessidade social: (poderão ser identificados qualquer tipo de recursos como por exemplo, equipamentos, instituições, grupos de trabalho ou parcerias, projetos, programas locais ou nacionais, medidas de política específicas...)

Qual ou quais as **propostas de intervenção** que seriam necessárias para a resolução ou redução desse problema/ necessidade social (o que seria necessário fazer):

44. Pretende identificar mais algum problema/ necessidade social nesta área?

- Sim
 Não

Sugestões finais

46. Antes de concluir a sua resposta e caso considere pertinente, pode deixar alguma sugestão adicional relativa ao Diagnóstico Social do Concelho de Valença:

Anexo II – Listagem de entidades parceiras do CLAS que participaram nos *workshops* de diagnóstico

Workshop realizado no dia 29/10/2019 (período da manhã)

Entidade	Nº de elementos
Câmara Municipal de Valença	6
Agrupamento de escolas Muralhas Minho	3
A.H.Chamozinhos	1
Segurança Social	1
IEFP, IP	1
Junta de Freguesia Ganfei	1
Santa casa da Misericórdia de Valença	4
CPCJ	1
Fábrica do empreendedor	2
Centro Qualifica	1
Associação Pais	1
ESCE – IPVC	2
Total	24

Workshop realizado no dia 29/10/2019 (período da tarde)

Entidade	Nº de elementos
Câmara Municipal de Valença	2
ULSAM	1
Íris Inclusiva	1
APPACDM	1
Centro de Convívio Verdoejo	1
GNR	3
Santa casa da Misericórdia de Valença	5
C.A. Arcanjos SMSG	1
Cruz Vermelha Portuguesa	2
ASRAR	1
Total	18

